



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 33, TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - (cargo vago)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 18ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS SEMIPRESENCIAL, EM 23 DE MARÇO DE 2026

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a discutir o feminicídio no Brasil, nos termos do Requerimento nº 74/2026, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	8
1.2.1 – Discurso da Presidência (Senador Paulo Paim)	8
1.2.2 – Oradores	
Senadora Augusta Brito	10
Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres	13
Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal	21
Senadora Teresa Leitão	22
Sra. Rafaella Mikos Passos, Assessora Especial de Diversidade, Equidade e Inclusão da Defensoria Pública da União (DPU)	25
Sra. Jaceguara Dantas da Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	27
Sra. Luana Vaz Davico, Delegada da Polícia Civil do Distrito Federal	29
Senador Marcos do Val	31
Sra. Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, Diretora-Executiva e Coordenadora da Área de Gênero, Raça e Equidade do Instituto da Mulher Negra (Geledés)	33
Sra. Jackeline Ferreira Romio, especialista em gênero da Fundação Friedrich Ebert (FES)	34
Sra. Mia Costa, Gestora Pública e especialista em inteligência emocional	36
Sra. Luciana Gimenes, especialista em inteligência emocional	38
Sra. Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal	40



Sra. Cynthia Rocha Mendonça, Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) ...	43
Senador Wellington Fagundes	45
Sra. Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal	47
1.3 – ENCERRAMENTO	51
2 – ATA DA 19ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MARÇO DE 2026	
2.1 – ABERTURA	53
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro sobre o Dia Internacional de Luta contra o Racismo, com menção ao massacre de Sharpeville, na África do Sul, e à luta contra o <i>apartheid</i> , destacando o legado de Nelson Mandela. Cumprimentos à Caixa Cultural Brasília pela Exposição “Comigo Ninguém Pode”, do artista pernambucano Jeff Alan, e pelo espetáculo “Menino Mandela”.	53
Senador Wellington Fagundes – Destaque ao filme Cinco Tipos de Medo, produção mato-grossense premiada na 53ª edição do Festival de Cinema de Gramado. Apoio à prisão humanitária do ex-Presidente Jair Bolsonaro, conforme o parecer do PGR. Manifestação favorável à prorrogação dos trabalhos da CPMI do INSS. Expectativa pelo resultado das próximas Eleições Gerais de 2026.	56
Senador Eduardo Girão – Denúncia de possível censura sofrida por S. Exa. pelos veículos de comunicação do Senado Federal, especialmente em manifestações críticas ao Presidente da Casa e em temas relacionados ao Banco Master e ao INSS. Alegação de suspeitas envolvendo assessor da Presidência do Senado Federal e de conexões com os casos do INSS e do Banco Master. Questionamentos sobre o contrato para publicidade institucional neste ano eleitoral e sobre a frequência de sessões remotas. Defesa da continuidade das investigações sobre o INSS e o Banco Master.	58
2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Confúcio Moura) – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Moraes de Souza, Vereador em Vilhena-RO. Comemoração pela inclusão do Município de Ariquemes-RO entre as <i>smart cities</i> da Região Norte, com destaque aos investimentos realizados em decorrência de emenda parlamentar encaminhada por S. Exa. ..	63
2.2.3 – Oradores (continuação)	
Senador Izalci Lucas – Relato de iniciativas legislativas de S. Exa. que priorizam a ciência, a tecnologia e a educação, com destaque para a inclusão da inovação na Constituição Federal, a instituição do marco regulatório da ciência e da tecnologia e a garantia de recursos para o financiamento dessas áreas. Defesa da expansão da educação profissional e da implementação do novo ensino médio. Críticas à gestão de governos do Distrito Federal e preocupação com a situação financeira do Banco de Brasília (BRB). Indignação com supostos entraves à investigação da CPMI do INSS, especialmente quanto a irregularidades em empréstimos consignados.	66
Senadora Damares Alves – Preocupação com a possibilidade de não prorrogação da CPMI do INSS, com apelo ao Ministro do STF André Mendonça pela continuidade dos trabalhos. Elogios ao PGR, Sr. Paulo Gonet, com destaque para medidas relacionadas ao caso do INSS e para a denúncia contra o ex-Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida. Apoio à concessão de prisão domiciliar ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e homenagem à Michelle Bolsonaro. Defesa do Projeto de Lei nº 2614/2024, que aprova o Plano Nacional de Educação.	70
2.2.4 – Convocação de Sessões	



Convocação de sessão solene semipresencial do Congresso Nacional para 24 de março, às 9 horas, destinada ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2026 - 31ª edição.	74
Convocação de sessão deliberativa ordinária semipresencial para 24 de março, às 14 horas.	74
2.3 – ENCERRAMENTO	74

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Do Senador Flávio Bolsonaro, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 26 a 30 de março (Ofício nº 5/2026).	76
--	----

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado (Ofício nº 23/2026).	77
--	----

3.1.2 – Encaminhamento

Encaminhamento do Expediente CE PRES - nº 18/2026, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e dos Ofícios nºs 167 a 173/2026, da Câmara dos Deputados, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.	79
--	----

3.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 532/2024, que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.</i>	82
---	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 532/2024. ..</i>	85
---	----

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 1320/2026, do Senador Wellington Fagundes, que <i>altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o Perímetro de Exclusão Eletrônica (PEE), disciplinar alertas automáticos de risco e criar o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência – SINAR-MPU.</i>	87
--	----

Nº 1327/2026, da Senadora Dra. Eudócia, que <i>altera a Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências, para dispor sobre a revisão do valor da bolsa do médico-residente.</i>	93
--	----

Nº 1328/2026, da Senadora Dra. Eudócia, que <i>dispõe sobre a inclusão do exame de refração ocular entre os procedimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.</i>	99
---	----

Nº 1335/2026, do Senador Renan Calheiros, que <i>altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tornar mais eficiente a dissuasão de</i>	
---	--



grandes fraudes cometidas nos mercados financeiro e de capitais. 105

Nº 1341/2026, do Senador Alessandro Vieira, que *altera o art. 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com o fim de atualizar os procedimentos para os casos de acolhimento emergencial de crianças ou adolescentes em entidades de acolhimento institucional.* 113

3.1.5 – Projeto de Lei Complementar

Nº 72/2026, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.* 120

3.1.6 – Requerimentos

Nº 218/2026, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.278/2025, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. 125

Nº 219/2026, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre os impactos de determinação do Tribunal de Contas da União sobre a execução e o pagamento de benefícios no âmbito do Programa Pé-de-Meia. 128

Nº 220/2026, do Senador Eduardo Girão e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o legado de Chico Anyzio. 134

Nº 221/2026, do Senador Jorge Seif, requer voto de aplauso ao Município de Florianópolis - SC, pela passagem de seus 353 anos de fundação, celebrados em 23 de março de 2026. 137

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 141

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 144

6 – LIDERANÇAS 145

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 148

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 153

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 157

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 203



Ata da 18ª Sessão, de Debates Temáticos Semipresencial,
em 23 de março de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 7 minutos e encerra-se às 13 horas e 43 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 74, de 2026, de autoria desta Presidência e de outros Senadores e Senadoras e aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Convido, de imediato, para compor a mesa desta sessão de debates temáticos, a Sra. Augusta Brito, a Senadora que, inclusive, é Líder da nossa bancada e é também Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal. (*Palmas.*)

Está a caminho e, quando chegar, vem direto para a mesa, a Exma. Sra. Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres.

Eu, neste momento, farei a minha fala de abertura. Permitam que eu diga isto: eu acho que, de forma muito equivocada, neste país eles pensam que a luta das mulheres contra a violência contra elas é uma luta só das mulheres. Isso é um equívoco que vem desde a infância. Quem de nós não ouviu... Não entrei no meu discurso ainda, né? Quem de nós não ouviu, quando éramos crianças, em qualquer lugar que nós estávamos... E não vou dizer quem dizia, mas diziam; eu ouvi muitas vezes: “Segure aí, parece uma mulherzinha”. Quem não ouviu isso? Duvido um único aqui que não ouviu isso. Então, o equívoco contra as mulheres vem de muitos tempos, vem lá de trás, e precisa de toda uma reeducação. Por isso, quando eu pedi esta sessão, sendo um homem, alguém já estranhou: “Mas o que é que o Paim quer, agora, se meter na política das mulheres?”. É o mínimo que nós poderíamos fazer ao longo das nossas vidas.

Com essa pequena reflexão – a Ministra diz que chega em dez minutos –, eu inicio a minha fala.

Senhoras e senhores, falo com a responsabilidade de quem nunca se omitiu diante das injustiças e com a indignação de quem não aceita a violência como destino de ninguém, muito menos das mulheres do nosso país.

A cada dia, quatro mulheres são vítimas de feminicídio no Brasil, quatro vidas interrompidas simplesmente por serem mulheres. Isso não é apenas uma estatística. Isso é dor, isso é tragédia, é sofrimento. Isso é o retrato de uma desigualdade histórica que ainda insiste em sobreviver. Mas eu digo aqui com muita consciência: o feminicídio é apenas a face mais cruel e visível de uma realidade muito mais ampla.

Todos os dias, em todos os cantos deste país, meninas e mulheres têm seus direitos violados, inclusive o direito à vida. Só no ano passado, mais de 3,7 milhões de brasileiras sofreram violência doméstica ou mesmo familiar. E o que mais me choca, ou nos choca – e deve chocar a todos –, é que a maioria das vezes essas agressões aconteceram diante de outras pessoas. Em 40% dos casos, adultos presenciaram... Olhem bem: em 40% dos casos, adultos presenciaram e não fizeram nada, e mais de 70% dessas violências aconteceram diante de crianças, filhos e filhas que assistem, impotentes, à agressão contra suas mães. Crianças que crescem naturalizando a violência contra as mulheres. Isso não é só inaceitável, é um absurdo.

Esses números escancaram uma verdade dura: a violência de gênero no Brasil é estrutural, é antiga e está profundamente enraizada.

O termo “feminicídio” surgiu lá atrás, em 1976 – como estou como Parlamentar desde a Constituinte, eu acompanhei essa trajetória –, como uma forma de dar nome a esse crime, que não pode ser tratado como um homicídio qualquer. É um crime de ódio, de dominação, de desigualdade.

No Brasil, avançamos, sim; avançamos. Tipificamos o feminicídio em 2015; criamos leis importantes, como a Lei Maria da Penha, a Lei da Importunação Sexual, entre tantas outras; construímos um arcabouço



legal robusto. Mas eu digo, com toda a franqueza, ao longo desses meus 76 anos, que a lei por si só não tem sido suficiente. Os números continuam altos. O Brasil segue entre os países que mais matam mulheres no mundo. Digo isso com tristeza. Isso nos envergonha como nação.

E é preciso dizer mais: essa violência não atinge todas da mesma forma – é claro que não pode atingir ninguém. Mas vamos a alguns dados. Das mulheres assassinadas nos últimos anos no Brasil, a maioria é negra. Mulheres negras têm muito mais risco de serem mortas do que mulheres que não são negras. Isto tem nome: racismo estrutural. E isso se soma ao machismo, à desigualdade social, à falta de oportunidades. Isso se dá quando várias formas de discriminação se cruzam, avançam e aprofundam a injustiça, por isso qualquer política pública precisa enxergar essa realidade como ela é.

A violência contra a mulher está ligada à desigualdade, à exclusão, a uma cultura machista que ainda persiste e a um Estado que muitas vezes chega tarde. Eu reconheço iniciativas importantes como a do Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. Ele aponta um caminho: união entre os Poderes, integração de políticas, fortalecendo assim as redes de proteção, mas, eu insisto, não haverá solução sem educação. Eu chego a dizer: reeducar os homens. Os homens que hoje agredem e matam não nascem assim. Uma vez o Mandela disse que ninguém nasce racista. As crianças são ensinadas a serem racistas. Pois eu trago a frase do Mandela para essa mesma situação. Os homens que hoje agredem e matam não nascem assim. Foram formados numa cultura que naturaliza o desrespeito.

É na infância que precisamos agir, na família, na escola, na sociedade. Educar para respeitar é salvar vidas. Experiências como a das rodas de conversa com agressores, que reduzem a reincidência, mostram que é possível, sim, mudar comportamentos. Mas isso precisa ser ampliado, estruturado, levado a sério como política pública. Mais um dado que me assustou – mais do que nunca, quando você vai aos números, os números não mentem –: hoje o Judiciário concede cerca de 70 medidas protetivas. Vou repetir: o Judiciário concede cerca de 70 medidas protetivas. Por mês? Não. Por semana? Não. Por dia? Não. Por hora! – por hora! A cada hora, eles são obrigados a dar 70 medidas protetivas. Tem que dar! Se tiver, tem que dar até mais, mas é um absurdo! Setenta medidas protetivas por hora nós termos que conceder pela violência dos homens contra as mulheres – mais de 600 mil por ano. E, ainda assim, sabemos que a maioria das vítimas nem sequer denuncia. Todos nós sabemos disso, e vocês sabem muito mais do que eu. Isso revela o tamanho do problema.

O silêncio também mata! Por isso, digo com toda clareza: é preciso agir com urgência, o silêncio mata! O Estado tem o dever de proteger antes que a violência vire estatística, e a sociedade tem o dever de romper com essa cultura machista que sustenta essa realidade e esses números. Como? Tem caminho? Sim, com prevenção e educação. Com prevenção e educação, salvaremos vidas! Com prevenção e educação, garantiremos liberdade!

Falo com esse espírito porque muitos projetos foram apresentados pelas mulheres e pelos homens, e os homens têm que apresentar projetos também, sim, como não? E foi com esse espírito que apresentei o Projeto de Lei nº 1.025, de 2026. Fui procurado por mulheres aqui de Brasília. Eu poderia dizer que foi lá no meu estado, mas foi aqui de Brasília. Uma delas vai, inclusive, usar a palavra hoje aqui. E me procuraram – estou vendo lá atrás o moço que está nos filmando –, ali naquela parte dos fundos do Plenário, pediram para falar comigo e me propuseram esse projeto. Mas que bom que veio delas e que bom que elas procuraram um homem. Elas poderiam procurar as Líderes de vocês aqui, mas esse é um compromisso que os homens têm que ter também. Eu não vou citar agora, depois ela vai falar. Esse projeto institui uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Não é apenas mais um projeto, entendi eu; e assim elas me disseram: “É uma resposta necessária, é um compromisso com a vida, Senador!”. Quando uma mulher é assassinada, não é só uma vida que se perde; perde a família, perde a comunidade, perde o país. Estão matando nossas mães e nossas filhas, porque só existe filha, pois



tivemos mães. Inclusive, nós estamos aqui graças a vocês – nós homens, eu estou dizendo.

Essa política busca integrar ações, fortalecer os serviços, garantir proteção e promover a autonomia das mulheres. Inúmeros projetos vão nesse sentido, mas eu não poderia me omitir de não apresentar um baseado na produção que fizeram as mulheres aqui de Brasília.

Enfim, essa luta se baseia em princípios que sempre defendi ao longo da minha vida pública: dignidade humana, políticas humanitárias, justiça social, igualdade, respeito à diversidade e participação da sociedade. Eu sempre disse e reafirmo aqui: a política só faz sentido quando ela está a serviço da vida, da forma mais ampla que se poderia aqui imaginar. Quem agride precisa ser responsabilizado; quem sofre violência precisa ser acolhida, protegida e respeitada. Essa é uma política de Estado, uma política para salvar vidas, uma política para enfrentar as raízes da violência, do machismo, da misoginia – podem ver que do machismo eu falei aqui, mais de dez vezes, nesta minha fala – e da discriminação. Eu não tenho dúvida: um país que protege suas mulheres é um país mais justo, um país humano e verdadeiramente democrático.

Senhoras e senhores, o combate ao feminicídio e a todas as formas de violência contra as mulheres é também, sim, uma luta dos homens que se dizem homens – porque aqueles que são covardes eu não quero nem classificar aqui –, mas a luta, repito, contra a violência às mulheres é também, sim, uma luta dos homens! Em 2011, por justiça, Presidenta, Líder do meu partido, do movimento das mulheres, em 2011 – Ministra, que agora chegou aqui, com muita satisfação; vamos, inclusive, registrar, só terminar aqui –, em 2011, o ex-Deputado Edegar Pretto, do Rio Grande do Sul, criou a Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; recebeu prêmio, inclusive, na ONU. Eu me lembro de que um dia eu o trouxe para falar para os homens e para as mulheres na Comissão de Direitos Humanos. Ele fez uma bela fala – não me esqueci – e ele me pediu que eu levasse essa bandeira ao Senado e, assim, o fizemos, uma bandeira dos homens junto com as mulheres; não as deixar, em nenhum momento, sob a visão que alguns querem passar de que só as mulheres têm que defender as mulheres. Realizamos audiências públicas, promovemos debates e seguimos firmes na caminhada.

Terminando, eu digo: temos que reeducar os homens – reeducar os homens – e educar os meninos; reeducar valores, comportamentos e mentalidades, porque o silêncio protege sempre o agressor, a omissão fortalece a violência, e nós não seremos omissos. Termino dizendo só: vida longa, vida – vida, vida – longa às mulheres do Brasil e do mundo! Aqui eu termino. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Registro também a presença, neste momento, aqui, com muito orgulho e satisfação, nesta mesa, da Exma. Sra. Ministra de Estado das Mulheres, Maria Helena Carvalho Lopes... (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Repito: Márcia Helena Carvalho Lopes.

Agora vamos para os debatedores. Estava previsto aqui que passaríamos a palavra à Senadora Augusta Brito, Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para mim... Ambas decidam. Para mim, as duas são duas grandes líderes. E também seria aqui, em seguida, a Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres.

Achei bonito a Senadora Augusta Brito, que é Procuradora Especial da Mulher e que está também recepcionando todos nós, dizer: “Eu falo para abrir, em seguida passo para a Ministra”.

Vai lá então.

Uma salva de palmas para a Senadora Augusta Brito, Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal. (*Palmas.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discursar.) – Bom



dia a todas, bom dia a todos.

Hoje, nesta sessão especial... Eu quero dizer que realmente ela é muito especial. E, quando eu venho aqui, meu querido Presidente, nosso querido Senador Paulo Paim, nossa Ministra Márcia, todos e todas, especialmente os que estão aqui e os que estão nos assistindo, quando eu venho para uma sessão especial que é destinada a discutir o tema do feminicídio no Brasil, eu venho com meu coração partido, porque, como já foi bem aqui falado pelo nosso Senador, a cada minuto, a gente sabe que existe uma mulher sofrendo algum tipo de violência no nosso país. E o pior: estava sentada aqui e a gente fica recebendo notícia de feminicídio. E os feminicídios, eu diria assim, a gente está construindo para que não aconteçam, e infelizmente estão acontecendo.

E aí eu chamo a responsabilidade: de quem é a responsabilidade? É nossa, é do Parlamento também, é da sociedade também, é do Governo também, é de todos e todas. É dos homens, sobretudo dos homens também, porque são os que estão matando.

Eu vejo o Senador Paulo Paim falar da importância de os homens terem iniciativas, não só falas – e eu faço meu reconhecimento ao trabalho de V. Exa. aqui no Senado Federal –, mas ações concretas para que a gente possa verdadeiramente acabar com o feminicídio. E, para acabar com o feminicídio, a gente tem que fazer coisas que parecem ser tão básicas e tão fáceis, e não são, como aprovar uma lei que criminaliza a misoginia. Seria óbvio, mas ainda existe resistência para que essa lei seja aprovada. Não vamos conseguir acabar com o feminicídio se não aprovarmos nenhuma lei que criminaliza a misoginia, porque é através dessa criminalização que a gente vai trazer para a pauta, de uma forma mais forte, a desconstrução do machismo estrutural e, sobretudo, da misoginia, que vem nos matando, senão com o feminicídio de fato, vem nos matando quando nos exclui dos espaços, quando nos exclui da vida pública, quando tira a nossa liberdade de viver. Então, ela vem matando aos poucos. O feminicídio é o seu último estágio, é o mais doloroso, porque, como disse aqui o Senador Paulo Paim, ele acaba não só com uma vida, mas com uma família, com a estrutura familiar... Acaba realmente com várias vidas quando ele acontece.

É uma forma de desabafo, porque nós já estamos há alguns meses aqui para aprovar uma lei – não é isso, meu Senador? –, e essa lei não consegue andar porque não existe reconhecimento do que é misoginia. Aí eu fico pensando: em que mundo a gente está? Que país é esse em que a gente não consegue aprovar uma lei? E, infelizmente também, ao mesmo tempo em que eu penso que precisa ter uma lei para que a gente possa assegurar a vida, as nossas vidas, a vida das mulheres.

E fazer o reconhecimento aos homens... chamar os homens para essa luta também é papel nosso, não os excluir, porque não é briga de sexo. Nós estamos falando em vidas que estão se acabando. Então a gente tem que chamar os homens para estarem juntos nessa luta. (*Palmas.*) Até porque, na grande maioria, são eles que estão agredindo, eles que estão matando. Então a gente tem que começar essa desconstrução exatamente através de ações concretas, seja através da educação ou de tantas outras leis, que a gente sabe que consegue aprovar aqui, através do Parlamento. Elas têm que verdadeiramente sair do papel, porque, se não sair do papel, a gente não consegue mudar a realidade. E, infelizmente, a gente está vendo essa triste realidade.

Eu disse que ia ser rápida e vou tentar ser. Agora vou me ater...

Eu quero agradecer à assessoria que tão bem fez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fique à vontade.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu queria cumprimentar a nossa Diretora Ilana...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – V. Exa. é minha Líder e lidera todos nós aqui no Congresso também.



A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... a nossa Coordenadora da Procuradoria também, Raquel, que aqui está; e a todas.

Aqui, o Brasil está vivendo uma realidade cruel para nós mulheres, que não podem mais ser tratadas como algo distante ou pontual. Só em 2025, mais de 1,4 mil mulheres foram assassinadas por serem mulheres. Isso significa que, todos os dias, cerca de quatro vidas são interrompidas por violência de gênero. Quando somamos as tentativas de feminicídio, nós chegamos a quase 7 mil vítimas em um único ano. E nós sabemos que existe a subnotificação tanto sobre a tentativa do feminicídio como, às vezes, um pouco sobre a demora na classificação realmente do feminicídio. Infelizmente, eu creio que esse número ainda é muito maior.

Esses números não são estatística fria; são histórias, famílias destruídas e uma sociedade que ainda precisa encontrar solução para proteger suas mulheres.

Nessa realidade, o mais grave é que, mesmo com a queda de outros crimes, infelizmente o feminicídio continua crescendo, mostrando que estamos diante de um problema profundo, estrutural e urgente.

Quando olhamos mais de perto, o momento que vivemos se torna ainda mais preocupante e doloroso. A maioria dessas mulheres é assassinada dentro da sua própria casa, um espaço que deveria ser de proteção, mas que se transforma em lugar de medo e violência.

E há um recorte que não pode ser ignorado: a maior parte das vítimas são mulheres negras – como tão bem já pontuou aqui o Senador Paulo Paim –, o que revela como desigualdades históricas e sociais tornam algumas vidas ainda mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo, o aumento no número de processos e julgamentos mostra que o Estado está reagindo a essa problemática – a rede de proteção aumentou, o número de Casas da Mulher Brasileira aumentou –, mas a gente, infelizmente, também está vendo o número de feminicídios aumentando. E aí a gente pensa: e agora? Vamos falar sobre misoginia? Vamos aprovar a lei? Vamos chamar à responsabilidade? Vamos falar e debater dentro das escolas? Vamos desconstruir o machismo? Para que a gente possa, exatamente, educando... Como disse aqui tão bem Paulo Paim, uma criança não nasce nem racista, nem misógina. Então ela vai, com certeza, durante sua vida, repetindo naturalmente o que já vem sendo repetido há muitos anos. E é por isso que este debate precisa sair do campo da formalidade e entrar no campo do compromisso real.

Proteger as mulheres exige mais do que leis: exige políticas públicas que funcionem na prática, investimento contínuo, redes de apoio fortalecidas e, principalmente, uma mudança cultural que enfrente a raiz desta violência. Não se faz política pública sem orçamento. A gente sempre defende aqui, nossa Ministra sabe, vem fazendo muito no ministério, e quero fazer o reconhecimento ao Presidente Lula, a tudo o que ele vem fazendo, mas nós sabemos que precisamos de muito mais. A gente sempre vai precisar de mais, porque, historicamente, a gente vem sempre lá atrás das oportunidades. E o Legislativo tem um papel decisivo nesse processo, não só criando essas normas, mas garantindo que elas saiam do papel e cheguem na vida de quem mais precisa. Falar de feminicídio é falar de responsabilidade coletiva, é decidir como sociedade que nenhuma mulher pode mais pagar com a própria vida pelo simples direito de existir.

Era isso. Eu queria agradecer e dizer que não podemos aceitar verdadeiramente nenhum tipo de violência, mas, sobretudo, que nenhuma de nós seja morta simplesmente por ser mulher. Então vamos, com certeza, fortalecer – já parabeno aqui nosso Senador Paulo Paim – todas as ações que temos dentro do Senado Federal. Avancamos e aprovamos grandes projetos, mas nós precisamos, volto a falar – e eu sei que você é um defensor, por isso eu vou falar e repetir –, aprovar a questão da criminalização da misoginia, esse projeto que já vem há algum tempo aqui tramitando; para que a gente possa começar a pensar a desconstrução do machismo através desse projeto também, tanto quanto dos outros que existem; para que a gente possa falar no feminicídio verdadeiramente desconstruído e que não aconteça com nenhuma



mulher no nosso país.

Muito obrigada pela presença de todos e uma ótima sessão! Que a gente possa aqui refletir, debater, e que as mulheres de Brasília, de todo o país, de todos os estados possam sugerir mais leis, como já foram sugeridas aqui para o nosso Paulo Paim; porque é exatamente o nosso papel ouvir, apresentá-las, aprová-las e depois fiscalizar, fazer com que elas saiam do papel.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Senadora Augusta Brito, digo com orgulho, é a Líder da nossa bancada. E, olha, eu estou aqui há 40 anos, viu? É uma das Líderes, permita que eu diga – eu digo “a Líder”, mas não importa se o outro for um homem, se não for –, das mais competentes que eu vi aqui no Congresso Nacional, com esse cuidado, como ela está tendo. Tanto é que ela foi escolhida para ser também Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal. Eu gostaria que nós déssemos mais uma salva de palmas para todas as mulheres na figura dela – na sua figura. (*Palmas.*)

E passo com muita satisfação também, Ministra... Há muitas sessões que a gente faz aqui, em que a gente pede, claro, para o Governo sempre mandar um representante, em que, muitas vezes, o ministro ou a ministra não pode e manda um titular da pasta também – eu diria a suplência, claro, do ministro, que sempre representa o ministro. Nesta sessão, eu lhe confesso que eu estava rezando para a senhora vir! (*Risos.*) Eu disse: “Não, ela vai ter que vir esta vez”. E não precisei ligar – não pensem que eu liguei, não! Eu pedi para a assessoria fazer o convite, ela fez, e a Ministra está aqui.

Com muita satisfação, Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres, a palavra é sua, com uma salva de palmas do Plenário. (*Palmas.*)

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada, obrigada, Senador Paulo Paim, que fez este requerimento tão importante, assinado, me parece, por mais 29 Senadores e Senadoras; nossa querida Líder, Procuradora da Mulher desta Casa, Augusta Brito... Estou vendo aqui uma relação de debatedoras do tema de hoje e fico muito feliz.

Na verdade, eu vim correndo mesmo. Quando a minha chefe de gabinete falou deste convite, eu falei: “Ah, que bom que surgiu este convite”. É porque, desde o ano passado, em maio, eu falo que o meu sonho era poder falar com os 81 Senadores e Senadoras e com os 513 Deputados e Deputadas desta Câmara Federal, porque eu não tenho dúvida de que essa representação política pode muito fazer a diferença para as mudanças necessárias neste país.

Eu sou assistente social, professora aposentada da Universidade Estadual de Londrina, do curso de Serviço Social e já trabalhei com o Presidente Lula por cinco anos, à época no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estive muitas vezes com o Senador, sempre muito preocupado com essa agenda de políticas públicas, sempre muito respeitado no seu estado, no Rio Grande do Sul. Este ano, já fui... Desde o ano passado, quando eu assumi, já fui várias vezes lá, até porque também os indicadores de feminicídio lá são muito grandes. Eu fui lá requerer do Governador que ele providenciasse um terreno, porque nós já estávamos com 19 milhões de recursos para a construção da Casa da Mulher Brasileira, mas faltava o terreno. E aí fui lá. Também pedi que tivesse uma secretaria de estado das mulheres, o que passou a ter, e também a conferência estadual, enfim... E a gente sabe que, se cada estado agir assim, com mobilização, a gente vence, vai vencer muito antes do que a gente imagina.

Quero dizer da alegria mesmo de estar aqui e da responsabilidade que me cabe. E, no ano passado, em março, abril, quando o Presidente Lula me convidou, ele disse: “Eu quero andar o país e encontrar as mulheres mais felizes, protagonistas, participantes, que as mulheres integrem e façam parte das mudanças que este país precisa ter, dessa reconstrução do Brasil” – depois de um período, infelizmente, em que o Brasil foi destruído. E a gente sabe que reconstruir é muito mais difícil, quando se teve o desfinanciamento



das políticas públicas, quando se teve uma ruptura com o pacto federativo, quando se tentou calar a voz da população com a não realização das conferências, com as tentativas de extinção dos conselhos. Enfim, um país desse tamanho de dimensões continentais, com mais de 215 milhões de habitantes – e mais de 50% somos mulheres –, 5.570 municípios com diferentes trajetórias, com diferentes características, exige de quem está aqui em Brasília, seja no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, no Ministério Público, em todos os órgãos responsáveis, exige muita coragem, muita determinação. E aí o Presidente Lula, então, me disse: “Eu não queria ficar tendo que ficar falando só de violência”, e a gente sabe que estamos tentando jogar nos dois campos aí, mostrando de um lado todo o potencial, a capacidade, a resistência, a determinação que as mulheres têm neste país.

Eu me encanto, cada vez que eu recebo lá no ministério, com os dez fóruns que nós temos, mulheres indígenas, quilombolas, catadoras, mulheres das centrais sindicais, mulheres das matas, águas e florestas, mulheres pescadoras e marisqueiras, mulheres com deficiência. Senadora, a gente sabe que esta é uma pauta importante para você, mulheres com deficiência e mulheres idosas, que reivindicaram muito, e a gente cria esse Fórum das Mulheres Idosas. (*Palmas.*)

Porque nós temos que olhar para todas as realidades vividas pelas mulheres neste país, e eu não tenho dúvida de que é isso que vai coroar o Brasil e a sua direção política, do ponto de vista das humanidades, do ponto de vista de um país que preza pela paz, do ponto de vista de um Governo democrático que se preocupa com cada uma das meninas, das mulheres, de toda a população brasileira em cada lugar que viva.

Então, de fato, quero cumprimentar muito pela realização desta sessão de debates temáticos, e, de fato, agradecer mais uma vez a iniciativa do Senador Paulo Paim – e que bom se o Brasil pudesse assistir, valorizar isso!

Eu tenho dito, nos meus 30 anos de docência, que eu nunca deixei de levar para a sala de aula a Constituição brasileira e dizer o quanto qualquer profissão, qualquer profissional tem que se balizar por essa Constituição, a nossa Carta Magna, porque é aqui que está escrito tudo o que pode e o que não pode neste país. E os nossos avanços... Lembro-me quando eu estava no MDS, quando o Presidente mandou para o Congresso para que fosse incluída a palavrinha “alimentação” no art. 6º da Constituição, e isso demorou, de 2004 a 2010. Só quando eu fui Ministra, substituindo o Ministro Patrus Ananias, é que a gente teve esse projeto de lei votado e sancionado.

Então, para saber quanta luta a gente tem para convencer Parlamentares, para convencer e para trazer uma unanimidade nas coisas que dizem respeito à vida das pessoas. E o tema de hoje, o tema do feminicídio, exatamente nos coloca nessa questão. Aqui não pode haver partido político, não pode haver o combate, o embate entre as ideologias; aqui tem que haver um compromisso absolutamente ético, porque senão não tem sentido as representações que se fazem aqui dos 81 Senadores. E eu pensei que eram 15, e agora a Senadora Augusta me disse 16 Senadoras, não é?

E vocês sabem que a nossa luta é por paridade: queremos 50% de mulheres e 50% de homens. (*Palmas.*)

Essa foi a defesa que a gente fez junto com a OEA, agora, na semana passada, no STF, por realização de uma sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Então, essa é uma luta, porque nós já sabemos o que isso vai significar para o Brasil.

Quero dizer que trazer esse tema, então, para o centro do debate desta Casa é um gesto de compromisso e responsabilidade institucional e, de fato, de defesa intransigente da vida das mulheres que vivem neste país; é reconhecer que este não é um tema periférico, mas uma questão central para a democracia e para a atuação do Estado; e é também afirmar, com a seriedade que o tema exige, que nenhuma vida pode ser perdida para a violência.



Falar sobre feminicídio no Senado Federal é reconhecer, de forma inequívoca, que estamos diante de um dos mais urgentes desafios do Estado brasileiro: garantir às mulheres o direito de permanecerem vivas.

Em 2025, o Brasil registrou – um pouco mais já, viu, Augusta? – 1.547 feminicídios, quatro mulheres assassinadas todos os dias, e foram ainda 3.814 tentativas de feminicídio, 11 por dia, e mais de 71 mil estupros, o que representa cerca de 228 casos diários. Mas isso não são números; são vidas interrompidas, são histórias que não puderam continuar, são famílias, como já foi dito aqui pelo Senador e pela Senadora, marcadas por uma violência que insiste em se repetir.

E essa repetição não é acaso; ela revela que estamos diante de um problema estrutural, e problemas estruturais exigem respostas estruturantes.

Há um dado que nos interpela com ainda mais força: muitas dessas mulheres já haviam buscado proteção do Estado, tinham medidas protetivas, confiaram nas instituições, e ainda assim não sobreviveram. Isso nos obriga a ir além do diagnóstico; obriga-nos a agir, e agir de forma unânime, e agir de forma conjunta e coletiva.

O Brasil construiu um marco legal robusto, que é outra lei que eu não tiro da mão, que é a Lei Maria da Penha, que, hoje e desde sempre, tem um reconhecimento mundial, e esta lei, de fato, fez a tipificação do feminicídio a partir de 2015 e mudou muito as possibilidades de identificarmos e de darmos visibilidade aos dados.

Lembro que, como assistente social, lá debaixo, no Sul do país, a gente pedia, buscava dados, e não tinha, porque não havia interesse dos governos dos estados em mostrar a realidade dos dados, mas é disto que a gente precisa: nós precisamos não ter vergonha, mas ter responsabilidade, sim, em mostrar os dados, porque, só com um bom diagnóstico, a gente pode pensar num bom planejamento e no futuro.

O Brasil construiu... Desculpa.

O que salva vidas é a ação coordenada do Estado; é a rapidez da resposta; é a integração entre as instituições; é o Estado chegando antes da violência. É exatamente essa mudança de lógica que estamos construindo.

Com o Pacto Brasil contra o Feminicídio pelos três Poderes, estamos organizando uma resposta estruturada e integrada, porque esse não é um problema de um ministério, nem de um Poder; – é uma responsabilidade de Estado, é uma responsabilidade de todas as sociedades.

Vimos agora da CSW (lá em Nova York), do Sistema ONU; tínhamos uma bela delegação brasileira da sociedade civil, de Parlamentares, de juízas, de promotoras, de funcionárias e servidoras públicas daqui, do nível federal, estadual, municipal, e lá pudemos ouvir e escutar todos os países. E não é diferente. Infelizmente, nós temos violência no planeta.

O planeta precisa, Senador, dessa transformação, do nosso entendimento inequívoco de que a vida é um sopro e de que, nesse período que estamos na vida – aqui, vivos –, é preciso que a gente tenha a segurança da vida, a segurança da serenidade, o compromisso ético de valorizar, de garantir e assegurar todo o potencial que nós, pessoas – mulheres e homens –, temos em relação a tudo que é possível, e nós já mostramos que nós somos capazes de construir e de produzir para o bem de um país.

Então, nessa perspectiva... E eu não tenho dúvida de que o Presidente Lula tomou uma decisão mais do que acertada. Isso também, lá na CSW, foi muito reconhecido. Falam do Presidente Lula como um líder mundial e dizem: “Agora vai ser mais fácil a gente conversar com os nossos líderes também de Estado, com os presidentes”, porque o Presidente Lula assumiu a liderança de assumir essa luta em defesa da vida das mulheres e rebatendo todas as formas de violência, principalmente em relação ao feminicídio, que é o fim da linha – como nós sempre dizemos –, e faz um diálogo qualificado com os homens. Isso tem sido muito importante, tem sido muito rápida essa reação e essa boa reação.



Semana passada, eu fiz uma maratona ali pelos municípios de São Paulo, em seis, sete municípios da região, reunindo os Poderes e reunindo as mulheres, as plenárias, e, em uma dessas idas minhas, eu fui para o Sindicato dos Metalúrgicos, que fez... Uma especialista elaborou esta cartilha voltada aos homens, e imagine...

Os trabalhadores, os sindicalistas são milhões aqui no Brasil, são milhares, e eles podem, sim, fazer um trabalho fundamental, mudando a sua cultura, mudando a sua mentalidade e o seu comportamento.

Papo de homem: Violência contra a mulher – Temos que dar um fim! – aqui é a cartilha, que foi reconhecida com bom conteúdo. Depois eu vou deixar aqui, já pedi, e nós vamos dar um jeito de reproduzir. Quem sabe o próprio Senado, a Câmara também possam reproduzir essas cartilhas?

É isso que vai mudando a nossa visão, que vai mudando a nossa forma de pensar, e principalmente dos homens que aprenderam a naturalizar e a banalizar essa relação de convivência. Falar de igualdade de gênero, raça, etnia, para eles é ainda algo absolutamente distante, muitas vezes.

E esta Casa tem essa absoluta responsabilidade em fazer e entrar nesse processo. Por isso, a importância desta sessão, eu não tenho dúvida disso. Uma sessão histórica.

Com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, avançamos na integração das políticas de proteção, no fortalecimento da responsabilização dos agressores e na construção de protocolos nacionais, inclusive de enfrentamento à violência política contra as mulheres.

Vocês sabem, o Ministro Wellington Lima anunciou e realizou uma operação que prendeu mais de 5 mil homens, do Carnaval para cá, para os quais já tinha mandado de busca e apreensão, e alguns estavam foragidos há 20 anos.

Também, agora, para as tornozeleiras eletrônicas, será facilitada a sua colocação, porque um agressor que mora no município que não tem uma vara específica ou que não tem um juiz presente, o próprio delegado pode utilizar e colocar as tornozeleiras – são inúmeras.

Vamos também assinar um novo protocolo de articulação. Sabemos que já existe – Jaceguara, que está aqui, que é Conselheira do Conselho Nacional de Justiça –, o Conselho sabe do papel que ele tem também na incidência com os estados e municípios, e, aí, vocês mesmas me contaram de um protocolo de gênero, mas que, se ele não é utilizado, não tem valor. Porque eu perguntava o que é que aconteceu com aquele caso lá de Minas Gerais, e, aí, eu entendi que não era preciso ter acontecido o que aconteceu e que, obviamente, a autoridade teve que recuar por pressão da sociedade, por controle social e porque nós nos manifestamos. 3É claro que um homem de 35 anos não pode viver maritalmente com uma criança de 12 anos. Enfim...

Com o Ministério da Saúde, estruturamos uma política de cuidado integral, que inclui o atendimento à saúde mental das mulheres, inclusive por meio do teleatendimento, porque a violência não deixa apenas marcas físicas; ela deixa feridas profundas, que também precisam ser cuidadas.

E essa foi uma das prioridades, porque o Presidente Lula, quando eu assumi, falou: “Você não vai se cansar de subir e de descer essa Esplanada quantas vezes forem necessárias, porque a política de mulheres é uma política intersetorial”.

Então, ela depende da saúde, da educação, da cultura, da agricultura, da previdência, do trabalho, de todas as políticas públicas setoriais e transversais.

E foi assim que eu falei com o Padilha: de uma lista de 16 demandas das mulheres, a primeira era a saúde mental. E as mulheres me dizem: “Ministra, eu não suporto mais passar o dia chapada para eu aguentar o meu cotidiano. Eu preciso ter uma saúde mental, eu preciso me sentir saudável, para me sentir forte, para eu resistir às violências e à dupla, à tripla jornada de trabalho que a gente sabe que as mulheres enfrentam e realizam”.

E tantas outras... Ontem, o Ministro Padilha, fazendo aquele mutirão pelo Brasil afora, 230 mil



mulheres foram atendidas nesse final de semana em cirurgias e outros atendimentos.

Enfim, o Governo do Presidente Lula assumiu, com absoluta responsabilidade, esse cuidado e essa expansão dos serviços, principalmente para as mulheres.

Na educação, nós estamos dando outro passo decisivo na prevenção. Nesta semana, agora, no dia 25, nós vamos lançar, vamos ter uma cerimônia, “Educação pelo Fim da Violência”, e vamos assinar um protocolo com todas as universidades federais, estaduais e os institutos federais de todo o Brasil para que cada universidade e instituto federal tenha uma política interna de prevenção à violência e atenção à violência.

Nós queremos e vamos criar os centros de acolhimento. Algumas universidades já têm observatórios, já têm outros serviços, mas nós vamos aproveitar aquilo que tem – ninguém começa do zero –, partir daquilo que já existe.

Existem experiências incríveis, mas a gente precisa dar escala nacional. Se a gente não der a escala nacional, a gente não enfrenta também essa escalada da violência.

Nós estamos defendendo a implantação de cuidotecas em todas as universidades, para que as mulheres possam estudar à noite. Essa é uma demanda das mulheres. (*Palmas.*) Falando com a Laís Abramo, que também é a Secretária Nacional de Cuidados e Família do MDS e com a – antes a Secretária era a Rosane, agora a Secretária é a Joana – Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do nosso Ministério, estão cuidando para a gente ampliar muito. E nós queremos, inclusive, que as emendas parlamentares também se voltem às cuidotecas, que são tão importantes. É um serviço decisivo para a vida das mulheres, para as jovens e as mulheres poderem estudar.

Também queremos – e, aí, todos os organismos e vocês também podem nos ajudar muito nisso – a inclusão, nos planos pedagógicos e nos currículos de todas as graduações e pós-graduações, do tema do direito das mulheres e da violência. Não é uma campanha, não é uma palestra, mas que em todos os conteúdos curriculares esse tema entre.

Isso vai acontecer, já agora, com a assinatura da regulamentação da “Maria da Penha vai à escola”, porque, a partir daí, em toda a educação básica, as crianças terão esse conteúdo na sua formação. Só isso vai mudar rapidamente as futuras gerações.

Vocês imaginem se, depois, cada médica, médico, engenheiro, arquiteto, assistente social, psicólogo, pedagoga – todas as profissões – sair das universidades com uma outra visão, com uma outra mentalidade. É isso o que falarão também com os seus pacientes, seus clientes: vão espalhar na sociedade uma outra visão.

Enfim, essa é a regulamentação da Lei Maria da Penha, como eu já disse...

A transformação de que o Brasil precisa passa, necessariamente, pela educação, porque precisamos formar uma sociedade que respeite as mulheres em toda a sua diversidade e que não tolere nenhuma forma de violência nem de transfobia, nenhum tipo de discriminação.

Ouvindo as mulheres quilombolas, elas me diziam “Sabe, Ministra, ninguém lá no meu município sabe que eu sou quilombola, onde eu vivo, onde eu moro, o que a gente faz”. E, a partir daí, todas as vezes em que eu me reúno com uma plenária, eu chamo uma mulher quilombola e uma mulher indígena para ficarem do meu lado, porque a gente precisa ter a responsabilidade de dar visibilidade à vida e à forma como as mulheres vivem, relacionam-se e constroem, obviamente, o futuro.

Bom, essa mobilização envolve outros setores do Governo. Olhem o que o Ministério do Turismo, por exemplo, lançou agora, no mês de março: “Guia para Mulheres que Viajam Sozinhas”. Olhem que legal!

As mulheres também temem, sentem insegurança, e se sentem, inclusive, desrespeitadas quando viajam sozinhas. E, aí, esse guia é bem legal, ele está bem didático... Ele fala do Ligue 180...

Enfim, eu estou querendo dizer que o Governo tem uma decisão, desde 2023, do Presidente Lula, em



que a vida das mulheres pode e deve ser preservada e ser diferente.

Bom, também em portos e aeroportos, logo que eu cheguei: “Assédio Não Decola”. Portanto, o Ministério de Portos e Aeroportos também tem o que fazer.

Nós sabemos que temos aeroportos, concessões em todo o Brasil, e é preciso que, quando a gente entre no aeroporto, a gente observe se isso está lá, se tem placa, se tem cartaz.

Nós temos aqui... Eu poderia ficar a manhã toda falando e listando as iniciativas importantes que não só o Governo Federal tem, com os ministérios, com os bancos públicos...

Esses dias, a Tereza Campello me ligou e disse: “Ministra, que tal? Nós estamos fazendo um edital de 50 milhões para as mulheres agora em março. É bom?”. Falei: “Mais que bom. Queremos mais, queremos tudo o que for possível”, porque as mulheres querem se organizar, querem empreender; as mulheres querem economia solidária; as mulheres querem autonomia econômica, e isso muda a vida.

Lembro-me, lá atrás, quando a gente criou o Bolsa Família, de que as mulheres diziam: “Eu não vou mais levar tapa do meu marido, porque agora eu tenho esse cartão. Eu vou lá à Caixa Econômica e eu compro fruta, eu compro material escolar, eu compro o calçado do meu filho...”.

Enfim, nós sabemos bem o que são as mulheres tendo autonomia econômica, e nós queremos mais.

E nós queremos também o fim da escala 6x1, para que as mulheres possam ter uma vida mais organizada, melhor, e não que se sinta aprisionada a um tempo e a um sistema que não a deixa viver nem cuidar dos seus.

Bom, também estamos expandindo a rede de proteção, com a ampliação das Casas da Mulher Brasileira, dos Centros de Referência e dos serviços, como eu já disse, as cuidotecas, garantindo acolhimento para as mulheres.

O Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre, foi, participou, presenciou – e eu ficava só falando com ele – a inauguração da Casa da Mulher Brasileira lá em Macapá. E agora vamos para Aracaju.

Eu tenho uma lista aqui. Nós pretendemos, estamos com 43... Temos 12 funcionando, vamos inaugurar mais cinco agora, e temos uma lista que vai chegar a 43 Casas da Mulher Brasileira. Já anunciamos uma ali no Consórcio do ABC Paulista, e, dependendo da demanda, a gente analisa.

E a gente quer implantar novas Casas da Mulher Brasileira, porque é um serviço integrado, que tem Defensoria, Ministério Público, delegacias, até IML tem, Serviço de Atenção Psicossocial, as cuidotecas, alojamento provisório.

E, no município que não tem demanda para isso, que não caracteriza isso pela quantidade, pelo perfil, nós temos os Centros de Referência, que são muito importantes, como temos aqui no Distrito Federal – eu participei da inauguração de mais quatro aqui –, que fazem, de fato, o acolhimento das mulheres. Elas têm roda de conversa, elas têm formação, têm assistente social, têm psicólogo, advogado...

E o que é muito importante que as Parlamentares e os Parlamentares façam? Visitem nos seus estados isso. Está funcionando? Está funcionando bem? Porque é disso que a gente precisa.

Nós precisamos ter boas leis, fazer cumprir as leis, ter uma boa rede de atendimento e proteção.

Bom, eu já falei demais, mas quero só dizer ainda que o papel do Parlamento é decisivo por isso, porque garante os instrumentos legais, os recursos e as condições para que essa rede funcione bem em todo o país.

Nós não podemos ignorar ainda que a violência tem cor, tem território e tem muitas desigualdades.

A maioria das vítimas são mulheres negras. Por isso, não podemos falar em igualdade de gênero sem falar em igualdade racial e étnica.

Então, faço um apelo aqui para que isso (*Palmas*) também esteja sempre...



Eu não falo mais igualdade de gênero sem falar igualdade de gênero, raça, etnia.

Isso exige políticas públicas que são políticas de justiça social e, sobretudo, coragem para enfrentar a raiz do problema, porque o feminicídio é a expressão extrema de uma cultura que ainda naturaliza a violência.

Sabem que, às vezes, se eu entro num Uber e ouço aquelas músicas do tal sertanejo universitário, eu fico muito impressionada – muito impressionada. Como é que a gente chega, Senador, Senadora, todas e todos vocês... A música, pelo menos, quando eu passava escovão na minha casa, na época, ouvindo Chico Buarque, ouvindo MPB, ouvindo...

Opa! Tudo bem, Senadora?

E eram incríveis as músicas, não eram? Depois, as coisas foram mudando. Então, a música também revela o estado de espírito, o estado de coisas, de pensamento que a gente tem.

Este também é um tema em que a gente precisa pensar: o que é que nós estamos incentivando na arte e na música?

Eu não tenho dúvida de que a cultura... E hoje eu recebi um caderninho da Ministra Margareth Menezes sobre a cultura da mulher, um caderninho lindo. Ou seja, todo mundo tem que estar engajado nisso.

Não sobra ninguém, gente. Os bancos públicos, as estatais todas, os ministérios, os estados, os municípios, as empresas, Luíza Trajano, Ana Fontes, muitas líderes empresariais entrando também nessa luta.

Essa é uma luta de todas e todos, não tem outro caminho. E, agora, principalmente voltada para os homens.

Eu fui a uma entidade que lançou este livro com o nosso apoio: *Maternagem e o Mundo do Trabalho*. Vou deixar um aqui já, no Senado, mas a gente tem outros para distribuir.

Ele fala exatamente do sentido da maternidade, da relação com o mundo do trabalho, em relação a todas as mulheres: às mulheres trabalhadoras domésticas, às mulheres que vivem na rua, às mulheres indígenas, às mulheres idosas, todas elas. Então, a gente tem tido uma produção importantíssima no Brasil.

O Ministério das Mulheres também lançou esses processos de medidas protetivas de urgência, porque as mulheres... A mulher, quando sofre uma violência, não pode esperar três dias, quatro dias, cinco dias, quinze dias para receber uma medida protetiva. Isso tem que ser em horas, e a medida protetiva tem que funcionar.

Eu fui visitar as obras da Casa da Mulher Brasileira, que a Itaipu está construindo lá em Foz do Iguaçu, e a Presidenta, a Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, me disse: “Ministra, dos cinco feminicídios que tivemos aqui, nenhuma mulher estava cumprindo medida protetiva”.

Ou seja, quando a medida protetiva funciona, as mulheres, de fato, se sentem protegidas.

Vou dizer, ainda, desse texto importante: Mulheres nas Ações Climáticas. Nós estamos no Plano Clima, o Ministério das Mulheres, a política das mulheres. Nós sabemos o quanto as mulheres são impactadas diante de qualquer evento, diante de qualquer desastre natural. E são elas que são as mais atingidas, mas também são elas que se levantam no dia seguinte para dizer: “Como eu vou reconstruir minha Casa? Como eu vou ajudar minha comunidade, a vizinhança? Os meus filhos como é que eu vou proteger?”..

Eu tenho dito isso. As mulheres são solidárias, as mulheres não são egoístas, as mulheres jamais pensam só em si; elas pensam nelas, na família, na vizinhança, na comunidade e no seu território. Então, isso é muito importante.

Lembro – a Clara Lys, nossa assessora parlamentar está ali – que nós fizemos uma cartilha de



orientação para as emendas parlamentares.

Vocês sabem que R\$60 bilhões do orçamento público estão em emendas parlamentares, e tudo o que nós queremos é que as emendas se voltem também para a atenção às mulheres.

Eu vou concluir, dizendo que esse pacto, ele só vai funcionar... E a Clara já me mandou aqui, que eu pedi: o que é que tem de prioridade aqui? O PL 896, de que a Senadora já falou, que propõe equiparar ao crime de misoginia; falta ser apreciado pelo Plenário, e parece que vai ser amanhã. É isso? Se for...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não. Está tendo um embate em uma emenda. A gente está...

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES – Então... Pois é.

Não ao embate, não pode ter embate nisso, gente, por favor! Nisso tem que ser unanimidade, os 81 Senadores.

Eu vou ainda tentar falar com o Senador Alcolumbre. Ele fez uma fala incrível. Ele e o Presidente da Câmara, Hugo Motta, assinaram esse Pacto Brasil contra o Feminicídio. Então, todas as leis têm que ser coerentes com isso, não tem jeito.

O PL 431 também estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de Justiça, de segurança pública, para atender às mulheres indígenas vítimas de violência.

As mulheres indígenas e quilombolas contam que elas chegam à delegacia, e o delegado fala: “Você tem certeza de que você quer denunciar? Não vai piorar a tua vida? Você ganha o suficiente para se manter?”. Ou seja: nós precisamos de leis que ajudem nisso.

E tem também o PL 5.760, que estabelece medidas de proteção e acolhimento às trabalhadoras resgatadas de condição análoga a trabalho escravo.

Enfim, há muitas leis importantes aqui no Senado e na Câmara, e é este Congresso que pode dar o balizamento necessário para a gente ter boas leis em nível federal, estadual e municipal.

Quero, então, agradecer muito a oportunidade e dizer que nós vamos ter outra reunião do comitê interinstitucional, e o que é que nós estamos fazendo? Discutindo o que o Parlamento está fazendo pelo fim da violência contra a mulher e o que falta fazer, como está fazendo, que resultados tem; o que o Judiciário está fazendo em relação a isso, o que está funcionando bem, o que não está, como é que nós vamos chegar aos estados e municípios e convencer todo o corpo do sistema de justiça a defender as mulheres; o que é que as políticas públicas... O que o Executivo está fazendo, falta fazer, como ampliar no nível federal, estadual e municipal.

Então, com isso, eu quero dizer que tudo que nós queremos é ver as mulheres viverem sem nenhuma violência. Não é diminuir.

Nós precisamos ter uma radicalidade para, de uma vez por todas, acabar com esse tipo de visão, de entendimento, como um dia a Ministra do Supremo me contou, que às vezes um homem chega à frente do juiz e diz: “Doutor, matar na rua é crime, mas dentro da minha casa?!”, ou seja, olha só o trabalho que ainda nós vamos ter que fazer para mudar cultura e mentalidades.

Então, parabéns, Senador, Senadoras, parabéns. Que bom ver este Plenário aqui com pessoas que eu tenho certeza de que vão levar e vão também assumir conosco essa grande militância, essa grande decisão, determinação, coragem para enfrentar todos os tipos de violência contra as mulheres. Nós queremos as mulheres o quê?

(Manifestação da plateia.)

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES – Vivas! Nós queremos as mulheres vivas. Então, eu espero que... Esta Casa, tenho certeza de que depois desta sessão será diferente e vai defender toda a causa das mulheres e dos homens que têm compromisso com isso.



Eu tenho dito claramente: este ano é ano de eleição, e nós, mulheres, não podemos votar em nenhum homem que agrida, que seja grosseiro, que não entre nessa luta, que não aprove as leis que mantêm vivas as mulheres, que mantêm as mulheres participantes e protagonistas dessa sociedade. Queremos meninas e meninos, homens e mulheres que construam a sociedade do conhecimento, a sociedade da paz, a sociedade da solidariedade e da igualdade de gênero, raça e etnia.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres, que fez uma exposição... Eu quero apenas dizer que Ministra é Ministra, se ela foi além do tempo, é o que o coração dela dizia, deixa falar tudo. Então, mais uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Foi muito bem, Ministra, gostei, gostei.

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES (*Fora do microfone.*) – Obrigada, obrigada. Desculpe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, foi bem, parabéns.

Agora nós vamos, de imediato... Nós temos aqui quantos inscritos, convidados? (*Pausa.*) Onze. A nossa Senadora vai falar agora? (*Pausa.*)

A Senadora Teresa Leitão cedeu, neste momento, espaço para a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu falo depois dela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em seguida você fala? Está bem.

Por favor, Diretora Ilana, que tem um belo trabalho aqui no Senado em defesa das mulheres, o tempo é seu por dez minutos.

Enquanto você chega à tribuna, eu já digo que a próxima será a Senadora Teresa Leitão e, em seguida, a Sra. Rafaella.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Paulo Paim.

Cumprimento também a mesa, a Ministra Márcia, a Senadora Teresa Leitão, já agradecendo essa sororidade com o meu pedido, e justifico: eu tenho uma reunião às 11h30 na Caixa e ainda preciso fazer o deslocamento daqui para lá.

Eu vou ser muito breve, até para não utilizar os dez minutos a mim cedidos e poder devolver a palavra à Senadora Teresa Leitão.

Bom dia a todos e a todas que estão aqui no Plenário do Senado Federal, que nos veem e nos escutam pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Nesses últimos dias, nesses últimos meses, muito se tem falado de feminicídio, mas talvez a melhor forma de expressão sobre isso eu tenha escutado da Ministra Carmen Lúcia, que conseguiu, com brilhantismo, resumir a questão. O pacto social que mata mulheres foi engendrado por homens. Nós não participamos dele, por isso, com ele não estamos comprometidas. “Parem de nos matar, porque nós não vamos morrer”, assim disse a Ministra Cármen Lúcia, e conseguiu diagnosticar perfeitamente a nossa sociedade machista, misógina, capacitista, racista, que quer excluir o diverso. E nós somos o diverso, mas somos um diverso de mais de 50% da população brasileira, portanto, nós não vamos morrer. A este pacto nós não assinamos, dele não participamos e por isso não nos sentimos obrigadas a criar as condições para que nos matem. E não criamos condições através deste Parlamento, através das diversas leis, como, por exemplo, a Lei Maria



da Penha, aqui já tantas vezes nominada, a Lei do Feminicídio, a lei contra o *stalking* e todo um cabedal normativo que protege as mulheres.

Eu estava aqui olhando as minhas redes sociais e vi um vídeo do colega do Senador Paulo Paim e da Senadora Teresa Leitão, membro também da Bancada do PT, o Senador Rogério Carvalho, e vou dar a ele a autoria, porque ele que falou, e ele dizia: “Cuidado não é controle, ciúmes não é amor e casamento não é prisão”. E ele está repleto de razão. Nós precisamos claramente compreender como tratam de nos aprisionar, de tirar a nossa liberdade. E aí a escala da violência vai crescendo até chegar ao feminicídio.

Mas também aprendendo, desta vez com outro homem, também vou nominá-lo, um aluno meu de doutorado, defensor do Estado do Amapá, chamado Eduardo – o Eduardo está estudando a questão do Estatuto da Vítima e o impacto do Estatuto da Vítima nas questões vinculadas à violência de gênero e à proteção às crianças e adolescentes –, o Eduardo, meu aluno, que faz doutorado no IDP, trouxe estudos, então, da comunidade europeia, onde o Estatuto da Vítima já é realidade, e de como ele impacta a percepção, a proteção e a ação da vítima no processo.

Hoje em dia, o processo é binário: ele fala da acusação e ele fala da defesa, mas a vítima é impassível, ela não faz parte desse sistema. A partir do Estatuto da Vítima, se apresenta uma triangulação: a vítima passa a ser ente sem desequilibrar o sistema jurídico, o sistema jurídico no Brasil, que dá dúvida ao réu e, se esse réu não for comprovadamente culpado, então, não será penalizado. Mas a vítima é um ente desse sistema, um ente que, até este momento, não tem a sua proteção e, mais do que isso, o seu papel.

E eu termino muito rapidamente as minhas palavras falando do Estatuto da Vítima, porque, Senador Paim, Senadora Teresa, o Estatuto da Vítima está em análise neste Senado Federal, na Comissão de Segurança Pública, sob a relatoria do Senador Wilder, e me parece que será uma grande homenagem à mulher ainda neste mês de março, se for possível que possamos evoluir com o Estatuto da Vítima, porque claramente a mulher enquanto vítima da violência doméstica, se puder ter uma posição mais ativa no processo e tiver também as proteções que o Estatuto da Vítima oferece, talvez, quem sabe, possa ser mais protegida e não ser vítima do feminicídio. Por isso, é urgente que, neste mês de março, nós possamos também nos atentar ao fato e ao papel do Estatuto da Vítima dentro desse leque de proteção às mulheres e às meninas.

Agradeço esse espaço. Para mim é muito importante estar aqui falando.

Eu acho que, há 11 anos, quando eu virei Diretora-Geral desta Casa, eu nem saberia as oportunidades de aprendizado que isso me traria. E um grande aprendizado que eu tenho é dizer que nós não morreremos, nenhuma de nós morrerá, nem as mulheres brancas, nem as mulheres pretas e pardas, nem as mulheres quilombolas, nem as mulheres ribeirinhas, nem as mulheres da população de rua, nem as mulheres lésbicas, nem as mulheres trans, porque nós somos todas mulheres. E o que eu aprendi aqui é que, se essa corrente consegue ser unida, apesar das nossas diferenças, ela consegue ser uma corrente indestrutível.

Muito obrigada por essa oportunidade. Agradeço a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Diretora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, que tem um trabalho excelente aqui na Casa.

Eu queria de imediato passar a palavra à Senadora Teresa Leitão.

Enquanto a senhora vai à tribuna, eu só dou um aviso aqui. Pode se dirigir à tribuna.

Esta Presidência informa que os cidadãos podem participar desta sessão de debates temáticos através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania – é esse serviço que propicia que as pessoas façam contato aqui na audiência conosco – ou também pelo telefone 0800 0612211.

Senadora Teresa Leitão, grande Líder desta Casa, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.



Quero cumprimentar o Senador Paim, coordenador desta sessão e também proponente da realização de debates temáticos sobre o feminicídio, e, ao mesmo tempo, lhe dar os parabéns; cumprimentar a Senadora Augusta que precisou sair para uma reunião da CPMI – aí a gente trocou, ela foi e eu vou ficar –; e cumprimentar todas as convidadas que vão falar depois de mim e todas vocês e todos vocês que estão presentes nesta sessão.

Sobre o tema que a gente vai debater, eu queria dividir a minha fala em dois momentos, Ministra – eu a saúdo na pessoa de todas as convidadas, de maneira muito especial –: a fala da Ministra, que resulta tudo o que está sendo feito; e, no segundo momento, qual é o entendimento que a população, que a sociedade tem de feminicídio.

O que se passa no imaginário social quando a gente fala em feminicídio? Então, a fala da Ministra foi muito precisa naquilo que está sendo feito, o que já foi feito e o que ainda será feito pelo Ministério das Mulheres.

A primeira vez que o Presidente Lula falou sobre isto foi no meu estado, um estado com índices muito elevados de feminicídio. Em 2025, foram solicitadas 35.243 medidas protetivas; este ano, já foram solicitadas 3.249. O mais recente caso de tentativa de feminicídio foi de um ex-marido que foi à casa da sua ex-mulher de posse de um galão de gasolina, deu um monte de tiros na porta para queimar tudo – é um estado violento, apesar de ser o estado das heroínas de Tejucoapo.

E o Presidente Lula, que tomou para si a responsabilidade de tematizar o feminicídio, estava lá em Pernambuco – na primeira vez que ele falou sobre isto –, estava numa atividade administrativa na Refinaria Abreu e Lima, que compõe o polo de Suape. E lá, ele disse que, sozinhas, as mulheres não vão dar conta, porque parece que elas falam para o vento. A responsabilidade dos homens não agressores com a luta contra o feminicídio – e aqui nós temos um deles, nosso querido Senador Paim – é fundamental nessa comunicação a quem compete o enfrentamento ao feminicídio, porque, senão, os machistas e os misóginos ficam dizendo o que eles dizem sempre: “Isto é coisa de mulher”, e não é. É coisa da sociedade, é uma luta civilizatória, é uma luta contra a barbárie. (*Palmas.*)

E, decorrente disto, veio o pacto a que nós assistimos a sua assinatura, o pacto com as suas duas dimensões: o pacto que reúne os três Poderes é uma dimensão, o três Poderes constituídos – Legislativo, Judiciário e Executivo –; e o pacto que eu quero realçar muito na fala da Ministra Márcia Lopes, que reúne uma ação intersetorial do Ministério das Mulheres. O Ministério das Mulheres passa a ser foco coordenador, Ministra, desse pacto no âmbito do Poder Executivo. E isso é muito importante para nós, porque vai requerer uma reviravolta também na estrutura, no orçamento, na necessidade de recursos para se fazer tudo o que está sendo planejado pelo ministério, em conjunto com vários outros ministérios. Então, esse salto de qualidade, de planejamento, de ação precisa ser acompanhado por nós.

E aí eu já passo para a minha segunda parte da reflexão e da conscientização do que é feminicídio, porque há mulheres violentadas, mulheres agredidas, todo tipo de violência que a gente agora precisa categorizar, para ficar mais explícito: a violência doméstica, a violência patrimonial, a violência psicológica, a violência sexual, a violência física, a violência política, que também nós sofremos onde estamos exercendo os nossos mandatos.

É um desafio muito grande – muito grande –, até porque o termo cunhado “feminicídio” precisa vir acompanhado desses dados para dizer: é a ação mais machista, misógina, sexista, porque estão nos matando porque nós somos mulheres, simplesmente porque nós somos mulheres. Mas isso não é do dia para noite, não é um tiro que se dá. Hoje a gente repara que todos os crimes de feminicídio estão acompanhados de um componente de crueldade muito grande – tem que marcar o corpo, tem que marcar a alma antes de praticar o crime.

Então, como deve ser, nesse patamar, o nosso combate, o nosso enfrentamento, a nossa prevenção e



as punições? Foram lidos alguns projetos que estão tramitando aqui na Casa, e eu quero destacar um, porque esse projeto ataca um dos celeiros, um dos ninhos que choca os ovos da serpente do fascismo, que choca os ovos da serpente do machismo nas redes sociais, que está lá todo dia. É o PL nº 2, de 2026, de autoria do Senador Randolfe. Eu fui Relatora desse PL, que deveria ou poderia ter sido votado quarta-feira, aqui no Plenário. Não votamos, mas fizemos um bom debate, Ministra. Fizemos um bom debate e, em nome do consenso, a Mesa acolheu um pedido de Líderes para que ele não fosse votado naquele dia e fosse reencaminhado para duas Comissões, uma técnica, porque ele trata de mídias sociais, então ele iria para a Comissão de Ciência e Tecnologia – iria não, irá –, para depois ele vir para o Plenário.

Mas o debate que nós fizemos, na quarta-feira passada, foi um debate do mérito desse projeto. Esse projeto visa a coibir – coibir mesmo –, breicar, como se diz, retirar e punir o que está acontecendo, nas redes sociais, de fomento à violência contra as mulheres através dos chamados *red pills*. São homens, só homens. Para entrar nesse negócio, tem que ser homem, tem que ser violento ao extremo, não pode ter vergonha na cara, não pode ter nenhum senso de humanização, não pode ter nenhum respeito às mulheres, porque é isto que eles fomentam lá: “A mulher tem que ser submissa”, “a mulher não pode desobedecer ao homem”, “segure-a”, “deixe-a sem dinheiro”, “deixe-a trancada em casa”, “perturbe a vida dela”. São essas as lições que dizem lá. “E, se ela disser ‘não’, levante a sua mão com uma faca”, “e, se ela disser ‘não’, aperte o cinto mais ainda, com todo tipo de violência e de prática que você pode fazer”, “intimide as mulheres”, “elas não podem ser iguais a nós”, “as mulheres são seres inferiores”.

Isso é trabalhado todo dia nas redes, divulgado todo dia para comunidades fechadas, comunidades abertas, de um fanatismo inclusive religioso, trazendo a mulher como um objeto qualquer. Isso tem que ser proibido, minha gente. Isso tem que ser banido. Temos que ter relações legais com as plataformas para proibir isso. É disso que trata o PL 02. E ele precisa ser apoiado, sim. Ele vai passar por um debate, já está distribuído para nova relatoria, mas, no dia em que ele vier aqui para o Plenário, a gente tem que ter muita força política para ele ser aprovado, porque é um conjunto, Márcia, de ações. A gente vai fazendo a ação protetiva de um lado e as redes sociais vão fazendo a ação – eu não sei nem como caracterizar essa ação; é uma ação criminosa – criminosa por outro lado.

Então, esse conjunto de coisas que a gente precisa cuidar e tratar também aqui no Parlamento é que pode trazer uma condição, que vai ser uma condição histórica, porque o machismo é estrutural, a misoginia é estrutural, isso compõe toda a sociedade patriarcal, onde passamos a ser sujeitos muito recentemente, porque o direito de votar é uma afirmação da nossa cidadania, mas ele não tem nem um século, ele tem 94 anos; quando fomos ao mundo do trabalho, não fomos por uma percepção de que ser profissional poderia também ser um aspecto da nossa realização; fomos por uma necessidade do mercado no pós-guerra; a lei da igualdade salarial entre homens e mulheres é de dois anos atrás. E nós tivemos o dissabor de ver, na Câmara de Deputados e Deputadas, algumas Deputadas votarem contra essa lei. Quem vota contra uma lei dessa na condição de legisladora é porque acha que os homens e as mulheres não têm direitos iguais – então, a partir da perspectiva do direito ser igual, de combater as desigualdades, com todos esses cortes que Márcia deu, de gênero, de raça e de território... –, é porque acha que a gente pode ser submetida mesmo. Uma mulher submetida é uma mulher que fica fragilizada.

Então, essa rede de proteção, essa rede de empoderamento precisa ser também uma rede de combate a todos aqueles atos, a todas aquelas ações que tentam nos tirar do foco do protagonismo, que tentam nos tirar da realidade de sermos sujeitos de direitos e de termos a condição de andar tranquilamente pelas ruas do meu país, pelas ruas do meu território, pelas ruas da minha comunidade. Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci. Eu quero trabalho, eu quero comida, mas eu quero também diversão e arte. É isso que faz o ser completo. É isso que faz a mulher ser respeitada em todas as suas dimensões.



Eu quero ter autonomia e liberdade sobre o meu corpo. Eu quero escolher a minha orientação sexual sem preconceitos, sem rótulos e sem castigos. Eu quero ser Deputada, eu quero ser Prefeita, eu quero ser Senadora, eu quero ser Governadora, eu quero ser Presidenta. Eu quero ficar em casa administrando o meu lar. Eu quero ter filhos, eu não quero ter filhos. Eu quero seguir tal profissão, eu quero ser aviadora ou eu quero ser professora, eu quero ser filósofa, eu quero ser motorista de caminhão. A mulher em toda a sua dimensão, e que nisto não incorram limites impostos pelo machismo, limites impostos pela misoginia, limites impostos pela violência, porque aí chega a morte do feminicídio.

Senador, meus parabéns, nós precisamos de mais homens que conosco caminhem para que sejamos livres, fiquemos vivas e comemoremos nossa felicidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Essa é a Senadora Teresa Leitão, que é também Presidente da Comissão de Educação. Meus cumprimentos, Senadora Teresa, brilhante pronunciamento.

Passamos de imediato a palavra para a Sra. Rafaella Mikos Passos, Assessora Especial de Diversidade, Equidade e Inclusão no âmbito da Defensoria Pública da União e Coordenadora do Observatório da Violência contra as Mulheres da DPU.

O tempo é seu. (*Palmas.*)

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Agradeço, Senador Paulo Paim, a iniciativa de convocar esta sessão. Cumprimento todas as autoridades presentes, nas pessoas da Senadora Teresa, da Ministra Márcia. É uma grande alegria e uma grande honra, e é uma grande responsabilidade falar após V. Exas.

Como integrante da Defensoria Pública da União, eu venho trazer uma reflexão que eu considero central nessa temática. A DPU é o ramo da Defensoria Pública que atua na esfera federal. Então, a gente verifica que a violência contra as mulheres não atinge apenas determinados setores da sociedade, das instituições públicas, ela é um problema transversal, e o feminicídio é a consequência mais grave de uma sequência de violências. Ela não mora numa caixa separada da vida das mulheres, ela está no cotidiano de todas as mulheres, de todas que estão aqui, de todas as mulheres da sociedade. E essa é a razão por que a Defensoria Pública da União, mesmo não atuando nos processos judiciais da Justiça estadual sobre violência doméstica, também tem um papel fundamental nesse enfrentamento.

O nosso trabalho está ligado à vida das mulheres vítimas de violência. Então, uma mulher vítima de violência pode chegar à DPU por uma demanda previdenciária, por uma questão de saúde, por um benefício assistencial, durante alguma ação itinerante da DPU para a população indígena, para a população migrante, para a população quilombola. Nesse momento, nós precisamos estar prontos e prontas para reconhecer essas vulnerabilidades, informá-la sobre seus direitos e integrá-la na rede de proteção. Nós somos, muitas vezes, a primeira e a única porta de entrada dessas mulheres para o sistema de justiça, para milhões de brasileiras.

Então, nós estamos nos territórios mais vulneráveis. Nesses atendimentos itinerários que eu mencionei, nós conhecemos de perto a face da violência que esta sessão pretende debater.

E é preciso ter esta reflexão, porque, se a violência no Brasil é um problema estrutural e generalizado, nós precisamos assumir as consequências concretas disso. As mulheres que são atendidas pela DPU em qualquer matéria são potenciais vítimas de violência. E essa consciência social e institucional é indispensável para que a questão da violência de gênero seja trabalhada de forma adequada dentro da DPU e em todo o sistema de Justiça.

A violência não é um tema em apartado, ela é transversal na vida das nossas assistidas e nos



processos em que atuamos. E essa constatação tem orientado essa transformação institucional da DPU nos últimos anos. E não se trata apenas de criar programas específicos, embora nós tenhamos criado, mas também de mudar a lógica dos nossos atendimentos. Cada servidora e cada servidor, cada defensora e cada defensor público, em cada unidade do país, precisam estar preparados para identificar a violência quando ela aparece juntamente com outra demanda. Nós estamos revisando protocolos, capacitando as nossas equipes e incorporando esse atendimento com perspectiva de gênero, na linha do protocolo do CNJ, de que a Conselheira falará provavelmente em seguida, essa atuação com perspectiva de gênero também no nosso sistema de atendimento, no sistema eletrônico de atendimento, o DPU Digital. A nossa ideia é que nenhuma mulher passe pela DPU sem que tenhamos condições de perceber se há uma situação de violência por trás daquela demanda que ela nos traz.

Eu também trago outros exemplos concretos de como a Defensoria Pública da União atua na prática. Nós atuamos com as mulheres afastadas das suas atividades laborais por serem vítimas de violência, para que elas tenham respeitado o seu direito a benefício previdenciário, benefício assistencial... Nós também atuamos em favor dos órfãos e órfãs das vítimas de feminicídio, pleiteando a pensão especial prevista em lei, que muitas vezes não está sendo alcançada para essas crianças. Nós prestamos assistência às chamadas mães de Haia, que são mulheres vítimas de violência acusadas de subtração internacional de crianças. Nós também temos a atribuição, e estamos no Programa de Enfrentamento à Violência Política de Gênero, para trabalhar nessa matéria também. E, além disso, com nossos atendimentos itinerantes também, nós alcançamos as mulheres em todas as suas esferas de vulnerabilidades.

E aqui, como já foi muito bem falado, essas vulnerabilidades se acirram quando há sobreposição, quando elas são sobrepostas, com mulheres negras, mulheres idosas, mulheres portadoras de deficiência... E nossa atuação é necessariamente interseccional.

E, neste mês de março, a DPU está realizando a segunda edição do DPU por Elas, desta vez com a temática voltada ao enfrentamento ao feminicídio. É um esforço institucional para que a perspectiva de gênero seja trabalhada na nossa atuação jurídica finalística e o enfrentamento ao feminicídio passe a fazer parte do trabalho diário da Defensoria Pública. Então, não é um evento de comemoração, infelizmente, é um espaço de trabalho e de reflexão para a conscientização da nossa equipe com os nossos compromissos institucionais concretos.

E todo esse trabalho da DPU teve uma nova dimensão, porque a DPU passou a integrar o Pacto Nacional contra o Feminicídio, que foi firmado em fevereiro. A DPU lá integra o Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto como convidada permanente e contribuiu com propostas para o plano de trabalho. Então, nós não estamos apenas assinando documentos, nós estamos sentados à mesa e apresentando nossas propostas. E uma dessas é o plano de atuação da DPU em prol das mulheres. Nós apresentamos ao comitê, e é estruturado em três eixos. O primeiro é do acesso à Justiça, que pretende aprimorar o atendimento às mulheres vítimas de violência, nas nossas missões itinerantes. O segundo é de articulação interinstitucional, para formalizar parcerias com órgãos do sistema de justiça e da organização da sociedade civil, porque nenhuma instituição sozinha é capaz de dar conta desse problema. E o terceiro é educação em direitos, trabalhando a formação continuada do nosso público interno e também do nosso público externo, para que as mulheres reconheçam os sinais de risco e para que os homens e meninos sejam parte dessa solução.

Mas eu preciso ser franca e reiterar o que já foi falado pela Senadora Augusta no início aqui: todos esses projetos e todos esses planos, sem orçamento, a gente não consegue enfrentar da maneira adequada. Então, a DPU elaborou a estimativa de custos para a operacionalização dessas ações, mas, para maximizar o alcance dessas ações, a gente precisa de ampliação dos repasses orçamentais para essa temática.

E aí, já indo para o encerramento, eu quero voltar ao ponto de partida: o feminicídio não é um crime isolado, ele é o desfecho de uma cadeia de violências que a nossa sociedade ainda tolera e que o



Estado ainda não conseguiu interromper a tempo. Enfrentá-lo exige leis, a gente já debateu aqui que há várias leis robustas, mas ainda a gente precisa da aprovação das leis que já foram mencionadas aqui; exige articulação das instituições, e o pacto nos deu essa estrutura e eu acho que a gente pode fomentar isso.

Até, Ministra, falando das universidades, a DPU formalizou um ACT com a UFPR, lá em Curitiba, na minha cidade de origem, que a gente pode tentar, junto com o ministério, articular para replicar em outras universidades, porque a gente tem essa atribuição federal. Então fica aqui o meu convite.

E também exige, acima de tudo, uma mudança do nosso olhar e de investimento robusto: parar de tratar essa violência como assunto de mulher e entendê-la como uma questão de Estado que atravessa diariamente a vida de cada mulher, cada política pública e cada atendimento dentro da Defensoria.

Então nós estamos fazendo essa mudança por dentro e estamos à disposição desta Casa, do Ministério das Mulheres e de todas as instituições aqui presentes, para contribuir com essas soluções concretas, com dados e com a presença nesses espaços aonde a proteção ainda precisa chegar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Essa foi a Sra. Rafaella Mikos Passos, Assessora Especial de Diversidade, Equidade e Inclusão, do âmbito da Defensoria Pública da União. Ela coordena também o Observatório da Violência contra a Mulher na DPU. Meus parabéns! E pelo convite que fez a Ministra aqui, merece nossas palmas. (*Palmas.*)

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES (*Fora do microfone.*) – Vou estar lá sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É que ela reafirmou que ela vai aqui. Está bom.

Concedo a palavra, neste momento, à Sra. Jaceguara Dantas da Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça. (*Palmas.*)

A SRA. JACEGUARA DANTAS DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, pela iniciativa deste requerimento e da realização deste evento. Cumprimento aqui a Senadora Teresa e também a Ministra de Estado Márcia Lopes, Ministra das Mulheres.

Eu estou à frente – sou supervisora – da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Conselho Nacional de Justiça, e Ouvidora Nacional da Mulher, entre outras políticas.

Cumprimento aqui o Senado pela aprovação do Programa Antes que Aconteça, extremamente importante.

Reafirmo aqui a relevância desse tema, também a participação do CNJ, cuja função precípua é o aperfeiçoamento do Poder Judiciário brasileiro. Destaco ainda que o Presidente do CNJ, Ministro Edson Fachin, elegeu o combate à violência contra a mulher como tema prioritário da sua administração, tendo ainda o comprometimento de juízas e juizes de todo o país.

A violência contra a mulher não é um fenômeno isolado; é um fenômeno complexo e multifacetado, que impacta diretamente a integridade física, psicológica, moral, sexual e retira de todas nós o bem jurídico mais importante que nós temos, que é a vida. A violência da mulher não começa com agressão física; começa com uma cultura que naturaliza a desigualdade, que permeia a realidade das mulheres do nosso país e silencia as vítimas.

O Brasil registrou 1.568 feminicídios em 2025, um recorde histórico desde a tipificação do crime em 2015, com um aumento de 4,7% em relação a 2024. Como dito aqui anteriormente, quatro mulheres são assassinadas por dia pelo simples fato de serem mulheres. Desde 2015, a data da Lei do Feminicídio, mais de 13,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio. O Poder Judiciário, como ressaltou o Senador



Paulo Paim, julgou em média 42 casos de feminicídio por dia em 2025, totalizando 15.453 julgamentos, um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Também em 2025, foram concedidas 621.202 medidas protetivas de urgência, uma média de 70 medidas protetivas por hora.

Apesar do recrudescimento das penas do feminicídio – de 20 a 40 anos de reclusão, conforme a Lei 14.994, de 2024 – e não obstante nós termos uma das legislações mais avançadas do mundo, essas não têm sido suficientes para conter a violência contra a mulher que assola nosso país. E indago às senhoras e aos senhores: o que fazer? Como evitar que a violência aconteça?

É necessário transformar a cultura hierárquica e desigual em que a mulher está inserida, que se traduz em violência letal contra as mulheres. Isso se faz através de um investimento maciço em educação, baseada em valores de respeito e igualdade, e também de uma cultura de paz, em que mulheres e meninas possam ser vistas como sujeitos de direito. Já temos legislação para isso – a Lei 14.164, de 2021 –, então é preciso que essa lei seja colocada em prática e a violência contra a mulher seja debatida nas escolas.

A prevenção ao feminicídio tem que ser colocada em prática. O Poder Judiciário também tem atuado, tanto na vertente preventiva quanto na vertente repressiva, dentro e fora do sistema de Justiça. Nós temos o Protocolo com Perspectiva de Gênero, que é uma diretriz obrigatória desde a Resolução nº 492, de 2023, que já fundamentou mais de 8 mil decisões em todo o país. E o que é este protocolo? Esse protocolo objetiva combater a discriminação, a violência de gênero, inclusive a institucional, e assegurar a aplicação da Constituição Federal e dos Tratados de Direitos Humanos, exigindo que o magistrado e a magistrada norteiem suas decisões levando em consideração a desigualdade estrutural em que a mulher está inserida.

É claro que nós temos desafios, especialmente no que diz respeito ao rompimento dessa cultura de discriminação e preconceitos arraigados na sociedade brasileira, que requerem uma maturação de tempo para uma efetiva mudança cultural. Temos feito capacitação com magistradas e magistrados para que possam julgar com lentes de gênero. É imprescindível aqui, como dito, um olhar interseccional; considerar fatores sociais que potencializam a violência contra a mulher, quando se sobrepõem dois ou mais eixos de opressão, como a raça, a condição social, a orientação sexual, entre outros, tornando essa mulher mais vulnerável. As mulheres negras, além do machismo, lidam com o racismo. E, na maioria das vezes, mulheres periféricas são as maiores vítimas da violência em todas as suas modalidades, em especial do feminicídio, representando um percentual aproximado de 70%. Nós temos mulheres indígenas, mulheres fronteiriças, mulheres ribeirinhas, mulheres com deficiência, que têm dificuldades de comunicação, dificuldades com a temática da etnia, distanciamento e isolamento.

Eu menciono aqui que o grande desafio para o Poder Judiciário é reduzir o tempo médio de cumprimento das medidas protetivas de urgência, que são de quatro a cinco dias no país. Entretanto, nós temos um exemplo do Estado de Mato Grosso do Sul, onde eu era Coordenadora da Mulher, em que, com o IntegraJus, nós conseguimos reduzir o tempo da tramitação e concessão das medidas protetivas de urgência, para que fossem cumpridas não só no prazo legal de 48 horas, mas temos atingido 3 horas e, em muitos casos, 11 minutos. Isso prova que é possível. Dessa forma, nós temos agora, em análise, no Conselho Nacional de Justiça, o estudo para a implementação dessa prática, objetivando conferir celeridade às medidas protetivas de urgência.

Estamos dentro do Pacto Brasil contra o Feminicídio, que é um compromisso formado pelos três Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – para, de uma forma coordenada e articulada, desenvolver ações de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores e garantia dos direitos das mulheres. Estamos integrando o Comitê de Gestão.

Temos o Programa Nacional de Justiça pela Paz em Casa, em que, durante três períodos do ano, há uma intensificação, uma preferência para os processos que dizem respeito à violência contra as mulheres



e ao feminicídio, além de desenvolvimento de ações educativas e preventivas de forma articulada com a Rede de Proteção às Mulheres.

Temos o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que agora foi feito na sua versão eletrônica, promovendo a integração entre os órgãos do sistema de justiça e segurança pública; a campanha Sinal Vermelho, que exige uma estratégia de denúncia silenciosa voltada à proteção imediata de mulheres em situação de violência; a campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher; a campanha Salve Ela, que é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e a Vivo, que mobiliza a sociedade por meio de comunicação direta e massiva para afirmar que a violência contra as mulheres e as meninas é uma violação de direitos.

(Soa a campanha.)

A SRA. JACEGUARA DANTAS DA SILVA – Enfim, temos diversas medidas que estão sendo colocadas em prática, objetivando, de uma forma bem concreta, a colaboração do Poder Judiciário para dar fim a essa violência.

Os desafios são múltiplos – já concluindo e indo para o final –, e a subnotificação é um deles. Também é preciso dizer que a maioria das vítimas de feminicídio não tinha requerido medidas protetivas. O que significa isso? Qual é a razão? Por que essa mulher não chegou ao sistema de justiça? Então, há falha do Estado, há falha da rede de proteção, e há falha do sistema como um todo.

Eu tenho esperança de que essa mobilização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais atores do sistema de justiça, da imprensa

(Interrupção do som.)

A SRA. JACEGUARA DANTAS DA SILVA – e da própria sociedade, essas ações concretas, articuladas garantirão de uma forma mais célere e mais eficaz um agir no combate a essa grave violação dos direitos das mulheres e das meninas, para que tenhamos uma sociedade em que possamos ter o direito de viver e viver sem violência.

Muito obrigada pela tolerância. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Sra. Jaceguara Dantas da Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, que fez uma bela exposição daquele departamento da Justiça contra a violência às mulheres.

Concedo a palavra, neste momento, à Sra. Luana Faz Davico, professora de legislação penal.

A SRA. LUANA VAZ DAVICO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, bom dia a todos, a todas.

Agradeço a imensa honra, Senador, e cumprimento aqui toda a bancada, na sua pessoa, por esse convite.

Para quem não me conhece, eu me chamo Luana Davico, sou professora, estou dentro do sistema de segurança pública, como delegada de polícia, e sou ciberativista nas defesas das mulheres.

Aqui eu prometo ser breve e rápida, porque acho que a gente vai acabar sendo repetitiva sobre os mesmos temas que vocês todas expuseram de uma forma estonteante.

É, de fato, conhecido e notório que nós estamos lutando contra um sistema cada vez mais violento, e o que eu quero falar aqui um pouco é sobre este debate, sobre batermos de frente, sobre enfrentarmos a chamada masculinidade violenta.

É interessante... Eu ouvi várias falas aqui que abrangiam várias coisas que eu queria falar, porque demonstra que estamos todos sintonizados, nós mulheres, nós homens, qualquer pessoa que debate violência contra a mulher hoje compreende isto: compreende que não é uma pauta de lado político; não é uma



pauta, me permita dizer, de direita, de esquerda, de centro; é uma pauta de humanidade tratar sobre violência contra a mulher.

O que eu quero trazer aqui, muito bem já explanado por todos, é que não conseguiremos diminuir o número de feminicídios se não diminuirmos o ódio contra as mulheres. As mulheres são mortas por serem odiadas no papel e no gênero que são.

E, nesse fato, nesse imbróglio que nós vivemos, desse ódio, é interessantíssimo nós vermos os novos dados, em que 31% dos jovens da geração Z acham e acreditam que a mulher deve obedecer ao marido, não no sentido de viver como um casal tranquilo, mas no sentido de submissão. O que eu estou querendo dizer é que, pela primeira vez, de acordo com os novos dados, os jovens de faixa etária entre 10 e 16 anos são mais machistas que os velhos. Não estamos falando do jovem do tio do pavê que faz piada misógina no Natal. Eu estou falando do jovem conectado, como muito bem trouxe esta mesa aqui, com as mais possibilidades de impunidade de despejar o ódio que sente, porque esse jovem conectado vai à internet, ele se implica infiltrando em grupos, em grupos fechados, em discórdia, em tantos outros lugares. E, como a Senadora disse, nós temos um PL querendo regular isso, exatamente para podermos frear a nossa nova batalha das mulheres, porque, quando a gente passou a ocupar os espaços que ocupamos aqui, nós pensamos: estamos vencendo finalmente o machismo, o machismo estrutural.

Mas eu tenho uma péssima notícia: os dados mostram que o machismo não está mais em declínio, ele está em mutação, uma mutação de um machismo digital jovem e principalmente violento. Porque nós mulheres morremos, sim, e homens são os que mais matam, são os que mais morrem, são os que mais se matam. Os homens não estão bem, estão procurando um local de acolhimento e estão sendo acolhidos por discursos violentos. E aqui, claro, eu estou falando de *incels* e *red pills*.

A misógina precisa urgentemente ser, de alguma forma, refreada neste país. E por que não aqui no Senado? Eu não posso falar de lei, de legislação? (*Palmas.*) Nós precisamos acabar com a liberdade desenfreada de se dizer que uma mulher pode ser apedrejada, tanto na política, quanto na internet, quanto no dia a dia, porque todo dia eu acordo, você acorda e tem uma mulher morta de novo.

Então, queridos, o que eu queria tratar aqui com vocês, de forma destoante, é que, para a gente vencer o feminicídio, a gente precisa vencer o ódio. Em algum momento, nós ocuparmos os espaços passou a ser visto como se a gente quisesse roubar algo, como se a gente fosse o inimigo do homem. Nós mulheres passamos a ser inimigas de homens. E os homens a respondem isso com o quê? Violência. Porque nisso somos imbatíveis. Quando a gente fala de igualdade, eu não posso desconsiderar que homens têm força física maior do que mulheres, e é por isso que nós morremos. A gente fala que as mulheres não têm o privilégio de ter um ex-doido aqui. Isto é um privilégio masculino: falar que tem a ex-maluca, a ex que joga *glitter* no quarto inteiro, a ex que joga *glitter* quando é traída, a ex que perdoa, porque, quando esse papel é um papel feminino, essa ex é morta, ela é morta, os filhos são mortos. Por isso muito bem assinalado a violência vicária virar um crime, não porque já não era, mas porque às vezes o óbvio precisa ser dito, quando nós mulheres somos castigadas o tempo todo. E isto é necessário que nós vislumbremos: a necessidade de combater o ódio contra as mulheres. Nós não fomos convidadas para estarmos neste espaço. O tempo todo, a gente só chegou aqui por causa de muita luta, e isso não me torna inimiga de nenhum homem. Por isso, Senador, muito bem por esta Comissão de homens contra a violência contra a mulher, porque a gente precisa dos homens do nosso lado. A gente precisa de todo mundo envolvido numa sociedade que está permitindo jovens cada vez mais violentos. Eu quero encerrar... Porque foi trazida rapidamente aqui a possibilidade de que a gente pudesse trazer sugestões de legislação e de possibilidades. E eu queria perguntar para as mulheres que estão sentadas nessa mesa, que ocupam espaços de poder, espaços de exposição – somos pessoas politicamente expostas –, se vocês se sentem seguras em denunciar alguém. Se vocês acham que o caminho é fácil, se vocês percebem que serão acolhidas, ou vocês vão virar



centro de fofoca, ou vocês vão ser expostas pela mídia, ou vocês vão ser culpabilizadas. Porque, nessa sociedade, quando uma mulher denuncia, ela toma o banco dos réus, e o homem toma o lugar da vítima.

(*Palmas.*)

Então, eu peço a essa bancada que repense um protocolo de medida protetiva de urgência pautado no máximo silêncio. Não tem que ser exposta a medida protetiva de urgência, a vítima não pode ser exposta em momento nenhum. Enquanto a gente tratar a medida protetiva de urgência, inclusive como arma até política contra Senadoras aqui, contra Deputadas e Vereadoras, que vão deixar de denunciar com medo do julgamento, e o julgamento só existe por causa da exposição... Então, é necessário. Urge! Tem uma urgência, para que pessoas, mulheres politicamente expostas, possam ter a medida protetiva pautada pelo máximo silêncio, de responsabilidade de uma Casa só, de uma pessoa só, que possa encarar isso.

Muito obrigada pelo debate. Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luana.

Permita-me que eu diga que a Luana Vaz Davico foi uma indicação da sociedade civil aqui de Brasília – viu, Luana? Eles pediam que nós a convidássemos, e nós a convidamos. Luana é professora de legislação penal, é Delegada de Polícia aqui do DF, ativista digital em direitos das mulheres vulneráveis, autora... (*Manifestação de emoção.*)

Eu sei um pouco da história e da tua luta, é por isso que eu estou um pouquinho emocionado, confesso de público, mas não vou falar mais nada. Só vou dizer que você é autora do livro *Políticas Públicas para a Mulher*, autora do livro *Maria da Penha na atuação policial* e autora do livro *Violência espiritual contra as mulheres*. Não vou falar nada, só vou bater palma. Ela merece, viu?! (*Palmas.*)

Neste momento, nós vamos entrar num bloco de três pessoas que entrarão por via remota, que falarão à distância. Entre esses três, o Senador Marcos do Val me falava aqui, por telefone, de um fato que aconteceu na região dele, no estado dele, de um feminicídio de que ele gostaria de falar.

Por isso, o Senador Marcos do Val está com a palavra. É o primeiro do bloco que vai falar à distância. O tempo é seu.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente. Todo mundo me escuta? Todo mundo me escuta bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Para discursar. Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Hoje nós tivemos uma tragédia enorme. Dayse, Comandante da Guarda Municipal aqui da capital, Vitória, do Espírito Santo, foi morta pelo namorado nessa madrugada. Ela tinha a bandeira contra o feminicídio, proteção à mulher, foi a primeira Comandante da Guarda Municipal do Estado do Espírito Santo, e quem tirou a vida dela foi um policial rodoviário federal, ou seja, duas pessoas que lidam com segurança pública, um cenário totalmente diferente do que se vê. Então, participo desta sessão indignado pelo trágico caso que abalou a todos aqui hoje, no Espírito Santo.

A Comandante da Guarda de Vitória, a Dayse Barbosa Mattos, foi hoje, nessa madrugada, brutalmente assassinada. E o autor do crime é o seu companheiro, que pertencia aos quadros da Polícia Rodoviária Federal e que, logo após tirar a vida da Comandante da Guarda Municipal, tirou a sua própria vida. O que temos diante de nós não é apenas um crime, é uma tragédia completa. Duas vidas perdidas, famílias destruídas e uma sociedade perplexa. E uma pergunta que ecoa ainda mais forte: onde nós continuamos falhando?

Quando a violência chega a esse ponto extremo, precisamos ter coragem de olhar para as causas



com seriedade. Feminicídio não surge do nada, ele é resultado de ciclos de violência, sinais ignorados, de omissões de pessoas, da sociedade e muitas vezes até institucionais. Eu me lembro, quando era criança, eu escutava muito os adultos dizerem: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Bom, esse caso ocorrido hoje é ainda mais chocante porque envolve exatamente pessoas ligadas à segurança pública, pessoas que conheciam a lei, sabiam dos riscos e que em tese deveriam ser exemplos de proteção à vida, e, mesmo assim, isso não foi suficiente para evitar o desfecho mais trágico possível.

Isso nos impõe uma responsabilidade ainda maior como Parlamentares. Precisamos discutir com urgência não apenas o combate à violência contra a mulher, mas também a prevenção, com políticas públicas eficazes, acompanhamento de situações de risco, fortalecimento das redes de proteção e atenção à saúde mental. Não podemos mais agir apenas depois da tragédia consumada.

Sr. Presidente, cada caso de feminicídio é uma ferida que continua aberta na sociedade brasileira. Eu acho que a gente tem que seguir o caminho de, de alguma forma, conseguir resolver isso de forma definitiva. Quando ele termina, ainda mais a situação nesse caso... Desculpa não conseguir falar corretamente, porque foi agora nessa madrugada, era uma amiga pessoal, uma guerreira e, assim, abalou todo mundo, nós estamos aqui num clima terrível. Vai ter o velório agora à tarde. Então, assim, o que mais nos deixa indignados é porque são pessoas ligadas à segurança pública. E aí vem: qual é o tratamento que está sendo feito para esses agentes da segurança pública? Tratamento mental, tratamento da pressão da profissão, da incompreensão, de viver na margem entre o bem e o mal, e isso está levando...

Quer dizer, pessoas que poderiam estar protegendo vidas, tiveram suas vidas ceifadas. O que podemos fazer é que a justiça seja ainda mais firme e que as instituições sejam vigilantes e que esta Casa, o Senado Federal, não se omita. Que essa tragédia nos mova não apenas na comoção, mas em ação realmente concreta.

Em memória da Dayse Barbosa Mattos, em respeito a todas as mulheres brasileiras, reafirmo: não podemos continuar falhando. Que Deus abençoe todas as mulheres e que nos guie, nós Parlamentares, para que possamos encontrar uma situação, uma resolução, uma solução definitiva!

Obrigado, Presidente, e fica aqui em memória da Dayse, que, realmente, teve sua vida ceifada nessa madrugada, e o estado todo está comovido, porque hoje ela iria participar de um evento, iria ser homenageada por ser a primeira mulher liderando uma guarda municipal, e, nessa madrugada, um agente da segurança pública, da Polícia Rodoviária Federal, tirou a vida dela e depois tirou a sua própria vida. Então, entra numa outra seara, não mais de briga, de classes sociais distintas: está dentro agora da segurança pública, ou seja, isso está aumentando, está piorando, e nós precisamos, como Parlamentares, achar uma forma definitiva de acabar com o feminicídio no Brasil.

Eu tenho uma filha de 20 anos, eu tenho uma irmã, eu tenho uma mãe e nós precisamos resguardá-las, deixá-las protegidas num país que coloque a mulher como prioridade.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senador Marcos do Val! Nossa solidariedade a essa líder Dayse, que covardemente foi assassinada, e parabéns pela sua fala!

Quando V. Exa. pediu a palavra, eu tinha entendido que V. Exa., de fato, tinha uma denúncia muito grave, e é muito grave o que aconteceu no seu Espírito Santo. Nossa solidariedade a você, ao Espírito Santo, neste momento de tanta crueldade, de tanta tristeza, que você corretamente denunciou aqui neste Plenário.

Passo a palavra, neste momento, à Sra. Maria Sylvia de Oliveira, Diretora-Executiva e Coordenadora da Área de Gênero, Raça e Equidade do Instituto da Mulher Negra–Geledés. O tempo é seu, por favor, Maria Sylvia.



A SRA. MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Exmas. autoridades, Parlamentares, representantes do sistema de justiça, da sociedade civil, vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Senador, parabeno-o pela importante iniciativa e agradeço o honroso convite.

Desde sua entrada em vigor, a Lei Maria da Penha consolidou no Brasil instrumentos relevantes de proteção, fortaleceu o debate público sobre violência contra mulheres, em especial a violência doméstica. Contudo, ao completar 20 anos desse marco normativo, vivemos um paradoxo: embora tenhamos avançado no plano legal, permanecemos diante de indicadores alarmantes de violência letal contra mulheres, o que já foi exposto aqui, que colocam em xeque a efetividade das políticas públicas implementadas.

A violência letal contra as mulheres no Brasil apresenta marcadores sociais bastante claros: 62,6% das vítimas de feminicídio em 2025 eram mulheres negras, o que expressa as desigualdades raciais e estruturais que organizam a sociedade brasileira; metade das 1.568 vítimas tinha entre 30 e 49 anos, uma fase da vida em que muitas mulheres estão no auge de sua participação social, econômica e familiar.

O feminicídio precisa ser compreendido a partir de uma abordagem interseccional que considere gênero, raça, território e outros marcadores que se articulam para produzir diferentes níveis de vulnerabilidade e exposição à violência. Reconhecer e nomear o racismo institucional como um fator determinante nessas mortes tem o potencial de ampliar o escopo de proteção dessas mulheres. As mortes sistemáticas e violentas de mulheres negras não podem ser compreendidas de forma isolada, mas inseridas no contexto mais amplo das estruturas raciais de poder. Essas mortes diárias revelam não apenas a falha em interromper ciclos de violência já identificados, mas também a insuficiência das respostas institucionais.

Cada feminicídio carrega consigo uma cadeia de omissões, naturalizações e negligências. Os episódios sucessivos e chocantes de feminicídio no Brasil reforçam que o Estado brasileiro não tem conseguido intervir de forma estrutural sobre os fatores que alimentam a violência contra mulheres, ou seja: a misoginia, a cultura de posse sobre o corpo da mulher, o discurso de ódio, o racismo estrutural e institucional. A violência contra a mulher é um fenômeno social, político e cultural enraizado em padrões históricos de dominação, exploração e desigualdade. Por essa razão, não será solucionada exclusivamente por meio da ampliação de punições. E isso não significa desconsiderar a importância da legislação, mas reconhecer os seus limites. A resposta penal é quase sempre posterior ao fato consumado, ela atua depois que a vida foi ceifada. É primordial investir em educação em direitos humanos, em respeito à diversidade, combate ao racismo, desde a educação básica.

A efetiva implementação da Lei 10.639, de 2003, enfrenta resistências e lacunas institucionais e é um importante passo no combate ao racismo e à violência. A prevenção da violência contra a mulher passa necessariamente pela transformação de padrões culturais que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres. O olhar interseccional para as políticas públicas é uma medida central para que essas sejam capazes de reconhecer as diferentes formas de violência que atingem mulheres negras, quilombolas, mulheres racializadas. É preciso observar as bases normativas e metodológicas já existentes para a construção de ações integradas capazes de romper com a lógica da universalização que frequentemente invisibiliza as experiências das mulheres negras.

Outro dado importante que chama atenção é o descompasso entre a gravidade do fenômeno da violência contra as mulheres e o volume de recursos destinados às políticas públicas voltadas ao seu enfrentamento. Tal discrepância pode ser evidenciada pelo caso ou exemplo aqui do Estado de São Paulo que, para o ano de 2026, prevê a destinação de aproximadamente R\$30,6 milhões para essas políticas,



valor que precisa atender 645 municípios.

Trata-se de um montante claramente insuficiente para estruturar uma rede de atendimento capaz de garantir prevenção, acolhimento, proteção efetiva às mulheres em situação de violência.

Continua urgente assegurar a efetiva implementação da Lei Maria da Penha em sua integralidade, com a ampliação de serviços especializados acessíveis, equipes capacitadas, orçamento adequado e monitoramento permanente, com investimentos em políticas de prevenção e não apenas de repressão.

Para terminar, enquanto mulheres, sobretudo mulheres negras, continuarem morrendo em taxas desproporcionais, não poderemos afirmar que vivemos uma democracia plena. O feminicídio não é apenas a expressão extrema de violência contra as mulheres, ele é um indicador da qualidade da nossa democracia. Cada mulher assassinada representa uma ruptura de um projeto de vida, um impacto devastador sobre famílias e comunidades, e o fracasso de toda a sociedade. Enfrentar o feminicídio exige reconhecer que existe, sim, uma estrutura que produz mortes evitáveis; exige coragem política, compromisso institucional e transformação cultural, mas principalmente recurso financeiro. Sem orçamento público não haverá políticas de enfrentamento à violência eficientes.

Somente quando a vida de todas as mulheres – repito, todas as mulheres! – for efetivamente protegida, poderemos afirmar que avançamos na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Muito obrigada a todas, todos. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos a você, Maria Sylvia de Oliveira, Diretora-Executiva e Coordenadora da Área de Gênero, Raça e Equidade do Instituto da Mulher Negra-Geledés, uma especialista na área, e a sua indicação também foi por unanimidade para falar neste momento.

Passo a palavra, neste momento, também de forma remota, à Sra. Jackeline Romio, Especialista em Gênero, da Fundação Friedrich Ebert. O tempo é seu, à distância.

A SRA. JACKELINE FERREIRA ROMIO (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – A V. Exa., Senador Paulo Paim, muito obrigada pelo convite.

Prezadas autoridades presentes, é um grande orgulho, para mim, participar desta sessão e compartilhar com vocês algumas evidências sobre o feminicídio. Meu objetivo com esta fala é apresentar e demonstrar para vocês a existência de um diferencial racial na incidência do feminicídio derivado das desigualdades estruturais no Brasil – como bem apontou Maria Sylvia –, que historicamente cria barreiras que impedem a garantia de direitos humanos e o acesso à proteção social e serviços como, por exemplo, a atenção em saúde, a atenção em segurança pública quando a vítima é uma mulher negra ou indígena.

Eu tinha preparado alguns dados, mas eu vou narrar para vocês, e depois enviarei para serem anexados ao relatório.

Nos últimos meses, o tema do feminicídio tem ganhado novos desdobramentos, com reconhecimento da necessidade urgente de políticas públicas para proteger mulheres do desfecho fatal da violência de gênero. Medidas como a que vocês estão implementando, como um pacto entre os três Poderes contra os feminicídios, são fundamentais para impedir a tendência ao crescimento, observada desde que os feminicídios foram incluídos como tipo penal para classificar as mortes violentas de mulheres devido à sua condição precária nas relações de gênero. Ao nomear, reconhecemos a existência da letalidade da violência de gênero. Muito importante foi a nomeação desse crime. Hoje os feminicídios estampam cotidianamente os jornais dos diversos estados brasileiros, que contam diariamente quatro óbitos para narrar suas reportagens.

A primeira evidência que eu gostaria de trazer é comentar que existe uma relação entre o número de feminicídios registrados na área da segurança pública e o número de mortes violentas de mulheres registradas na saúde. Nós tivemos, em 2015, 4.616 óbitos por agressão física contra mulheres no Brasil; e



atualmente nós temos, em 2024, 3.622 óbitos por agressão física no Brasil. Por outro lado, uma parte considerável desses óbitos são feminicídios. A gente cresceu, na tipificação legal, de 527 óbitos para 1.492 óbitos em 2024, porque agora já tem um indicador maior ainda.

O que eu quero dizer com isso é que esse aumento da relação sai de 11% para 41% em relação às mortes violentas de mulheres. E é possível que esse número seja muito maior, porque há uma subclassificação na área da segurança pública. Então aqui é muito importante que nós possamos fazer auditoria nos dados da saúde pública, para descobrir realmente qual é a meta que nós vamos projetar para os feminicídios. Porque não é possível projetarmos agora uma queda, sabendo que, dentro desses 3.622 óbitos de mulheres por agressão física, nós podemos ter um número ainda maior; por exemplo, entre 60% e 70% dos óbitos por agressão física provavelmente podem ser feminicídios, como no caso de São Paulo, onde 74% dos óbitos por agressão física são já notificados como feminicídios.

Eu também trouxe outra evidência para o nosso debate, que é a expressiva desigualdade racial na incidência dos casos de feminicídios no Brasil. Se nós vemos tanto os dados da segurança pública quanto os dados da saúde dessas mortes violentas por agressão física, nós vemos um contínuo, de 2015 até 2024, de cerca de 62%, em 2015, a 67% dos óbitos sendo registrados em mulheres negras – pardas e pretas. Na área da segurança pública, nós temos aí um dado do Anuário estatístico de Segurança Pública de 2024 que revela que foram 63,6% dos casos. Então, nós podemos notar que há uma constância nessa desigualdade racial.

Por outro lado, eu também gostaria de falar para vocês que esses indicadores, o feminicídio como indicador de desenvolvimento social, de igualdade de gênero, de nível de saúde se relaciona com os demais indicadores sociais, que também expressam desigualdade racial na sua incidência.

Por exemplo, a terceira evidência que eu gostaria de trazer para vocês é a relação entre o indicador do feminicídio e a maternidade adolescente. Nós temos aqui, por exemplo, de 2015 até 2024, que as mulheres negras representaram cerca de 70% dos casos que ocorreram em meninas até 14 anos no Brasil. Então, há uma relação dessa tendência da superincidência em mulheres negras tanto na maternidade adolescente quanto no feminicídio.

Outro indicador que nós poderíamos utilizar para relacionar com indicadores de saúde da mulher no Brasil e os índices de feminicídio seria a própria mortalidade materna, em que nós sabemos que cerca de 64% dos óbitos impactam mulheres negras. Então, mais uma vez, aqui a gente sai de 61% em 2015 e chega a 64,6% de óbitos por mortalidade materna em mulheres negras no Brasil, um índice muito relacionado aos outros dados, aos dados do feminicídio.

Se vamos para o tema do estupro, para os casos de estupro, mais uma vez, essa porcentagem de incidência maior nas mulheres negras, pardas e pretas se reproduz. Temos que 60% dos casos que ocorreram de estupro no Brasil registrados pelo Sistema de Informação de Agravos, na saúde, 60% dos casos registrados na notificação compulsória da violência atingiram mulheres negras. Isso não são pesquisas, é o universo dos casos que a gente tem.

Esses indicadores, mesmo sendo puros e simples, já indicam uma super-representação das mulheres negras e um tema do diferencial de raça para ser tratado no Brasil.

As evidências revelam que há esse diferencial de raça/cor na ocorrência de feminicídios, mortes violentas de mulheres no Brasil, mas de também em outros indicadores, como nível de pobreza e também insegurança alimentar, desemprego... Então, todos esses indicadores estão relacionados. E, no Brasil, o caso do feminicídio concentra entre 63% e 68% em mulheres negras. Essa desigualdade também se manifesta em todos os outros indicadores, o que indica que o racismo sistêmico tem um impacto nos resultados em termos de saúde e segurança pública no Brasil.

Os resultados que eu apresentei para vocês e que vou encaminhar ao Doutor corroboram diversos



relatórios de direitos humanos de mulheres no Brasil que apontam para a interseccionalidade e a inter-relação entre as desigualdades de gênero, raça e classe.

É fundamental reconhecer esse padrão para criar medidas eficazes de redução dos feminicídios no Brasil, que a gente vê que aumenta em uma proporção das mulheres negras e abaixa na das mulheres brancas. Isso quer dizer que a política impacta diferente dependendo da raça/cor da mulher que está em vitimização.

Ainda há espaço para melhorar a ação do enfrentamento aos feminicídios no Brasil. Essa melhoria passa por identificar as mulheres mais vulneráveis, retirar as barreiras de acesso e promover serviços e direitos de forma igualitária em todos os territórios. Recomendamos criar medidas específicas contra o racismo institucional, realizar diagnósticos municipais para localizar áreas de priorização, prevenir os estereótipos da violência contra as mulheres negras, tirar as barreiras da dificuldade de denúncia e acesso aos serviços, e também produzir dados desagregados por sexo, idade, raça, cor e território, principalmente no âmbito da segurança pública, onde esses dados não são muito revelados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, parabéns, Sra. Jackeline Romio, Especialista em Gênero da Fundação Friedrich Ebert! Com dados, números, ela apontou caminhos para que todos saibam o que está acontecendo em matéria de feminicídio.

De imediato, agora, eu passo a palavra à Sra. Mia Costa, Especialista em Inteligência Emocional, Gestora Pública e uma das idealizadoras do PL 1.025, de 2026, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Eu tomei a liberdade, porque a Ministra me perguntou, pelo título, se o pacto teve alguma influência, e elas disseram que sim.

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES (*Fora do microfone.*) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A tribuna é sua, por favor. (*Palmas.*)

A SRA. MIA COSTA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada, Senador.

Eu estou bem emocionada porque eu estou há dez anos trabalhando nesta causa referente às mulheres, e ver um homem que teve a sensibilidade, o comprometimento e o entendimento da importância no nosso país desse envolvimento... Porque existe uma coisa que a gente vai aprendendo... Eu até... Desculpem-me, todas as pessoas já falaram tantas coisas importantes, e eu quero me ater mesmo ao que é mais fundamental aqui. É tão importante que a gente consiga perceber como o papel dos homens nesse enfrentamento é fundamental, porque o feminicídio não começa no crime, ele começa na formação simbólica, e essa formação simbólica tem uma raiz.

Para a gente entender isso, eu gostaria de trazer dados, estatísticas, porque são eles que nos mostram um padrão comportamental sobre esse assunto. Esses dados são recentes, do Ipea, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, e eles nos mostram que 75% das mortes por suicídio no Brasil, 90% dos autores de homicídio e 95% da população carcerária no Brasil são homens, mas, curiosamente, o nosso país é majoritariamente composto por mulheres. Nós somos maioria.

E, se as estatísticas oficiais estão comprovando – são dados, é um padrão de comportamento – que a violência é predominantemente presidida por homens – e eu quero fazer uma pergunta bem reflexiva aqui para todo mundo que está aqui e para quem nos assiste –, por que ainda não estamos tratando a formação emocional masculina como prioridade de Estado?

Eu sou especialista em inteligência emocional, que é uma ciência comportamental comprovada, e ela nos mostra que ninguém nasce sabendo lidar com as suas emoções; nós aprendemos. E o que isso significa? Que reconhecer, compreender, gerenciar as próprias emoções é de competência essencial, fundamental,



para que nós consigamos não só nos mantermos saudáveis emocionalmente, mas viver em sociedade. Se a maioria dos homens hoje ignora o que sente, como sente e de que forma recebe essas informações, como nós vamos tratar o feminicídio, se ele tem uma raiz, entre tantas outras, de tantos contextos?

O Brasil vive hoje uma urgência de conscientizar, educar e ressignificar esse papel social para os homens, os adolescentes e os nossos meninos. As campanhas precisam se tornar permanentes, não podem mais ser fragmentadas, descontinuadas. É fundamental que elas permaneçam, porque, desde cedo, os nossos meninos são condicionados a reprimir medo, tristeza, dor. Eles precisam ser fortes o tempo todo: “Engole o choro”; “Não demonstra, não, menino, que você é fraco”. Aprendemos, de maneira estruturante, que virilidade masculina está associada a domínio territorial, a ação e poder.

Eu tenho um filho que está bem ali. É um rapaz lindo, de 19 anos. E estou aqui falando isso, porque eles se tornam analfabetos emocionais. Eu preciso enfatizar isso aqui, e isso precisa ser visto, reconhecido, realmente atestado, porque, quando eu falo sobre isso, isso foi construído, isso não é universal, gente.

Existem países em que homens têm a sua capacidade emocional de demonstrar vulnerabilidade, porque eles são seres humanos – sentem. Só que, como a gente pode dizer que existe esse analfabetismo emocional masculino, na maioria das vezes, porque aprendem que virilidade, força, domínio, faz parte dessa natureza – e aqui eu quero enfatizar que emocionalmente não é assim que funciona –, a gente precisa começar a trazer isso para perto. Observar isso não mais com lupa, porque o quadro de violência é tão explícito que a gente começa a entender que realmente precisa fazer alguma coisa, falar mais sobre isso.

Todo mundo já falou tanta coisa, né? E aqui eu queria trazer algo com que, eu acredito, a maioria dos homens vão se identificar, porque o homem, consequentemente, quando está chateado, sente raiva. Quando ele está frustrado, ele sente raiva. Quando ele está triste, ele sente raiva. E isso não é porque ele não tem as outras coisas, porque ele não sente tristeza, dor; isso é porque ele aprendeu que ele precisa reprimir tais emoções. Sendo assim, isso não é ausência de sentimento nem – é importante salientar isso aqui – testosterona demais, tá? Isso, na verdade, é falta de aprendizado emocional. E, quando algo parece natural, deixa de ser questionado, é naturalizado. Então está aí, reprimido e, quando sai, sai com raiva, porque aprendeu que domínio, força e poder é ser homem, faz parte do masculino. Isso foi muito destituído para a gente de uma forma...

Então, aqui eu quero fazer um apelo, Senador. Precisamos, urgentemente, ensinar aos homens do Brasil que parem de associar que sentir é coisa de mulher, porque vocês são, vou repetir aqui, seres humanos. Desenvolver sensibilidade, afeto, atenção, reconhecer suas vulnerabilidades é essencial para que a saúde mental, como já foi falado aqui, permaneça. Vocês estão colapsando, e ler os próprios sentimentos e os das outras pessoas é importantíssimo.

(Soa a campanha.)

A SRA. MIA COSTA – Eu gostaria, na verdade, de poder falar inúmeras coisas, mas esse PL surge dessa necessidade de uma conversa das nossas dores, porque a minha compreensão sobre esse tema vem da minha infância, porque falar sobre violência doméstica para mim não vem dos livros, vem da minha realidade, onde eu saio, aos 11 anos de idade, com a minha mãe e as minhas duas irmãs, com a única roupa do corpo, escoltada pelo meu tio e minha tia, vendo e assistindo a minha mãe romper, definitivamente, com aquele ciclo tóxico de violência doméstica. Vivenciei diversos tipos de violência, física, psicológica, abusos...

(Soa a campanha.)

A SRA. MIA COSTA – E a Dra. Luciana – e vou quebrar o protocolo aqui, Senado – eu gostaria de chamar. Nós idealizamos esse projeto entendendo que nós precisamos, de fato, ter uma política pública



estruturante no nosso país que fale, que mexa nessa base que está nos matando e que permanece, de alguma forma, ainda não tendo a estrutura necessária.

E eu quero finalizar aqui, deixando claro que esse projeto, os resultados são muito importantes para nós.

A gente decidiu, a gente entendeu que era necessário estar aqui, porque as mulheres precisam compreender que quanto mais a gente se fortalece, mais a gente avança.

(Soa a campanha.)

A SRA. MIA COSTA – E, de maneira estruturante, a gente precisa também desmistificar que nós somos rivais. *(Palmas.)*

A SRA. LUCIANA GIMENES (Para exposição de convidado.) – Bom, eu teria milhões de coisas para falar. Realmente foi um projeto idealizado.

Mia, fique por favor.

Mia e eu tivemos uma conversa sobre várias violências que nós já sofremos, eu falo nós mulheres. Eu vou ler para vocês um relato.

A mulher que precisou se reconstruir por inteiro.

Pego desculpas porque estou tremendo.

Ela acreditava que casamento era parceria, acreditava que amor era abrigo. Durante anos, tentou sustentar uma relação que, silenciosamente, a desestruturava por dentro.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – A violência que viveu não deixou hematomas visíveis. Não havia gritos públicos, nem escândalos. Havia algo mais sofisticado e igualmente destrutivo: a violência psicológica. Era a desqualificação sutil, a manipulação travestida de cuidado, a inversão constante da realidade, a sensação de que estava sempre errada.

Pouco a pouco, foi duvidando da própria percepção. A autoestima foi sendo corroída não por um episódio isolado, mas por um processo contínuo de desgaste emocional. A mulher forte, segura e inteligente passou a questionar a própria capacidade de decisão.

E o mais cruel, ela continuava funcionando. Continuava trabalhando, sendo mãe presente...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – ... continuava organizando a casa e sorrindo socialmente, mas por dentro vivia em estado permanente de tensão.

Quando a ruptura finalmente aconteceu, não foi apenas o fim de um casamento. Foi o início de um processo profundo de reconstrução identitária. Ela não precisou apenas reorganizar finanças. Precisou reorganizar a própria mente, reaprender a confiar na própria intuição, precisou reaprender a dizer não, reaprender que amor não dói em silêncio.

A reconstrução foi solitária. Havia filhos para proteger. Havia responsabilidades profissionais que não podiam esperar. Havia pais que precisavam dela. Havia compromissos acadêmicos, expectativas sociais.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – Não existia tempo formal para desabar. E, ainda assim, houve noites de exaustão. Houve crises de ansiedade, medo de repetir padrões, houve culpa por dividir energia entre maternidade e recomeço afetivo.

A sobrecarga não era apenas prática. Era mental, emocional e espiritual.



Ela precisou assumir integralmente a estrutura da família enquanto ainda processava o trauma do que viveu. Precisou ser porto seguro para os filhos enquanto reconstruía o próprio chão.

E foi na fé que encontrou estabilidade quando tudo parecia instável, não como fuga, mas como sustentação interna. Houve dias em que a oração foi o único espaço onde ela não precisava ser forte, houve dias em que Deus foi o único lugar onde ela não precisava explicar nada. A espiritualidade não substituiu terapia, tampouco apoio jurídico quando...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – ... quando o corpo queria parar. Com o tempo ela deixou de buscar intensidade e passou a buscar paz, deixou de confundir emoção com amor, aprendeu que estabilidade é maturidade, que parceria verdadeira não disputa poder, que homem que ama não diminui.

Hoje, quando olha para trás, não vê apenas dor, vê crescimento, uma mulher que sobreviveu, protegeu os filhos e sustentou a casa, manteve a carreira, continuou estudando e nunca perdeu a fé, mas também reconhece algo essencial: força constante não é sinônimo de saúde, dar conta de tudo não pode ser uma exigência permanente. Ela aprendeu que não é egoísmo descansar, aprendeu que pedir desculpa não é fraqueza, que exigir respeito não é arrogância e, acima de tudo, aprendeu que não nasceu para sustentar o mundo sozinha.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – A mulher que se reconstrói após uma relação abusiva carrega cicatrizes invisíveis, mas também carrega lucidez, discernimento e maturidade emocional. Ela não quer intensidade vazia, ela quer estabilidade, parceria real. No fundo, nós queremos paz.

E talvez a pergunta mais importante não seja como ela dá conta de tudo, mas quem está cuidando dela, porque mulheres que sustentam mundos também precisam ser cuidadas, e reconhecer isso não é fragilidade, é consciência. E, depois de tudo isso, talvez o mais importante não seja apenas a história que eu vivenciei, mas o que ela revela, porque essa não é uma história isolada, essa é a história de muitas mulheres que continuam funcionando enquanto estão por dentro se desfazendo em silêncio, mulheres que não sangram por fora, mas que foram profundamente feridas por dentro, assim como eu fui.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA GIMENES – E é por isto que falar sobre isso importa, nomear importa, reconhecer importa, porque violência psicológica também é violência e ela também destrói, adocece e precisa ser enfrentada com coragem e seriedade.

(Manifestação de emoção.)

Mas essa história não termina em dor, ela termina em consciência, em reconstrução. Para muitas, isso aqui é apenas uma chave, mas, para mim, ela significa liberdade, ela significa reconstrução, ela significa que juntas nós podemos superar tudo isso e podemos nos ajudar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós agradecemos muito à Sra. Mia Costa e também à Luciana, especialista em inteligência emocional e gestora pública. Foram elas que pensaram o PL 1.025, de 2026, que eu apresentei, baseado no pacto, que institui a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Vamos em frente, porque o nosso tempo está explodindo já, e temos ainda mais três convidadas, que estão pacientemente esperando até o momento, aqui no Plenário.



Passo a palavra à Sra. Stella Maria Vaz Valadares Chervenski, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. (*Palmas.*)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todas e todos.

Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sra. Ministra Márcia Lopes, todas as pessoas presentes também, eu inicio esta fala – vou tentar ser bem breve – registrando, então, com respeito e muito reconhecimento, essa atuação firme e histórica do Senador Paulo Paim, que é um homem público que, ao longo de sua trajetória, tem sempre se posicionado de maneira muito consistente na defesa dos direitos humanos e de maneira especial, hoje, no enfrentamento à violência contra as mulheres. A sua postura reafirma que esse compromisso com a equidade de gênero não é apenas uma pauta exclusiva das mulheres, mas uma responsabilidade coletiva que exige de fato coragem, escuta e ação de todas as pessoas que ocupam espaços de poder, especialmente abrindo também, garantindo que esses espaços de poder sejam ocupados por mulheres negras, como temos visto hoje.

Então, falar sobre o feminicídio exige, além da nossa consternação, um compromisso com a verdade, com os dados, e esses dados têm nos revelado que a violência letal contra as mulheres não atinge a todas de mesma forma. Assim como foi falado aqui – mas a gente precisa reforçar sempre e fazer ecoar essa informação – 68% das mulheres assassinadas, nos últimos dez anos, desde a aprovação da Lei do Feminicídio, são mulheres negras; se falarmos no DF, são 78%, ou seja, quase 80% dessas mulheres são pessoas negras. E essa população negra, que é a mais exposta à violência, às violações, ainda enfrenta as maiores dificuldades para ser reconhecida pelo Estado como uma vítima e para acessar a proteção, isso segundo o estudo dos pesquisadores Ana Flauzina e Felipe Freitas. Então, para enfrentarmos a violência, o feminicídio contra as mulheres, precisamos de fato enfrentar o racismo que estrutura essas desigualdades, já que esses números não são apenas estatísticas, mas revelam também uma denúncia de um padrão e demonstração concreta de que gênero e raça se articulam na produção dessa violência letal contra mulheres no Brasil.

Então, reforçamos que as políticas públicas não têm alcançado ainda adequadamente as mulheres negras, e uma das razões persistentes para isso é a ausência de mulheres negras nos espaços em que essas políticas são formuladas, são conduzidas, avaliadas e corrigidas. Quando as mulheres negras e mulheres em sua diversidade não ocupam os espaços de decisão, o Estado perde a sua capacidade de compreender as experiências concretas de quem vive a violência na sua forma mais brutal e complexa. E a gente não fala só numa questão de representatividade simbólica, mas em qualidade democrática e efetividade dessas políticas públicas. Então, a ausência de dados desagregados e de perspectiva interseccional invisibiliza essas desigualdades e dificulta a formulação de políticas específicas baseadas em evidências que enfrentem o racismo patriarcal e incorporem efetivamente a interseccionalidade. Por isso, para enfrentar o feminicídio, precisamos, sim, ampliar a presença de mulheres em sua diversidade, como formuladoras de políticas, gestoras públicas, magistradas, defensoras, ministras, Parlamentares, lideranças institucionais também.

E, como falamos aqui muito sobre o papel decisivo do Parlamento, não apenas em legislar, em fiscalizar, destinar orçamentos e produzir também debates qualificados e multidisciplinares, como este, em que temos a oportunidade de hoje estar presentes, mas o Parlamento combate também o feminicídio, quando entende justamente que esse é um assunto não apenas da segurança pública, mas da saúde, da educação, da assistência social, da justiça e dos direitos humanos, e quando reconhece também que não basta aprovar leis, mas também acompanhar sua implementação, exigir dados, avaliar resultados e corrigir essas desigualdades na ponta.

E aqui a gente reforça também essa relevância histórica do nosso Parlamento brasileiro nos marcos



fundamentais, como a Lei Maria da Penha, de que já foi falado aqui – comemoramos esses 20 anos da Lei Maria da Penha –, e a Lei do Feminicídio, em 2015.

E registro também que o Senado atua não apenas como uma Casa Legislativa, mas igualmente como uma instituição pública que vem construindo respostas internas e interinstitucionais voltadas à equidade e ao enfrentamento da violência baseada no gênero.

No âmbito do Senado, o Comitê de Gênero e Raça, hoje coordenado não só por mim, mas por outras mulheres negras também, e vinculado à Diretoria-Geral, é uma estrutura que tem proposto ações por meio do nosso Plano de Equidade de Gênero e Raça, um instrumento que organiza metas, indicadores e responsabilidades na nossa Casa, em diferentes eixos.

Então, nesse mesmo sentido, há dez anos, nós criamos aqui no Senado, de maneira inovadora, o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, que nós chamamos informalmente da Cota 2%, que reserva, então, nos contratos de terceirização, vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente da violência doméstica e familiar.

E hoje já faz parte também da Lei de Licitações essa iniciativa, que é uma resposta concreta, também voltada à autonomia econômica, que é uma dimensão central para que essas mulheres consigam sair do ciclo de violência.

Falamos também da comunicação pública aqui no Parlamento, com esse papel fundamental de sensibilização e prevenção, como campanhas audiovisuais, por exemplo, organizadas em parceria pela TV Senado e pelo comitê, trazendo, então, mulheres e seus depoimentos sobre a violência doméstica e orientações de especialistas para ampliar o conhecimento e o reconhecimento também dos sinais e caminhos de superação.

Essa iniciativa foi uma sugestão das mulheres que hoje fazem parte do programa da Cota 2% e reforça o que elas querem trazer, que, quando as mulheres vivenciaram situações de violência, elas precisam ser ouvidas, acolhidas sem julgamento; precisam de proteção concreta, de apoio psicológico para si mesmas e para suas filhas e filhos; ou seja, precisam de condições reais de reconstruir a vida.

É preciso oferecer mais do que uma porta de saída, mas também uma construção de uma saída segura.

Quando falamos dessa escuta e do amparo, estamos falando de uma rede que funcione de verdade, de maneira integrada, acolhendo, protegendo, cuidando de saúde mental, trabalho, moradia, renda e acesso à Justiça; e da importância de racializar a aplicação da Lei Maria da Penha, refinando, então, essa escuta e desenvolvendo a sensibilidade para agressões articuladas entre gênero e raça.

Vou falar também aqui, brevemente, antes de acabar o tempo, do cuidado que precisamos ter também com as crianças das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pois, quando uma mulher vive nesse contexto de violência, suas filhas e filhos também vivem nesse contexto. Quando ela é ameaçada, humilhada, agredida, as crianças que estão ao redor também são vítimas, também enfrentam essa dificuldade. Elas precisam também dessa proteção integral do Estado.

E, por fim, falamos que, no Parlamento, temos produzido e exigido a transparência de dados em atuações como da Procuradoria Especial da Mulher, Observatório da Mulher, articulação interinstitucional, também através da Rede Equidade e do próprio Plano de Equidade.

E, por fim, destaco a atuação da Consultoria Legislativa da nossa Casa, também por proposição do comitê, que tem criado um guia para elaboração de proposições legislativas sensíveis a gênero e raça, já como um instrumento de qualificar essa atuação parlamentar, incorporando, então, essa perspectiva interseccional desde a origem das leis e das normas, para que elas possam ser produzidas e possam, de fato, alcançar as mulheres em toda a sua diversidade.

Então, para que possamos construir e garantir essa democracia, precisamos garantir a proteção



da vida de todas as meninas e mulheres, para que sigamos o que a Constituição mesma nos diz sobre promover a dignidade e o bem de todas as pessoas e...

(Soa a campainha.)

A SRA. STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES – ... como o Senador Paulo Paim bem nos disse aqui, de toda a vida, na sua forma mais ampla.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Stella Maria Vaz Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, que faz um belíssimo trabalho – belíssimo.

O Senado – a Diretora Ilana esteve aqui – tem grupos que fazem um trabalho belíssimo em relação à questão social. Eu cito isso, porque, quando houve a enchente do Rio Grande do Sul, que varreu grande parte do meu estado, essas equipes se deslocaram para lá, para ajudar o povo gaúcho.

Então, uma salva de palmas, na tua figura, Stella, a todos os funcionários do Senado Federal. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, neste momento, à Sra. Cynthia Rocha Mendonça, Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Amazonas, ativista de direitos humanos e especialista no enfrentamento à violência de gênero. *(Palmas.)*

A Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres, fez uma bela fala aqui. Eu disse para ela se alguma vez eu reclamei de alguém que passou dos dez, eu quero bater palma pelos teus vinte, porque ela falou muito, muito bem, fez um raio-X daquilo que o Governo vem fazendo.

Como ela disse para mim, para falar todos os fatos, precisava de mais de uma hora, mas ela foi brilhante.

Foi uma das primeiras a chegar, está agora, mas ela tem que sair, porque tem um compromisso no palácio.

Então, quero dar uma salva de palmas para ela e agradecer muito. *(Palmas.)*

E que bom que a gente tem mulheres liderando as nossas lutas.

A SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Quero renovar aqui meus cumprimentos.

Eu não tenho dúvida de que esta sessão será uma sessão histórica. É o Senado pela vida das mulheres.

Parabéns pela tua iniciativa, por todos que assinaram o requerimento.

E tudo que a gente quer é, de fato, que a gente continue e que esta Casa vote sempre pela vida das mulheres.

Muito obrigada.

Olha só, olha aqui... Tem Casa Flutuante da Mulher Brasileira pelo fim da violência contra a mulher e do feminicídio, Cynthia Rocha Mendonça. Que bonito. Estão vendo? *(Palmas.)*

A gente vai avançando. Que bom!

Obrigada, viu? Obrigada.

Desculpe-me, eu tenho que sair, mas eu tenho que falar. Eu teria que ter começado a falar à 1h; à 1h10, eu prometi que eu iria chegar.

Obrigada, gente. Até mais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu, Ministra.



Com a palavra a Sra. Cynthia Rocha Mendonça.

A SRA. CYNTHIA ROCHA MENDONÇA (Para exposição de convidado.) – Senador Paulo Paim, Senadoras e Senadores, Ministra das Mulheres, que infelizmente precisa sair, autoridades presentes e convidadas, eu agradeço o convite para participar deste debate sobre feminicídios no Brasil e falo como representante do Norte, do Estado do Amazonas – creio que seja a única aqui neste Plenário.

Hoje retorno a esta Casa movida pela indignação da barbárie diária contra as mulheres, porque o que nós vivemos no Brasil, hoje, não são casos isolados, tem sido um padrão: mulheres sendo mortas com crueldade, sem qualquer temor dos seus algozes. Sem temor das punições, sem temor das leis. Ao contrário, muitos feminicidas que estão presos neste momento se arrependem de ter perdido a liberdade e não de terem matado aquela mulher. Isso precisa ser levado em consideração.

Então, como já foi dito anteriormente, no último ano o país registrou o maior número de casos de feminicídios, mas o dado mais preocupante não está no crescimento; está no que vem depois, na violência que vem antes, na violência psicológica, na perseguição, nos estupros e nas tentativas de feminicídio.

E há outras formas também, há outras formas que matam: o ódio contra as mulheres, como foi muito bem dito aqui, nas plataformas digitais e a violência vicária; ou seja, o Brasil não enfrenta apenas o aumento dos feminicídios. Ele enfrenta, sobretudo, Senador Paim, a incapacidade de nós interrompermos a violência antes que ela se torne fatal.

No Amazonas, essa realidade não é diferente. Foram 20 feminicídios em 2025, e quatro registrados apenas no primeiro trimestre deste ano.

E aqui eu não posso deixar de mencionar uma das faces mais cruéis da violência – eu estou vendo aqui um público, sejam muito bem-vindos –, há meninas que são estupradas no interior do Estado do Amazonas, inúmeras, o que, neste exato momento, deve estar acontecendo.

São meninas que são violadas dentro do lugar onde deveriam estar protegidas, que são as suas casas, violadas por quem deveria protegê-las: pais, tios, avós e principalmente irmãos, casos de irmãos.

Então, são dados alarmantes.

Em 2025, foram 208 casos; e hoje, no Estado do Amazonas, em 2026, já são 18 registrados.

Um outro dado que me inquieta são os registros baixos, os registros oficiais, da presença das mulheres indígenas e da população ribeirinha. E isso não significa ausência de violência; significa subnotificação, significa isolamento territorial, significa que há mulheres que sequer, Senador, conseguem chegar ao sistema para serem reconhecidas como vítimas.

E aqui está o ponto centra: no interior do Amazonas, o acesso a muitos municípios é feito somente pelos rios. Duram horas, duram dias para uma mulher vítima de violência chegar ao município mais próximo. E, quando chega, ela não encontra a estrutura necessária para recebê-la.

Não há delegacias da mulher em todos os municípios, não há casas-abrigos, não há estrutura mínima. E a estrutura que existe, unidades básicas de saúde, delegacias comuns, muitas vezes não estão preparadas para tratar, para receber aquela mulher com aquele olhar com perspectiva de gênero.

Então, nós temos um problema muito grave no Amazonas, no interior do Amazonas, e, diante disso, é preciso dizer com muita clareza: não basta medida protetiva se não tem fiscalização; não basta botão do pânico se não há viatura e efetivo policial suficiente para chegar àquela mulher a tempo; não basta tornozeleira eletrônica se não há conectividade nos rincões do Amazonas.

Nós precisamos pensar as políticas públicas entendendo as especificidades de cada local do Brasil, e no Amazonas é diferente do Rio Grande do Sul, é diferente do Espírito Santo – é diferente.

E mais: não basta incentivar a vítima a denunciar quando ela é descredenciada, quando ela chega às delegacias – e nós temos uma delegada aqui – e é dito para ela: “Não faça isso”. Ela é desestimulada. “Volte para casa”. E, nos municípios pequenos, dizem: “Eu conheço seu marido. Volte pra lá”. “Isso é



coisa de marido e mulher”.

E ainda há um ponto crítico que precisa ser enfrentado: a falta de integração e comunicação efetiva da rede de proteção.

Hoje, em muitos casos, o pedido de ajuda encontra portas fechadas no próprio sistema de justiça. Há mulheres que não conseguem acessar medidas protetivas de forma imediata, enfrentam burocracias desnecessárias, e algumas vítimas relatam terem sido orientadas a retornar em horário comercial, inclusive por terem buscado ajuda nos finais de semana.

Isso é inaceitável, Senador Paulo Paim! Isso é inaceitável! A proteção não pode ter horário. A proteção precisa ser a todo momento. (*Palmas.*)

Não basta lei sem presença. E foi olhando para essa realidade que eu trouxe a proposta da Casa flutuante da Mulher Brasileira. Uma embarcação estruturada, comunidade integrada a atendimento capaz de oferecer, em um único espaço, serviços jurídicos, psicológicos, sociais e de saúde às mulheres em situação de violência, especialmente em comunidades isoladas, ribeirinhas e dos povos originários. É uma adaptação da Casa da Mulher Brasileira que já existe em alguns lugares do país, como já foi bem dito aqui pela nossa Ministra.

E aqui eu aproveito o ensejo – infelizmente, a nossa Ministra precisou sair por outros compromissos – de nós destacarmos a importância de priorizarmos iniciativas estruturantes como essa, que considerem as especificidades da Amazônia e fortaleçam a rede de capilaridade da rede de proteção, mas, para isso, também precisamos falar de prioridades.

Hoje, o Fundo Nacional de Segurança Pública destina 80% para combates a homicídios, Senador, e apenas 10% para políticas de gênero.

E aqui cabe uma pergunta muito simples: como enfrentar o feminicídio sem investimento robusto na prevenção?

Existe um desequilíbrio, e esse desequilíbrio custa vidas.

Então, eu finalizo, dizendo que a violência contra a mulher não será enfrentada apenas com leis; será enfrentada com presença, em todos os locais deste país, com investimento, com estrutura, com compromisso, com educação, como o senhor bem disse, e com mudança de paradigma.

Em memória de todas as mulheres que tiveram suas vidas interrompidas e em compromisso com aquelas que dependem de nós para viver livre dos grilhões da violência, eu reafirmo o que já foi dito: nenhuma mulher a menos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos à Sra. Cynthia Rocha Mendonça, que fez aqui um relato fiel do seu estado. Ela que é assessora jurídica do Tribunal de Justiça do Amazonas, ativista de direitos humanos e especialista no enfrentamento à violência de gênero.

Quando o seu nome surgiu, pela força dos seus argumentos, que estão colocados no mundo real do Amazonas, me disseram que foi um Senador que a indicou. Eu não quero fazer injustiça – foi o Senador?

A SRA. CYNTHIA ROCHA MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Foi o Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está aqui anotado, a assessoria aqui tinha razão. Então, fica aqui uma salva de palmas para a senhora, e para o Senador Omar Aziz, que é um grande Senador, e a sua indicação eu entendi como perfeita desse mundo real. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) Pode pegar ali um microfone, pode. E aperte o botão aí que vai acender uma luz verde.



A SRA. CYNTHIA ROCHA MENDONÇA – Não sei se ligou... Ligou.

Só enfatizando também, complementando que eu sou autora de um livro chamado *Feminicídio*; idealizadora do aplicativo Ronda Maria da Penha, que está em pleno uso pela Ronda Maria da Penha, no Estado do Amazonas; e também idealizadora da Casa Flutuante da Mulher Brasileira.

E agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A Ministra teve a satisfação de poder mostrar aqui a casa. Parabéns, parabéns a ambas. (*Palmas.*)

Neste momento, só falta uma painelistas, eu combinei com ela, e ela concordou, que é a Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, que faz também um brilhante trabalho.

Assim, conversei com o Senador Wellington Fagundes, que pediu a palavra, para que ele também possa dar uma mensagem, e, em seguida, ela vai encerrar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, ela pode falar primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não, eu quero que ela encerre.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, você quer que ela encerre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu quero que ela encerre. A senhora vai encerrar o evento de hoje – presidido pelo homem, mas liderado pelas mulheres.

E o Senador, que até gostaria de encerrar também, entendeu a mensagem que eu quis passar e disse: “Não, então eu falo antes dela.”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quer falar? Você já falou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já falei, já falei. Eu fui o primeiro a falar.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Wellington Fagundes.

Em seguida, vai falar a Sra. Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, encerrando o evento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, nossa referência aqui no Senado, o Senador Paulo Paim, um homem de ir sempre às lutas, principalmente por aqueles que mais precisam. Ele é o autor do Estatuto do Idoso, que eu tive a honra de acompanhar e de que tive a honra participar efetivamente.

Por isso eu quero aqui, Sr. Presidente, depois de ouvir as falas que me antecederam, começar reconhecendo uma verdade inescapável: o Brasil está falhando com as mulheres e está falhando de forma grave, porque estamos falando de violência anunciada, de ameaça que cresce diante dos olhos de todos, de toda nação e, muitas vezes, de um Estado que chega tarde demais.

Hoje aqui, já se falou, e com razão, sobre misoginia, sobre machismo estrutural, sobre desigualdade, sobre racismo e sobre a dor profunda que o feminicídio impõe às famílias e a toda a sociedade. Tudo isso é real e tudo isso é muito grave.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, acrescentar um ponto que considero decisivo. Não basta reconhecer o problema, é preciso impedir a próxima morte – e esse é o ponto central. O feminicídio não pode ser enfrentado apenas com discurso de constatação, nem apenas com leis no papel, porque a verdade é muito dura. Medida protetiva sem fiscalização não basta. Denúncia sem acolhimento não basta. Ameaça registrada sem resposta rápida não basta. O que mata muitas vezes não é só a violência do agressor, o que



mata também é a demora, a omissão, a desarticulação, o empurra-empurra institucional, a burocracia que não protege ninguém.

Por isso, eu defendo aqui, neste momento, que o que é enfrentado, que é o feminicídio, seja tratado como prioridade real de Estado. E aí eu falo como política de Estado, e não como política de Governo de plantão. É prioridade real que todos querem, e isso significa, na prática, a integração entre a polícia e a Justiça, assistência social e também a saúde.

Protocolo de resposta rápida para mulheres sob ameaça é muito importante. Acolhimento efetivo com estrutura e segurança, monitoramento sério das medidas protetivas, a presença do poder público antes que a tragédia se consuma, porque, depois da morte, não existe política pública que repare a ausência, não existe discurso de uma mãe que perdeu o seu filho, uma filha, uma irmã, uma mulher arrancada da vida sempre pela covardia.

Nós também precisamos dizer com clareza, sem rodeio e sem relativização: feminicídio não nasce do nada. Ele é o estágio final de uma escalada de humilhação, de controle, de ameaça, de posse, de violência psicológica, de agressão moral e, muitas vezes, de agressão física já anunciada, ou seja, há sinais, há pedidos de socorro, há situações em que o Estado pode e deve agir antes. E aí é que nós precisamos ser firmes, porque combater o feminicídio não é apenas alimentar e, principalmente, aumentar a pena.

Embora punir com rigor seja necessário, combater o feminicídio é construir uma rede que funcione, é garantir que a mulher ameaçada não fique sozinha, é garantir que o agressor perceba imediatamente que haverá consequência e garantir que a denúncia gere proteção de verdade e não apenas mais um protocolo arquivado.

Eu também quero fazer aqui um registro importante. Essa não é pauta só das mulheres, essa é uma pauta da sociedade inteira e assim deve ser. E, de forma muito especial, é também uma responsabilidade, Sr. Presidente, de nós homens, afinal de contas, nascemos de uma mulher.

Nós precisamos enfrentar de maneira direta essa cultura de arrogância, de domínio, de desrespeito, de covardia travestida de autoridade masculina. Homem de verdade não agride, não ameaça, não humilha, não persegue e não mata. E homem de verdade também não se omite diante da violência contra a mulher.

Portanto, senhoras e senhores, a melhor homenagem que esta Casa pode prestar às vítimas não é apenas produzir frases fortes, é produzir resultado concreto. O país não aguenta mais chorar mulheres que perderam suas vidas, e que poderiam estar vivas, se a proteção tivesse chegado a tempo.

Por isso, eu encerro aqui com a minha convicção simples e firme. Posso dizer que não é apenas punir depois, pois nosso dever é proteger antes, porque lamentar a cada feminicídio é obrigação moral, mas impedir o próximo é obrigação política, institucional e humana.

E eu quero, Sr. Presidente, também entregar aqui um projeto de lei que apresentei esta semana, e para que fique registrado aqui também nos *Anais* esse meu pronunciamento, que é o Projeto de Lei 1.320, agora de 2026, que altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, lei em que nós aqui trabalhamos muito juntos, e V. Exa. foi um dos timoneiros, que é a Lei Maria da Penha, para instituir o perímetro de exclusão eletrônica, disciplinar alertas automáticos de risco e criar o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência.

É o projeto que eu quero aqui fazer, como V. Exa. fez o Estatuto de Proteção da Mulher – verdadeiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes. Eu o cumprimento também pela sensibilidade. Ele falou de forma direta e usou no máximo sete minutos, poderia usar dez; permitindo assim também, naturalmente, que a Dra. Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, faça o



seu pronunciamento – encerrando a nossa sessão de hoje.

Muito bom, Senador. (*Palmas.*)

A SRA. RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS (Para exposição de convidado.) – Uma boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero cumprimentar, na pessoa do Senador Paim, como a gente diz lá no Ceará, “a vocês tudim”, certo? Que estiveram à Mesa, que estão aqui nos assistindo.

Eu vou ser bem objetiva, até porque, Senador, muito já foi falado e é importante a gente trazer várias perspectivas sobre esse tema. Mas antes, eu não posso deixar de agradecer a V. Exa. A agenda da mulher é a agenda mais transversal que existe, em termos de política pública, você não resolve o problema da violência fazendo só política para mulheres.

Então, quando o senhor instituiu o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o senhor agiu estruturalmente para prevenir e enfrentar violência contra as mulheres negras, contra as mulheres idosas, contra as mulheres com deficiência, em todas as suas particularidades.

Então, queria saudá-lo. Estou conhecendo V. Exa. aqui de mais pertinho, pela primeira vez, mas já acompanho, enquanto advogada, há muitos anos seu trabalho. Então, muito obrigada, seu apoio é indispensável.

Bom, de tudo que já foi falado aqui, eu escolhi um ponto, alguns pontos elementares, mas um ponto fundamental.

Gente, falar de violência contra a mulher, em todos os seus aspectos, é falar de crença, é falar de valor, de cultura. E não existe nada mais difícil, mais complexo para você mudar do que aquilo em que uma pessoa acredita, seja em que aspecto for.

Por isso que a gente... Eu atuo com o enfrentamento à violência há quase 20 anos, pesquiso, mestrado, doutorado, tudo, e as pessoas têm aquela sensação de que não dá jeito, porque cada vez que se faz mais o problema se expõe. Não existe solução simples para problema complexo, a gente precisa de soluções que também sejam estruturais. E eu quero falar, como já foi dito por uma das especialistas que me antecederam, dessa transição de constituição de valores. Antigamente, os valores se construíam essencialmente no seio familiar, Senador: era o pai, era a mãe, era a família, era a comunidade, era a igreja. Agora, o ambiente virtual é o centro, é a centralidade da formação de valores, principalmente dessa geração que nos sucede – como foi dito aqui, a geração Z.

Estudando isso, avaliando diagnóstico crítico, o menino, o jovem não está mais perguntando para o pai como lidar com o ciúme que tem da namorada, não; ele está indo para o *coach* de masculinidade, que ele segue lá no perfil dele, para ver esse negócio – ô, negócio para me irritar é essa história – de energia masculina e energia feminina. Minha gente, e Senador, isso atinge tão profundamente a constituição da subjetividade de homens e mulheres que parece que as pessoas não estão enxergando que a gente está usando um instrumento novo para ressuscitar – é que nem ressuscitar um morto – valores antigos extremamente machistas e conservadores. Só mudou o instrumento.

Esse negócio do homem alfa, da mulher beta... Como no caso daquele feminicida que está sendo investigado, aquele acusado de feminicídio, o tenente-coronel, como ele dizia nas mensagens para a PM que foi morta. Aquilo ali, gente, é o puro estrato, é a estratificação da masculinidade comercializada, porque misoginia dá lucro, Senador. Existe uma economia da misoginia. Tem 8 milhões de canais em rede social, com mais de 4 bilhões de visualizações, em que 61% desses canais – de “machosfera”; de homem alfa, mulher beta; mulher de energia feminina tem que ter um laço na cabeça, vestir um vestido de florzinha e baixar a cabeça, porque tem que ser submissa –, repito, 61% dos canais que estão dizendo isso levam para *links* externos para vender alguma coisa: é um curso, é uma mentoria, é um *workshop*, é uma oficina, é um livro.



E a gente não está olhando para isso, porque nós vivemos em um país estruturalmente desigual, mas onde o espectro da violência chega a todos os lugares. Não tem hoje uma estratificação. E a gente precisa olhar para essa questão, porque a impunidade agora, Senador, não é só objetiva: “Se eu cometer o feminicídio, vão ser tantos anos de cadeia, vou perder meu emprego, vou perder meu salário”. Não, agora a impunidade é subjetiva: “Eu não me incomodo de ser preso, não me incomodo de perder tudo, mas ela não vai sobreviver. Eu prefiro abrir mão da minha própria vida”. Gente, o bem mais precioso que nós temos é a vida, e o ódio está tão enraizado que os feminicidas estão abrindo mão de viver – de viver! – para tirar a vida da sua companheira, da sua esposa, da sua ex-companheira, da sua ex-esposa. Isso é muito grave! Isso é muito sério. Isso expõe a profundidade do problema.

Então, criminalizar a misoginia, realizar estudos, diagnósticos sobre o impacto econômico da misoginia é fundamental, porque a nova geração está vendo isso como um nicho de mercado: “Eu vou abrir um canal para gerar conteúdo falando disso, falando que mulher tem que fazer isso, homem tem que ter aquilo, e vou lucrar”, porque ódio dá lucro, ódio dá engajamento, meu povo!

Vou finalizar, porque fiquei por último e o tempo é curto.

Senador, isso é tão sério, isso é tão estruturado – muito obrigada –, que o engajamento que esses grupos fazem, de maneira muito organizada e muito estratégica, não consegue ter uma conexão com o conteúdo positivo. Se você produzir conteúdo positivo ou conteúdo aleatório sobre mulheres, quem vai consumir esse conteúdo são as mulheres, porque os homens não consomem conteúdos de mulheres nas redes sociais. O que é isso? É a discriminação em relação ao pensar, à perspectiva de mundo, de vida, de cotidiano feminina: “O feminino não me serve, não me atrai. Eu prefiro ouvir um homem falando sobre a mesma coisa do que ouvir a mulher porque eu não me sinto atraído pela intelectualidade feminina, pelo pensamento crítico reflexivo de uma mulher”. Olha como isso está enraizado e pulverizado, sobretudo, nas gerações Z, que envolvem os jovens que estão se constituindo enquanto masculinidade, enquanto afirmação, inclusive, da sua orientação de gênero.

Eu tive uma experiência – e posso compartilhar porque, teoricamente, eu seria a vítima – na rede social, e eu fiz um estudo algorítmico, porque, antes de ser *influencer* eu sou *nerd*. Então, *nerd* faz o quê? Estudo, diagnóstico, relatório – eu não me controlei. Um vídeo que a gente postou na rede social, totalmente despretensioso, viralizou. Eu acordei, abri o celular, e tinha 7 milhões de visualizações, e eu não estava preparada para isso, porque não era o meu objetivo. O conteúdo? Era um conteúdo de análise de cotidiano: “Eu fui à academia, dez anos depois, e notei que ‘isso’ e ‘isso’ mudou”.

Senador, nós temos um *ranking* de temas que mais engajam na rede social. Nesse vídeo eu explorei as categorias: vida saudável, estilo de vida e humor, que estão entre os cinco que mais engajam. Esse vídeo alcançou 7 milhões de pessoas: 89% eram mulheres, só 11% eram homens, mesmo sendo um conteúdo estatisticamente relevante nas redes sociais socialmente.

Quando eu fui fazer a análise estatística, algorítmica, eu peguei um outro vídeo, em que eu fiz uma crítica à estética masculina e ao posicionamento masculino em ambientes coletivos, especificamente em academia, e obviamente eu fui fazer o estudo, o diagnóstico – eu não me controlei. Eu precisava entender aquilo ali. E eu fui linchada, escrachada, vilipendiada nesse vídeo, que atingiu 1 milhão de pessoas. Quando eu peguei os dados, inverteu-se: se no conteúdo positivo eram 89% de mulheres comentando, engajando, etc., e 11% de homens, no conteúdo, podemos assim dizer, misógino em que fui atacada – não me atinge, pessoal, porque eu sou da geração 80; para uma coisa me atingir, é muito difícil; eu faço terapia... (*Palmas.*)

Está tudo bem, não me atinge, mas as mulheres jovens, as meninas estão muito expostas a esse conteúdo, e o linchamento escala muito rápido. Quando eu peguei o gráfico e fui ver o escalonamento, então, no de 7 milhões, 89% mulheres, 11% homens; no de linchamento, mulheres, 45%, homens, 55%.



Saiu de 13 para 55% porque era – para quê? – para linchar uma mulher.

Então, é tão organizado, é tão estratégico. O algoritmo direciona de uma forma que nem uma mulher hoje pode fazer uma crítica à masculinidade na rede social sem ser lynchada, Senador, sem ser exposta. Não é o meu caso, enfim, mas você imagine uma moça jovem que está ali construindo a sua autoestima, a sua percepção de mundo e começa a receber – eu recebi para mais de 15 mil comentários –: “Você é feia, se mate, suma do mundo, você é uma pessoa ruim”. Existem duas categorias que se sobressaem: a estética feminina, que sempre é atacada primeiro, e a moral feminina. Isso também, cientificamente, tem raízes patriarcais, tem raízes machistas.

Se a gente não olhar para isso, Senador, de criminalizar a misoginia, mas a misoginia digital, a misoginia no âmbito virtual, a gente não vai ter o impacto esperado. Tem que ter ou uma qualificadora... Aí o senhor faz a análise, junto com a Senadora Augusta Brito, que é minha chefe, Procuradora Especial da Mulher, vocês fazem uma análise jurídica se entra uma qualificadora ou uma espécie de agravante porque a geração está construindo bases da masculinidade pela rede social. Não adianta. Inclusive, entre o pai, o avô, o tio, já é outra camada geracional, a gente já tem um trabalho para desconstruir. E o *coach*, de blusa preta, e a luz laranja aqui, e sentado assim, dizendo: “Você é macho alfa. Venha ser macho alfa”. Ele quer ser alfa, porque o *coach* é rico, coloca a foto do carro importado, da viagem para a Europa, da mulher esposa troféu que tem uma estética padrão. Então, é aquilo que a juventude quer se espelhar, é aquilo que o homem jovem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS – ... quer para ele enquanto homem.

Então, pessoal, a economia da misoginia, a criminalização da misoginia sob a perspectiva virtual vai salvar vidas, nós vamos prevenir o feminicídio. Vamos olhar para essa transição de crenças e ver a perspectiva macroeconômica: ódio dá lucro, misoginia dá lucro. Não podemos deixar a misoginia virar nicho de atuação profissional. Tem curso, Senador! Tem curso que, se você for assistir – eu não assisti, mas eu me infiltrei pelo menos na abertura –, você abre o conteúdo, as frases... Estão fazendo... Eu vi uma blusa agora, que foi feita por um *influencer* e está sendo vendida – e eu vou fazer as minhas também –, que era: “Não é ciúme, é preocupação”. O que é isso? É controle disfarçado de cuidado, e eles estão vendendo camisas para os jovens com frases que induzem o controle das mulheres, que induzem a manipulação das mulheres, que induzem a estética da submissão, a estética do homem provedor – é o que mais a gente está escutando.

Por que o homem jovem quer ser o macho alfa, viajar para a Europa, ter aquela esposa troféu, ter o carro importado, morar num apartamento chique? Por que ele quer isso? Por que essa é a masculinidade ideal? Porque ele espelha o sucesso também do ponto de vista de uma economia da masculinidade bem-sucedida. Por que ele tem que ter isso? Porque, se ele não for provedor, ele não é homem de verdade. É isso que estão vendendo nas redes sociais, Senador. O homem de verdade, o homem para você casar é o homem provedor. Não importa o que você tenha que fazer para ser o provedor, você tem que ser o provedor.

Aí você imagine o impacto disso num país desigual como o nosso, num país cheio de questões macro e socioeconômicas. O impacto lá para o jovem da periferia, que se tenta cooptar todo dia pelo tráfico, para o dinheiro fácil, para o dinheiro que vai entrar rápido. Isso tem impacto coletivo, geral, macropolítico e macroeconômico.

Então eu vou encerrar a minha fala agradecendo a todos vocês pela paciência de estarem aqui. Conheçam a Procuradoria Especial da Mulher, conheçam o trabalho da Senadora Augusta Brito.

Muito obrigada, Senador. É um prazer estar aqui perto de você. Muito obrigada por ser um aliado



tão forte.

Parabéns a todas as mulheres que me antecederam.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Que bom que eu deixei você para o encerramento.

Foi um *show* para nós todos, né? Muito carinho e respeito.

Parabéns à Sra. Raquel Andrade dos Santos, Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

Ficamos muito satisfeitos e agora eu vou para...

Tem uma parte que é de praxe – viu, pessoal? –, mas eu tenho que fazer. O e-Cidadania recebeu inúmeras perguntas sobre esta audiência pública. Tivemos que fazer aqui um resuminho. Eu vou, aqui, fazer a leitura, bem rapidamente, a Consultoria do Senado vai responder depois e vocês podem ajudar – vocês da Procuradoria podem ajudar.

Danielle, do Distrito Federal, disse: “Em um cenário de crescimento do feminicídio, qual é o impacto de deslocar o foco do debate para a suposta vitimização masculina?” – pergunta.

Luanna, de São Paulo, também pergunta: “Na minha cidade [...] delegados [...] ironizam e dificultam perícias, [que vão na linha da] corregedoria ineficaz. O que fazer?”.

Regiane, de Santa Catarina: “Por que os estudos [...] são tão superficiais no Judiciário a ponto de permitir que o agressor não seja responsabilizado?”.

Mikeias, do Paraná: “Como combater a subnotificação dos casos de violência contra a mulher?”.

Fabiano, de São Paulo: “Quando vão reconhecer [a devida] necessidade de punição [...]?”.

Prisla, da Bahia: “Geralmente é um padrão de comportamento e violência, agressivo, de ofensas no psicológico, verbal, patrimonial, físico, entre outros” – aqui é um comentário.

Paula, de Mato Grosso: “Debate urgente para enfrentar o feminicídio, aprimorar a aplicação das leis e fortalecer a rede de proteção às mulheres”.

Midian, de Rondônia: “O aumento do feminicídio no Brasil é claramente por conta de leis brandas e a falta de leis rígidas para quem comete esse tipo de crime”.

Então, eu vou entregar aqui para a equipe dos consultores para que respondam.

Quero agradecer também à Senadora Augusta Brito – leve um abraço. Ela esteve aqui na abertura, fez o primeiro pronunciamento e está fazendo um trabalho belíssimo na Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. Ela não só trabalha, mas apresenta projetos. Tive o prazer de relatar um projeto dela que era da lenço...

Pode falar aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Laço Branco, eu já ia falar em lenço, coisa de homem, né? Pensei logo num lenço. Pois, do Laço Branco, que foi aprovado por unanimidade. Então, meus cumprimentos a ela também.

Só posso agradecer a todos vocês que, heroicamente, ficaram até este momento aqui nos acompanhando, os que ficaram naturalmente pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, e dizer que além de a Agência Senado e da rede de comunicação da Casa, a TV, terem feito toda a cobertura, irá ao ar outras vezes.

Às vezes... Eu não gosto de repetir frases prontas, mas acho que essa foi uma sessão, de fato, histórica, pelo debate qualificado que vocês fizeram, passando para o Brasil toda esta mensagem: as mulheres têm direito à vida.



Encerrei aqui a minha fala, na abertura, em que disse: vida longa, só vida, vida longa às mulheres do Brasil e do mundo. E termino dizendo: vida longa às mulheres do Brasil e do mundo.

Para mudar esse quadro, como acho que todos vocês falaram, isso passa pela educação, pela educação dos meninos. Eu falei a frase do Mandela, que repito. O Mandela disse que ninguém nasce racista, são os pais que ensinam a criança a ser racista. Se isso é verdadeiro, a violência contra as mulheres também é. Alguém, no linguajar do dia a dia, acaba instigando o menino a pensar que ele é melhor que a mulher, que até a sua irmã, a sua amiguinha do colégio... E é um preconceito e um vergonhoso. Está ensinando a maldade para os próprios filhos.

Por isso, só posso dizer parabéns! Parabéns a todos vocês!

Quero dar uma salva de palmas não para nós que estivemos aqui como painelistas, mas a vocês painelistas que vieram do Plenário, que estão no Plenário. Que a salva de palmas seja para vocês todos que estiveram aqui hoje, neste momento tão bonito, de tanto brilho, da nossa Casa, do Senado da República. *(Palmas.)*

E aí, eu queria convidar vocês que, heroicamente, ficaram aqui – estão encerrados os trabalhos –, para a gente tirar uma foto com vocês subindo aqui na frente, para a gente poder lembrar esse dia.

Está encerrada a sessão.

Assim, na formalidade, a finalidade da sessão de debate temático termina aqui, e a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 43 minutos.)



Ata da 19ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de março de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Confúcio Moura, da Sra. Damares Alves e do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 15 horas e 53 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, e eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa semipresencial destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por meio de lista de inscrição que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Os Senadores presentes e remotamente inscritos para uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Passamos à lista dos oradores inscritos.

Temos os Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão, Damares e Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Presidente, eu vou direto no tema aqui, porque sei que todo mundo está com pressa hoje.

Sr. Presidente, eu vou comentar aqui que 21 de abril foi o dia internacional de luta contra o racismo e o preconceito, baseado no massacre de Sharpeville, que aconteceu na África do Sul, onde em torno de 70 pessoas foram assassinadas, porque lutaram contra o Apartheid; lutavam e morreram contra o Apartheid e seguiam claramente o caminho de Nelson Mandela.

Senhoras e senhores, quero iniciar cumprimentando a Caixa Cultural, em especial a Caixa Cultural Brasília, que acolhe, com sensibilidade, o compromisso com a cultura e onde fui assistir, nesse 21 de março, à belíssima exposição feita com o artista e pintor Jeff Alan, com o título Comigo Ninguém Pode – é o que os quadros retratam.

Trata-se de uma amostra com cerca de 50 obras do talentoso artista pernambucano Jeff Alan, que nos convida a mergulhar em temas profundos como memória, identidade e pertencimento. Suas telas, vibrantes e cheias de vida, colocam no centro da cena o protagonismo do povo negro e a sua situação do mundo. Há em suas obras uma atmosfera que emociona. A palavra sonho aparece como um fio condutor, um sonho coletivo, ancestral, resistente. Ali está retratada a força que vem da ancestralidade, da união, da caminhada compartilhada, uma mensagem poderosa: que ninguém constrói sozinho. Somos fruto de uma história, de um povo, de uma luta. A exposição permanece em Brasília até o dia 31 de maio e depois seguirá para a Caixa Cultural Curitiba. Eu diria a todos que vale a pena ir lá, vale a pena visitar, sentir e refletir.

Também assisti, na Caixa Cultural Brasília, ao espetáculo de teatro Menino Mandela, um musical sensível, premiado, que narra a infância de Nelson Mandela, uma produção que encanta pela delicadeza e pela força. O palco, Sr. Presidente, e o plenário estavam com uma energia especial; plenário lotado de pais, mães e crianças. Uma produção, repito, que encanta pela delicadeza e pela força, com texto de Ricardo Gomes e Mariana Jaspe, direção de Arlindo Lopes e direção musical de Wladimir Pinheiro. O espetáculo reúne um elenco talentoso que emociona a todos do início ao fim. É uma viagem poética à infância de Mandela, onde música, dança e palavra nos mostram como os ensinamentos dos mais velhos, dos anciões, foram fundamentais para formar aquele jovem que mais tarde se tornaria um dos maiores símbolos na luta contra o *apartheid*: Nelson Mandela.

A peça não fala apenas do passado, ela fala também com o presente. Ela nos chama à reflexão, ela nos lembra que a luta por justiça, igualdade e dignidade continua aqui e agora. Por isso, deixo aqui meus parabéns a todos os artistas envolvidos, à Caixa Cultural, ao Ministério da Cultura e ao Governo do Brasil, por promoverem iniciativas que alimentam a alma do nosso povo.



Permitam, senhoras e senhores, que eu diga que, enquanto eu estava ali assistindo àquele espetáculo no Teatro da Caixa, eu viajei no tempo, porque grande parte do que eu vi ali eu tinha assistido quando eu fui à África do Sul, numa missão do Congresso Nacional, representando os Constituintes de 1988, exigir a libertação de Nelson Mandela. Assim, eu posso dizer que eu me senti como se estivesse no palco – mas estava sentadinho, quietinho, lá atrás.

Eu estive na África do Sul na condição de Deputado Federal Constituinte. Integrei uma missão oficial do Congresso Nacional Brasileiro, ao lado de Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, João Herrmann, já falecido, e Domingos Leonelli – Alberto Caó, também já falecido. Fomos à África do Sul com um único objetivo: exigir a libertação de Nelson Mandela. Naquele tempo, o regime do *apartheid* ainda impunha sua face cruel. Não nos receberam, mas entregamos o documento junto àquele poder constituído. Não foi nos permitido encontrar pessoalmente Nelson Mandela, mas não recuamos. Estivemos com Winnie Mandela e com o Congresso Nacional Africano, entregamos a eles a carta de solidariedade e apoio a Nelson Mandela. Recebemos o carinho e o apoio de Winnie Mandela, que foi muito atacada, porque era uma mulher negra e líder naquele país também, mas era atacada pelo *apartheid*.

Protocolamos documentos, denunciemos a injustiça, levantamos nossa voz em nome do povo brasileiro. Foi naquele momento que recebi das mãos de Winnie Mandela a Carta da Liberdade do povo sul-africano. Aquela carta não era apenas um documento; era um grito de liberdade, um projeto de nação, um sonho coletivo de igualdade e dignidade. E posso afirmar: aquela experiência nos ajudou na construção do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, nos inspirou. Lembro também que, nas ruas de Joanesburgo, onde estive, o povo gritava com força e esperança naquela época: “Liberdade a Mandela!”, “*Amandla! Amandla! Amandla!*”, “O poder é nosso!”. E o povo também dizia: “Cada lança, um voto; cada voto, uma lança”.

Depois, já em um novo tempo, tive a honra de finalmente encontrar Nelson Mandela, liberto. Ele veio ao Brasil e visitou aqui o Congresso Nacional, em 1991. Foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida pública, estar diante de um homem que enfrentou a prisão durante 29 anos. Diziam para ele: “Você será liberto, mas pare de lutar pelo fim do *apartheid*”. E ele respondia: “Lutarei até o fim, só sairei daqui com o fim do *apartheid*”. Foi perseguido, humilhado e, mesmo assim, escolheu o caminho da reconciliação, do diálogo e da paz – uma lição que levarei para sempre.

Enfim, ele foi liberto pela pressão de todo o planeta. O mundo todo queria a libertação de Mandela.

O governo do *apartheid* recua, Mandela é liberto e se elege Presidente da África do Sul. Estivemos lá com o Congresso Nacional Africano e ali não tinha como não reconhecer a força, o carisma e a imagem de Mandela.

Lembro-me de que, numa oportunidade, Bill Clinton disse que Mandela não precisava falar. Cada vez que ele o via numa reunião de Presidentes do mundo todo, ele era recebido com silêncio e, depois, muitas palmas.

Sr. Presidente, na prisão, Mandela lia muito, estudava muito, escrevia, conversava com seus colegas da prisão. Entre eles havia grandes debates. E eles saíam de lá só quando acabasse o *apartheid*. Ele rezava muito, pedia aos céus, orava com toda a sua força. E eu me lembro da frase: “Meu povo é a minha África”, e não merece o *apartheid*, disse Mandela.

Antes de ser transferido da Ilha Robben, um prisioneiro levou uma cópia das obras reunidas de um grande dramaturgo inglês e pediu que os prisioneiros marcassem suas mensagens favoritas. Mandela não hesitou. Foi até Júlio César, Ato 2, Cena 2, e marcou o trecho onde diz que os covardes morrem várias vezes antes das suas mortes, mas o bravo sente o gosto da morte uma única vez. “De tudo que vi, o mais estranho é que os homens tenham medo, já que a morte, um fim necessário, vem quando vem”, esse é Nelson Mandela. Não tinha medo. Na prisão aprendeu, segundo ele mesmo, a ter autocontrole, foco e disciplina.



Mandela, depois que conseguiu, com muita luta e o apoio planetário que teve, a liberdade, se elegeu Presidente, então, da África do Sul. Importante lembrar que, em um país onde 90% eram negros, na hora de escolher seus Ministros, para unificar o país, ele escolheu um branco e um negro, um branco e um negro, e também escolheu mulheres na mesma proporção.

Mandela, esse Líder, para mim, de todos nós, faleceu em 2013, aos 95 anos. O mundo todo lamentou a perda do homem que foi, para brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres, uma grande inspiração e um exemplo a ser seguido. Seus conterrâneos choraram sua partida por dias, ao mesmo tempo em que dançavam e cantavam nas ruas das principais cidades, celebrando sua vida longa e generosa.

Estive em Pretória, estive em Soweto, estive na região do massacre de Sharperville, estive nos lugares onde Mandela viveu, lutou e caminhou até ser preso e virar Presidente num terceiro momento, praticamente 30 anos depois.

Enfim, Sr. Presidente, o grande humanista, forjado no calor da resistência política e moldado na prisão, buscou ardentemente, até o fim de seus dias, a resolução pacífica de conflitos e o aperfeiçoamento das relações inter-raciais, a promoção e proteção dos direitos humanos, a igualdade de gêneros e a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres. Uma vez perguntado, Mandela... O movimento social, popular, sindical pediu uma reunião com Mandela, que os recebeu. Perguntaram o que Mandela achava de eles fazerem movimento de rua. Mandela respondeu: “Façam pressão, sim. Se vocês não fizerem, a elite vai fazer movimentos. Eu preciso ouvir a voz das ruas, a batida do tambor, o canto de vocês e as pautas de vocês”.

A missão de Mandela, eu diria, foi a de um grande jardineiro. Ele cultivou um jardim de humanidade, regou dia após dia, sem esperar nada em troca, podou o necessário para que novos caminhos surgissem, cuidou da semente da esperança mesmo quando o solo parecia árido, um jardim onde os seres humanos pudessem ser iguais entre si, onde a liberdade cantasse suas canções suaves, onde o abraço fosse mais forte que o ódio e prevalecesse o amor, onde o respeito florescesse acima das diferenças de raça, cor, origem ou crença.

Este foi Nelson Mandela, uma referência para mim por toda a vida: perseguido, preso, humilhado, mas jamais derrotado, libertado e, mais do que isso, libertador de consciências, um africano de todas as cores, um homem que nos ensinou que a verdadeira força está na capacidade de perdoar, sem esquecer de lutar.

Por isso, eu encerro dizendo: vida longa aos ideais, aos pensamentos, a Nelson Mandela. *Amandla, amandla, amandla!* O poder é nosso! “Cada homem, uma lança; cada homem, um voto.” Assim, ele instalou a democracia naquele país.

É isso, Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Exa., como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fiquei aí nos meus 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Parabéns, Paim, por exaltar esse monumento humano que é o Mandela, que todos nós admiramos, que o mundo admira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, antes de o senhor passar a palavra ao nosso colega e irmão Senador Wellington Fagundes.

A bela cidade de Maranguape – já ouviu falar? – foi o berço de nascimento de Chico Anysio, esse grande gênio do humor brasileiro, em abril de 1931. Ele mudou-se para o Rio de Janeiro aos 8 anos de



idade. Teve oito filhos, sendo um adotado.

Hoje completa 14 anos do seu retorno à pátria espiritual, depois de 80 anos bem vividos, atuando como ator, locutor, produtor, escritor, roteirista, dublador, apresentador, compositor e pintor. Mas seu grande talento foi como humorista; durante 65 anos de carreira, criou mais de 200 personagens. Seu personagem favorito era o Prof. Raimundo, porque era quando tinha a oportunidade de lançar novos comediantes e dar espaço aos mais antigos que se encontravam desempregados. Era uma preocupação social constante dele. Ele era católico e tinha grande devoção a Francisco de Assis. Uma de suas maiores virtudes foi a generosidade, pois nunca foi apegado às coisas materiais. Foi mais um bom e talentoso nordestino a serviço do Brasil.

Eu dei entrada, Sr. Presidente, vamos ver se a gente consegue aprovar amanhã, com o apoio de todos os senhores... No dia 12 de abril, nós vamos ter aí a comemoração dos 95 anos – seriam os 95 anos – de Chico Anysio, que tinha problema de depressão, e muitos brasileiros têm. Inclusive, o dia de enfrentamento exatamente à questão de preconceito contra doenças mentais e tudo é o dia 12 de abril, ao mesmo tempo que é o Dia do Humorista, no dia do aniversário dele. Olhe só que data especial! E a gente, Sabrina, está com essa proposição para trazer aqui os seus filhos, as suas esposas. Eu assisti – e me emocionei muito – não apenas ao documentário dele que está aí na Globoplay, mas também à entrevista da Malga Di Paula – sua última esposa, viveu 14 anos com ele –, um depoimento muito forte, ao jornalista Rodrigo Alvarez, e foi muito marcante. Eu acho que este momento vai deixar muita luz aqui para o Senado. Tem esse requerimento de uma sessão solene aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes, PL, Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente Confúcio Moura, nosso vizinho de estado – Rondônia e Mato Grosso –, eu quero aqui, Sr. Presidente, inicialmente registrar uma grande obra de um cineasta mato-grossense, Bruno Bini. Ele terá agora uma estreia em Cinco Tipos de Medo – Cinco Tipos de Medo –, que é um filme em que Bella Campos dá vida a Marlene, uma enfermeira dividida entre o amor e o risco. Xamã interpreta Sapinho, traficante local que é considerado o responsável pela segurança da comunidade. A história se baseia no episódio real em que moradores do Jardim Novo Colorado se uniram para pagar a fiança do criminoso temendo que sua ausência deixasse o bairro vulnerável à violência de outras facções. Esse filme, Sr. Presidente, recebeu prêmios de melhor filme, melhor roteiro, melhor montagem e melhor ator coadjuvante na 53ª edição do Festival de Cinema de Gramado. E agora, na terça-feira, nós teremos, então, a apresentação lá no Cinépolis Estação Cuiabá, onde o filme será apresentado a toda a nossa sociedade. Eu parablenho aqui o cineasta Bruno Bini, muito competente. Já inclusive dirigiu uma das minhas campanhas, e eu o conheço muito bem. É um homem íntegro, trabalhador, competente, como eu disse agora, mas, acima de tudo, um homem de sensibilidade humana.

E eu quero, inclusive, deixar aqui nos *Anais* toda a descrição do que está aqui, por escrito, e peço autorização a V. Exa. para que eu dê como lido, além do outro pronunciamento que eu aqui registro, Senador Girão, que foi o parecer do Procurador-Geral da República, Gonet, depois de tantos pedidos de todos nós aqui, para que o Presidente tivesse uma prisão humanitária.

Eu estive com o Presidente dia 7 agora, juntamente com o Flávio Bolsonaro, por duas horas. E, olha, eu vi o que é o sofrimento de um ser humano, um homem sobre o qual não tem denúncia nenhuma de corrupção.

Enquanto isso, a gente está vendo aqui a CPI do INSS – roubaram os velhinhos e velhinhas, os nossos aposentados –; o Banco Master, que está sendo considerado o maior escândalo do Sistema Financeiro



Nacional, que pode levar a consequências de se perderem investimentos no Brasil, a consequências para o cidadão que está lá pagando imposto, para o jovem que quer oportunidade de emprego, e aí há falta de investimento, a gente não sabe o que vai acontecer; os consignados, Senador Girão, das prefeituras, dos estados, todo mundo, hoje, em que podemos ter vários municípios do Brasil com a previdência quebrada; aqui em Brasília, o BRB, que possivelmente terá que entrar em liquidação, ou seja, Governadores, Prefeitos, não sei quem mais. Por isso, nós queremos a CPMI do Banco Master, por isso eu assinei a CPMI do Banco Master. E, agora, estamos sendo obrigados a concluir a CPMI do INSS. Nós queríamos a prorrogação, para ir mais a fundo, porque todos estão nos cobrando isso, do Congresso como um todo. O Relator já está concluindo o seu relatório, mas ele mesmo disse: “O ideal é que nós tivéssemos mais tempo”. E há ainda a CPI do crime organizado. Infelizmente, o Brasil é isto hoje: nós pagando imposto; o cidadão pagando imposto; e a gastança aumentando; e o serviço público não chega para o cidadão. Isso causa uma revolta.

Por isso, Senador Girão... Eu vejo muito V. Exa. aqui como um combativo. Eu sou Líder do Bloco Vanguarda e tenho a felicidade de tê-lo como nosso companheiro, V. Exa. como Líder do Novo. O PL e o Novo... Todas as terças-feiras, nos reunimos também com todos os Senadores da oposição.

E o que o Presidente Bolsonaro falou na nossa reunião? Do que ele reclamou? Ele falou: “Senador, não é possível que vai fazer uma eleição que não tenha transparência e não tenha condições de igual para igual para todos que vão disputar a eleição”. Como é que pode? O Presidente do maior partido do Brasil, Valdemar da Costa Neto, não pode falar com o nosso líder maior, que é o nosso Bolsonaro – ele que é o Presidente de Honra do partido –, ou seja, não estão querendo fazer eleições equilibradas. Aí já se começa a mostrar interferência, que nós não podemos aceitar. Está demais, está passando da conta! Nós queremos liberdade, o direito de ir e de vir. Como o Presidente Bolsonaro sempre diz, é Deus, a pátria e a família. Infelizmente a família brasileira hoje está aí sendo usada para o crime organizado.

E aí nós acreditamos... A nossa esperança é o Flávio Bolsonaro. Por isso, agora há pouco, estive com ele, e lá gravamos o programa eleitoral. Agora, a gente percebe no Flávio o sofrimento pela situação do pai, mas ali ele sendo um homem de força, de fibra.

E eu parabeno também a Michelle Bolsonaro, porque foi o aniversário do Bolsonaro agora no sábado e, no domingo, o aniversário da Michelle Bolsonaro. E os dois têm que enfrentar essa situação. Aí demonstra ainda mais a força da mulher, da Michelle, que é uma mulher lá de origem simples, mas preparada, principalmente pelas causas sociais, dos mais vulneráveis, dos surdos, dos cegos, de pessoas de que o Estado está muito longe, mas de que foi uma Primeira-Dama que conseguiu chegar mais próximo.

Por isso, Senador Girão, eu sou pré-candidato a Governador e quero fazer um governo humano, um governo voltado para aqueles que mais precisam, sim, com a responsabilidade da gestão fiscal. Olha, obra é importante, mas o ser humano tem que ser olhado, principalmente aquele que está lá na ponta. O mais abastado sabe chegar ao governo, agora o governo tem que ir lá, exatamente para aqueles mais vulneráveis, que mais precisam. Esse é o governo que eu tenho certeza de que o Flávio Bolsonaro fará também. E a nossa parceria: Flávio Bolsonaro como Presidente; Wellington Fagundes como Governador; o nosso Senador José Medeiros, que está definido para uma vaga; a outra nós vamos fazer as composições. É esse o Mato Grosso de desafios.

Somos um estado de produção, um estado que exporta, um estado que produz alimentos, no coração do Brasil, para abastecer a cesta básica do brasileiro, com mais qualidade, mais farta e mais acessível e ainda exportar. Mas nós ainda somos campeões de feminicídio pelo segundo ano consecutivo. É um estado tão rico e ainda tem muita gente passando necessidade. E são essas pessoas que precisam de o estado estar lá presente.

Por isso eu deixo aqui também, Sr. Presidente... E peço a V. Exa. que dê todo o meu pronunciamento que está por escrito como lido, porque é importante que isso aqui fique nos *Anais* desta Casa.



Espero realmente que o Presidente Bolsonaro possa ter agora a decisão do Ministro Alexandre. E eu tenho pedido muito que Deus entre no coração desses julgadores, porque não dá para a população aceitar tanta perseguição. E não é só o Presidente Bolsonaro que está sofrendo. Quantos e quantos ainda estão lá, pessoas simples, humildes, como uma mulher que apenas usou batom como sua arma, escreveu, reproduziu uma frase irônica de um Ministro do Supremo – “Perdeu, mané!” – e, no outro dia, lavou a estátua com água e sabão, está lá perfeito, e pegar 14 anos de prisão?! Não dá para aceitar. Temos que derrubar o veto do Presidente da dosimetria. Enfim, temos que votar a anistia.

E aí, Brasil, é a oportunidade que todos os brasileiros têm. Teremos agora a eleição de Presidente da República, Governadores, Deputados Federais, Estaduais, Senadores. É a hora do eleitor, de forma consciente. Como o Presidente Bolsonaro diz... E muitos questionam a nós, Senador Girão: por que vocês não fazem? Porque nós somos minoria. Isso é importante que a população saiba. Nós aqui da oposição somos minoria, mas você, eleitor, terá agora a oportunidade de escolher gente compromissada e fazer aqui nesta Casa a maioria para podermos enfrentar temas tão fortes como esses todos.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, um aparte, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Só quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes pelo pronunciamento, desejar uma caminhada exitosa a ele, ao Governo de Mato Grosso.

Quero dizer também que gosto muito do Senador José Medeiros, eterno Senador, que foi Senador aqui conosco, não no período legislativo de que eu participei, mas eu tive a oportunidade, Presidente, de acompanhá-lo aqui durante o mandato em que ele, inclusive, concorreu à Presidência do Senado também, não concordando com os acordões. É um homem de muito valor e a que eu tenho muita gratidão, porque ele cruzou o Brasil para apoiar um mero desconhecido, que era eu, em 2018, que estava tentando ali chegar ao Senado. Nunca tinha sido candidato a nada, e o Zé Medeiros, o Senador Zé Medeiros, foi ao Ceará, passou mais tempo no avião entre Cuiabá e Fortaleza, com conexão, para passar horas comigo e me apoiar, num evento que nós fizemos na Assembleia Legislativa. E ele foi pé quente: eu tive a oportunidade de vencer aquela eleição e estou aqui servindo.

E desejo que o bom senso prevaleça, pelo menos desta vez. Que o Presidente Bolsonaro possa ir para casa, pelo menos ficar junto com a sua família, porque ele está cheio de sequelas – sequelas por aquele atentado, sequelas pela tortura que sofreu e sofre ainda. Então, que um senhor idoso desses vá para casa, porque é o mínimo que pode ser feito com a justiça com “j”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Eduardo Girão, para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Meu querido Presidente Confúcio Moura, agradeço a oportunidade de estar aqui com o senhor, com o senhor abrindo esta sessão. Quero saudar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiras e brasileiros que estão nos acompanhando nesta segunda-feira, início de trabalho. Muito obrigado, oportunidade de servir.

E eu sempre deixei claro, Presidente, aqui, o senhor é testemunha: quando eu começo os nossos discursos, eu sempre procuro parabenizar a TV Senado, elogiar o trabalho da equipe, da Agência Senado e da Rádio Senado. O pronunciamento que eu vou fazer hoje aqui é um pronunciamento que eu faço triste,



como cidadão e como um defensor da liberdade de expressão. E por saber que, com todas as minhas limitações e imperfeições, eu procuro cumprir meu dever e eu não posso... Até pelo compromisso com a transparência que eu tenho com o cearense que me trouxe até aqui, com o brasileiro que me acompanha, eu tenho que entregar o que é que está acontecendo, Presidente. O senhor vai se surpreender.

Eu relutei em fazer este pronunciamento aqui, mas isso não pode cair na normose; isso não é normal. Por isso é que eu fiz questão de vir, com este tempo um pouco maior, discorrer sobre a censura da qual eu estou sendo vítima aqui, especialmente pela TV Senado. Eu trago provas aqui e estou entrando na Justiça, porque isso não pode acontecer com nenhum Parlamentar. Eu vou sair daqui; eu sou contra a reeleição e vou sair daqui no começo do ano que vem, quando terminar o mandato. Mas eu gostaria que esse pronunciamento hoje pudesse evitar que a livre opinião fosse cassada, em pleno século XXI, com outros Parlamentares que aqui virão. Mas eu quero deixar claro que eu duvido que isso seja uma ação deliberada de funcionários desta Casa. Eu tenho convicção de que não é. Isso é alguma determinação superior, porque não pode! Eu conheço a equipe, que é altamente competente, dos jornalistas, dos editores, do Diretor, mas o que está acontecendo aqui a população precisa saber, porque eu não achava... E olhem que, antes de entrar na política, eu já acompanhava a TV Senado, que fez 30 anos agora. Eu já a acompanhava, porque eu era militante, ativista de causas em defesa da vida, da família. E, lá atrás, antes de chegar aqui, eu já tinha me sentido, por participar de assuntos polêmicos em Comissões, em audiência pública... Eu tinha sentido uma parcialidade, vamos dizer assim. E eu tenho esses vídeos antigos. Era parcialidade nas edições, quando o assunto era, por exemplo, legalização de aborto e legalização de maconha. E eu participei segurando cartaz, a minha opinião já foi ouvida nos microfones da TV Senado lá em 2005, 2010, quando eu estive aqui como mero ativista, cidadão que veio aqui.

Quando eu chego aqui ao Senado, em 2019, eu convivi com os profissionais e eu senti uma mudança muito grande, primando pela imparcialidade. E eu digo, nesses assuntos espinhosos, que trazem uma certa animosidade de um lado e de outro, que trazem as paixões: a TV Senado, o Rádio Senado, a Agência Senado sempre têm procurado se pautar pelo equilíbrio, mas aconteceram fatos – e não existe coincidência – nas últimas semanas que me deixaram com a pulga atrás da orelha. É por isso que eu estou tomando essa medida judicial contra a comunicação aqui da Casa.

Deixo claro, mais uma vez, Sr. Presidente, para que não fique dúvida, que sempre reconheci e continuo reconhecendo a responsabilidade e a capacidade da equipe de servidores responsáveis pela Secom (Secretaria de Comunicação) daqui, do Senado, com destaque para o excelente trabalho que é realizado pelos profissionais, mas o senhor também lembra que os sinais começaram há um ano e meio, dois anos. Toda vez que eu mostro esse bebezinho aqui, um bebê de 11 semanas de gestação – e eu já fui a debates na Globo, na *Folha*, a vários outros e eu sempre mostrei –, eu comecei a sentir que isso incomodou. Mandeí ofício. Eles tiravam a imagem... Agora não tiraram, parabéns! Está registrado aí nos *Anais* da Casa que algo que é biológico, que é biologia pura, o fígado formado, os rins formados... Isso é ciência, isso é informação! Olhem, já tem a determinação para tirar, já foi tirado agora. Eu compreendo, é uma orientação que veio da própria TV Senado. E é retirado do foco, embora aqui não tenha problema nenhum, mas é retirado.

Ali eu comecei a perceber algum direcionamento, mas o mais grave de tudo, Sr. Presidente, é o que aconteceu a partir do momento que eu, que sou filiado ao Partido Novo... Só partido pode entrar com representação contra o Presidente da Casa, e nós entramos com uma coletiva de imprensa questionando a não prorrogação da CPMI do INSS, a não instalação da CPI ou CPMI do Banco Master, e falando que estávamos entrando, o Partido Novo, vários Parlamentares aqui, contra o Presidente Davi Alcolumbre, no Conselho de Ética, por omissão institucional e por abuso de suas prerrogativas, como Presidente, para não fazer *impeachment* de ministros – de que eu sempre falo, desde que eu cheguei aqui –, não analisar; muito



pelo contrário, por debochar dos Senadores, dizendo que, se tiver 81 assinaturas, até a dele, ele não daria andamento. Isso é arrasar com o moral de Senadores, que já não está muito bom, por esses abusos que a gente tem visto no Judiciário, e esta Casa não toma postura, e a população cobra.

Então nós entramos numa coletiva, fizemos uma coletiva, e essa coletiva, Sr. Presidente, não foi transmitida pela TV Senado. Todas as coletivas que nós fizemos ali, na história, na Presidência do Senado, todas, sem exceção – eu lembro porque eu ia buscar as imagens para colocar nas minhas redes sociais –, todas foram transmitidas, e essa não. E eu fui atrás: “Olha, o que foi que houve?”, ligando para o pessoal. “Não, mas é uma atividade do partido.” Eu disse: “Poxa, isso é uma atividade política!”, e esta Casa é política, só tem um jeito de entrar contra o Presidente: é através do Partido, por isso é que estavam os integrantes do partido, que vieram do Brasil inteiro naquele dia. E aí essa coletiva não foi para o ar.

Termina a coletiva – olhem o detalhe –, eu vou para a Presidência do Senado para fazer o protocolo da representação normal, que a gente já fez em pedido de *impeachment*, enfim. Nessa hora, a minha equipe, o assessor, entra filmando, e a TV Senado foi autorizada, agradei, entrou no recinto da Secretaria-Geral da Mesa. O.k., depois eu peço a imagem: “Olha, foi feita alguma matéria sobre lá?”. “Não, não foi feita a matéria.” E eu disse: “O senhor pode me dar a imagem bruta disso aí?”. “Não, é atividade político-partidária.” Ele está de brincadeira! E me negaram a imagem, e está filmado, tem a contraprova, porque está filmado pela nossa equipe a TV Senado filmando tudo e não me entregando a imagem para eu fazer a divulgação.

Aí, o golpe de misericórdia, vamos dizer assim, foi na semana passada, em que eu tive a oportunidade de dar uma entrevista com vários microfones, estavam lá várias emissoras nacionais, a TV Senado junto, e eu falo de por que será...? Eu fiz uma pergunta: por que o Presidente não prorroga essa CPMI do INSS, que é um sucesso, que está mostrando a roubalheira de pessoas necessitadas, pessoas que têm suas aposentadorias, órfãos, viúvas, deficientes, velhinhos? Por que ele também não instala a CPMI do Master, que tem 51 assinaturas? Por que o Presidente não instala isso? Há quatro meses, na mesa, para ele instalar, basta ler; 51 assinaturas de 81 Senadores, ou seja, imensa maioria. Por quê? Eu perguntando e citando: será que é porque tem um assessor da Presidência que era o chefe de gabinete do Davi Alcolumbre, chamado Paulo Boudens? E eu trouxe as informações aqui. Você acredita que foi negada para mim essa entrevista? Só porque eu citei. E foi falado: “Porque o senhor citou a questão do Presidente da Casa”. Aí é censura, aí é inaceitável, é clássica censura, é tempo de ditadura isso aí.

Graças a Deus, como estavam várias emissoras lá, eu recebi o material bruto de emissoras e recebi o material editado da TV Senado, tirando justamente a parte que falava do Presidente Davi Alcolumbre. Não tenho como aceitar isso. Eu não vim para cá para ser violentado desse jeito, para cortarem a minha... Já foi cortada a palavra aqui, o Presidente não me deu um minuto para eu terminar uma pergunta que eu estava fazendo justamente desse caso que incomoda, que é do Master e do INSS. Ele me cortou, tudo bem, aqui no Plenário, mas macula essa TV, com uma história tão bonita como essa – repito, não tem nada a ver com a equipe – e que é respeitada pelo brasileiro. A gente não pode aceitar num Parlamento, que é falar, que é denunciar, exatamente esse tipo de corte.

Então, Sr. Presidente, coincidentemente essas entrevistas passaram a ser editadas, excluindo totalmente qualquer referência às razões que embasaram o pedido de afastamento de Davi Alcolumbre da Presidência. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, composto por 15 Senadores titulares e 15 suplentes, tem como atribuição regimental analisar representações contra Senadores por denúncias de conduta incompatível com o cargo que podem resultar numa advertência verbal ou escrita, suspensão ou até perda do mandato. Já se passaram – completa hoje – 15 dias que eu dei entrada lá na Secretaria-Geral da Mesa, e até agora nem sequer foi instalada essa Comissão de Ética, que está inativa. Você já imaginou que o Senado não tem uma corregedoria?



Eu espero que não seja necessário que eu apele ao Supremo Tribunal Federal para garantir o cumprimento legal dessa medida, até porque uma das principais razões elencadas na representação diz respeito à total omissão da Presidência do Senado em relação aos inúmeros pedidos de *impeachment* de ministro do Supremo, mas não é só isso. Lembra que tem o caso Master, lembra que tem o caso do INSS, que eu quero adentrar agora, na estranheza; e aí pode ser a razão da censura, e a gente precisa entender.

Vamos começar pelas razões mais leves, até chegarmos às mais decisivas.

O advogado Paulo Boudens era, em 2021, o chefe de gabinete do Senador Davi Alcolumbre, quando explodiram denúncias sérias da existência de um mecanismo chamado “rachadinha”, em que várias mulheres, inclusive residentes na periferia de Brasília, eram contratadas sem precisar trabalhar, mas obrigadas a repassar a maior parte do salário para o chefe de gabinete.

Diante das provas materiais e testemunhais, Paulo Boudens fez um acordo de não persecução penal na Justiça e assumiu toda a responsabilidade pelo delito. Olhem só!

Surpreendentemente, em vez de ser sumariamente demitido, exonerado, ele foi promovido, sendo nomeado para o cargo de confiança no Conselho de Estudos Políticos do Senado, com um salário de cerca de R\$30 mil por mês, pagos por você – brasileira, brasileiro – que paga imposto neste país.

De acordo com as investigações da CPMI do INSS – e aqui a coisa fica mais grave, Sr. Presidente –, o Sr. Boudens teria recebido R\$3 milhões da empresa Arpar, diretamente ligada ao esquema bilionário do Careca do INSS.

Eu fiz um requerimento à Diretoria-Geral, pedindo o afastamento temporário de Boudens das funções até a conclusão das investigações. Está lá o meu requerimento, porque não adiantou eu falar várias vezes – nas entrevistas, aqui da tribuna – desse caso. Inclusive, eu estou sendo censurado quando eu falo desse caso. Então, eu entrei oficialmente, hoje, na Presidência do Senado, pedindo o afastamento dele.

Fica a pergunta: eu vou ter que ir ao STF para afastar? Porque é uma questão ética, é uma questão de moralidade esse afastamento, enquanto se apura a responsabilidade.

Não era para ele estar ganhando esse dinheiro da população, tendo essa suspeita. Aí é que está o detalhe.

Estranhamente, houve mais uma blindagem na CPMI e não foi aprovada a quebra de sigilos desse senhor.

E mais estranha ainda foi a decisão do Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre, ao decretar o sigilo de cem anos da movimentação do Careca do INSS aqui dentro das dependências do Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, tem esse caso do INSS, sobre o qual eu estou sempre perguntando, perguntando, e tem o caso do Master, em que um indicado do Presidente Davi Alcolumbre, apesar de alertas recebidos de especialistas, colocou R\$400 milhões da Amprev – que é o fundo de previdência dos funcionários do Amapá, funcionários públicos –, R\$400 milhões no Banco Master, em letras mortas.

Será que é por isso que o Presidente Davi Alcolumbre não quer instalar uma CPI que tem 51 assinaturas, inclusive a do senhor? Dos 81 Senadores, 51, a imensa maioria, querem que aconteça, e o Presidente não lê, não instala!

Será que a maior fraude do sistema financeiro do Brasil não justifica uma CPI própria? A gente tem que ficar pegando carona na CPI do Crime Organizado e na CPMI do INSS, que acaba nesta semana e que o Presidente Davi Alcolumbre também não quer prorrogar, porque tem todos os motivos para prorrogar.. Nós temos uma fila grande ainda de convocações aprovadas para receber aqui no Senado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ou seja: tem muito ainda para se investigar, e querem acabar?



Será que é porque está chegando em gente poderosa? É isso que eu quero saber como cidadão também, porque o brasileiro que está nos assistindo quer saber, porque, por onde eu ando, me perguntam sobre isso no Ceará, no interior do Ceará e na capital, Fortaleza.

Então, Sr. Presidente, se o senhor me der mais dois minutos, eu encerro sobre este caso, que eu tenho perguntado e estou sendo censurado. Olha a gravidade disso!

Eu sou censurado pelos meios de comunicação do Senado – nunca aconteceu isso em sete anos! Estão tirando essa parte do que eu estou falando aqui da tribuna.

Então, Sr. Presidente, também faz parte da representação a decisão da Presidência de contratar empresas particulares por R\$90 milhões, para promover publicidade...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... desta Casa em pleno ano eleitoral!

São R\$90 milhões, em ano eleitoral? Isso não desequilibra a eleição não? Desequilibra! Tanto é, que eu acionei o TCU e acionei o TSE, junto com o Senador Magno Malta.

Essa decisão, Sr. Presidente, fica mais insustentável, em função da excelente estrutura da comunicação da Casa, com destaque para a TV e Rádio Senado.

Não podemos esquecer que o Senado dispõe de um orçamento altamente robusto, que chega a quase R\$6 bilhões por ano. Com isso, cada um dos 81 Senadores custa R\$6 milhões por mês, pagos pelo suor dos trabalhadores brasileiros.

Apesar desse gigante orçamento, não tivemos, no mês de fevereiro passado...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... praticamente nenhuma sessão presencial. Isso foi tão ruim, que decidi doar integralmente o meu salário desse mês para a associação que cuida das vítimas do dia 8 de janeiro, que não tiveram dupla jurisdição, que não tiveram acesso aos autos muitos dos seus advogados, que estão esperando a votação da dosimetria, que o Presidente não abre, talvez por não ler, para não ter que ler a CPMI que ele não quer, de jeito nenhum.

Então, Sr. Presidente, além disso, é inaceitável que, nos dias atuais, sejam feitas, com frequência, sessões virtuais, em que os Parlamentares não precisam nem vir a Brasília. Isso só tinha justificativa durante a crise da pandemia de 2019.

É impossível fazer um bom debate para a votação de matérias importantes, para o povo brasileiro, sem nenhuma presença no Plenário. É impossível! E este mês todo de março...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... vai ser virtual, remoto – está sendo.

Então, Sr. Presidente... A sua benevolência é muito grande.

Apesar do boicote feito por alguns Ministros do STF e da blindagem acintosa da tropa de choque do Governo Lula, a Comissão do INSS Parlamentar tem sido exitosa e bem conduzida com independência pelo Sr. Presidente e pelo Relator, conseguindo aprofundar as investigações sobre o bilionário roubo de aposentados, pensionistas, viúvas, órfãos e deficientes. Inclusive, estou indo para lá, Sr. Presidente. Eu estou indo para lá.

Mas uma das mais graves questões levantadas na representação do Partido Novo tem relação direta com o art. 52, inciso II, da Constituição Federal. Eu não vou ler, porque o meu tempo já passou. Eu só



tenho que lhe agradecer, se o senhor me der um minuto para eu fechar, realmente...

Nós estamos vendo, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... o nome de ministros do STF surgindo o tempo todo nessa questão do Banco Master. Pedidos de *impeachment* engavetados sucessivamente.

Quanto ao *resort* de Tayayá, inclusive o Ministério Público do Paraná aceitou a minha representação.

Até criança tinha em jogo de azar, cassino, dentro do *resort*. É dinheiro de familiares do ministro, que a gente precisa entender, das quebras de sigilo que não deixam a gente fazer, que bloqueiam.

É a esposa do Ministro Moraes que teria feito um contrato de 129 milhões... E o telefone dele, Sr. Presidente, ou o telefone do Supremo, segundo a agência, foi acionado no dia em que o Ministro Alexandre de Moraes recebeu aqui o aval dos Senadores para fazer.

Realmente, eu vou precisar encerrar com a frase de Ruy Barbosa....

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tudo isso está acontecendo pela inércia do Senado Federal. E um dos Senadores que nós tivemos aqui, históricos, para a gente buscar realmente saber o que está por trás dessa lama toda... E o sistema, o regime está se blindando de todas as formas, mas chegou a hora da verdade, com a graça de Deus, de todo mundo compreender e a gente passar este país a limpo.

Ruy Barbosa. Está ali o busto dele. Dá o nome a este Plenário e dizia o seguinte: “A [Justiça] pode irritar, porque é precária. [Já] a verdade não se impacienta, porque é eterna”.

Então, que o espírito de Ruy Barbosa e dos grandes brasileiros que queriam Justiça para todos – e a ética nesta nação – triunfe no coração de cada Senador, para que a verdade venha à tona.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar - Presidente.) – Muito bem, vamos continuar.

Bem, eu vou fazendo daqui mesmo o meu pronunciamento, e vou iniciar aqui com um sentimento de pesar pela morte do Vereador Roberto Moraes de Souza, muito conhecido lá na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, que faleceu semana passada, final da semana passada, de um infarto agudo do miocárdio, durante um joguinho de futebol. Ele estava com 49 anos de idade e teve morte fulminante.

O Nego, como era conhecido, apelidado, faz parte de uma família muito numerosa lá em Vilhena, e muitos de seus parentes já ocuparam cargos importantes na prefeitura e também na Câmara Municipal, como eleitos Vereadores.

É uma família tradicional da cidade. A morte causou uma imensa comoção, muita tristeza.

Transmito todo um sentimento de pesar a todos os Vereadores e Vereadoras da cidade de Vilhena pela morte do querido Vereador Nego, que esteve aqui comigo há uns 15, 20 dias, bem tranquilo, muito falante, muito tranquilo, e eu o recebi no meu gabinete com muita satisfação.

Bem, o meu discurso de hoje é para falar sobre um destaque que saiu nas manchetes do Brasil sobre as cidades inteligentes do país, as chamadas *smart cities* (cidades inteligentes), cidades de altíssimas tecnologias disponíveis à população.

Eu comemoro a inclusão da cidade onde resido, em Rondônia, a cidade de Ariquemes, em torno de



100 mil habitantes, que foi a quarta cidade mais destacada em tecnologia da Região Norte.

Para mim, foi uma agradável surpresa, agradável alegria, porque esse avanço tecnológico da cidade veio de um investimento de uma emenda parlamentar de minha autoria para aquela cidade, no valor de R\$28 milhões.

Esses R\$28 milhões elevaram a cidade à condição de ser a quarta entre as chamadas cidades inteligentes da Região Norte brasileira. A primeira é Belém, a segunda é Manaus, a terceira é Araguaína, no Tocantins, e a quarta é Ariquemes, que está à frente de Palmas, de Boa Vista, da cidade de Macapá e de outras capitais da Região Amazônica. Então, por aí se verifica como foi importante.

O que é uma cidade inteligente? Cidade inteligente significa uma cidade que tem, à disposição da população, as informações corretas sobre a economia da cidade e sobre as suas finanças, disponíveis de uma maneira transparente e eficiente, para a população tomar conhecimento; que tem uma governança exemplar, isto é, em que as informações, os pedidos de pagamento de impostos, as informações da prefeitura e todos os detalhes de uma prefeitura estejam no celular, no computador das pessoas – isso é a governança –; e toda a estrutura administrativa ser adequadamente armazenada em servidores potentes de computadores.

Outro item importante para uma cidade ser chamada inteligente é a inovação e o empreendedorismo. Isso é muito importante.

A educação também deve ser digitalizada: a informação de matrículas, a informação de diários dos professores, da vida do aluno, da relação do ensino e da aprendizagem do aluno através da tecnologia, ou seja, as escolas serem devidamente informatizadas e serem adequadamente disponibilizados todos os acessos aos alunos e aos pais às informações.

Outro item que soma muito para uma cidade ser chamada inteligente é a saúde pública: os prontuários eletrônicos, a digitalização, enfim, das fichas dos pacientes, das chamadas; os dados de arquivos médicos, as prescrições médicas... Enfim, todos os dados dos moradores, dos usuários da saúde estando bem à disposição. O agendamento de consultas, de cirurgias, tudo de uma maneira transparente.

Outro fator importante é a questão da agricultura local, a questão da segurança alimentar. Isso também conta muito em uma cidade inteligente.

A questão do meio ambiente e as medidas de segurança climática também somam bastante. Resíduos sólidos, destinação, captação, tratamento... As condições de produção energética também são muito importantes. A eficiência energética; a economia das contas públicas com a energia; a disponibilidade de, nas redes públicas de energia, serem usadas lâmpadas econômicas; e a segurança pública. Essa soma de fatores é que realmente classifica uma cidade como inteligente. Eu acho que a mais destacada do Brasil foi a cidade de Vitória; depois, foi Florianópolis; e, assim, numa sequência muito grande de cidades que estão avançando... Barueri, em São Paulo, e muitas outras cidades, como Barretos e outras tantas.

Foram 28 milhões de investimentos que nós fizemos, e deu-se esse salto tão grande. A gente espera que a cidade, não sendo grande, possa competir com as cidades brasileiras de igual tamanho e surpreender o Brasil.

Lá em Ariquemes, nós lançamos apenas uma semente. Uma cidade inteligente não tem fim. A gente lança os produtos, e aquilo vai se aperfeiçoando sucessivamente.

O Centro de Empreendedorismo e Inovação de Ariquemes é uma referência do Estado de Rondônia. Lá tem todas as informações, dados... Todos os empreendedores da cidade e da região têm acesso a esta casa do empreendedor, altamente digitalizada, que oferece informações a todos.

Nós temos também uma central de monitoramento da cidade, totalmente digital, totalmente coberta por câmeras. No mês de maio, nós teremos 200 câmeras, fechando a cidade de 100 mil habitantes, o que é suficiente para cobrir as entradas, as saídas, os pontos nevrálgicos de crime da cidade, todos vasculhados por câmeras, que, se acopladas de uma maneira inteligente com as câmeras das lojas particulares, das



casas e residências, a gente cobre 100% do território municipal. Isso é fundamental.

A gestão da saúde precisa avançar bastante, o que já foi iniciado com as UPAs. A unidade de saúde do distrito do Garimpo de Bom Futuro está digitalizada. A unidade administrativa fica distante cerca de 100km da cidade, mas está coberta totalmente por internet e dá uma cobertura excelente para o distrito.

Quinze contêineres para reforço dos alunos, totalmente digitalizados, tudo com computadores para as escolas, para que aqueles alunos que estão com alguma deficiência de aprendizado possam receber reforço.

Os grandes processadores para armazenar os dados da prefeitura com segurança absoluta, com geradores comprados com esse dinheiro, para que, caso caia energia, se mantenham em funcionamento.

Cem pontos na cidade de Ariquemes com internet gratuita, de alta velocidade, disponível à população, de uso comum em praças, hospitais, escolas, rodoviárias... Em todos os cantos, há pontos, e a pessoa pode acessar um filme, acessar o seu computador sem precisar de Wi-Fi particular, tudo maravilhoso à disposição, já funcionando.

A educação também, com sistemas educacionais de gestão escolar prontos. E isso não é só nessa cidade, mas em 23 municípios nós colocamos recursos também na área de uma gestão boa. Isso veio depois da pandemia. Nós cuidamos de melhorar as escolas de 23 municípios do estado.

A digitalização de todos os documentos da prefeitura é um processo lento que os próprios funcionários vão fazendo. Daí a pouco teremos a eliminação completa de documentos, de processos antigos de 20, 30 anos, todos digitalizados. Isso é muito importante.

Ainda está faltando colocar a frota com o uso de combustível, destino de máquinas rodoviárias e a frota da prefeitura. Isso é necessário ser coberto também para a cidade ficar 100% inteligente.

Um *app* para o povo consultar a prefeitura sobre tributos, dívidas e outros processos em andamento, avanço do passo a passo dos processos na prefeitura. A questão de também uma lâmpada queimada num poste, um buraco na rua, tudo pode ser comunicado à prefeitura em tempo real. Isso é muito importante. Depois a prefeitura estabelecerá os tempos necessários para a cobertura.

Então, por aí você verifica que há muitas coisas que realmente me dão muito orgulho de ter sido o introdutor. Quando eu fui Prefeito da cidade, alguns anos atrás, nós implantamos... Naquele tempo não tinha essa modernização, mas nós montamos, cobrimos a cidade, já com aquela vontade muito grande de implantar tecnologia, com ondas, torres nas cidades, ondas de rádio, chamadas *wireless*. Aquele tempo já colou... Até hoje serviu, até pouco tempo servia à cidade. Quando eu fui Prefeito, eu deixei essa base lá. E eu trago comigo, como o Izalci aqui, no Distrito Federal, esse lado de amor à tecnologia, do apego à tecnologia. Porque nós vivemos num mundo de tecnologia, como é que vai viver ainda na base da caneta, do processinho debaixo do braço, de correr atrás de cotação de preços, de porta em porta nas lojas? Isso não existe. Então, a coisa tem que realmente avançar.

Eu estou muito feliz e cumprimento a Prefeitura de Ariquemes para que possa dar continuidade a esse projeto. Ele não para, ele não tem fim nunca. Apenas lancei a semente, e agora vocês continuam, a prefeitura, os funcionários, o secretário de planejamento, os demais secretários, que vão abraçando esse avanço tecnológico, para que a gente possa realmente prosperar e disputar, em nível nacional, em pé de igualdade; uma cidade da Amazônia sendo uma cidade, uma *smart city*, que compete com qualquer cidade do Brasil e do mundo. Inclusive, nós participamos de eventos de *smart cities* em Barcelona e outras cidades do mundo para copiar os modelos no mundo todo.

Então, assim eu encerro o meu pronunciamento sobre essas cidades inteligentes. Parabênizo as cidades de Cerejeiras e Rolim de Moura, que também avançam nesse sentido.

Eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas... Aliás, para a Senadora Damares Alves, do Partido Republicano.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, o Senador Izalci com a palavra, por deferência especial da Senadora Damares.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, antes da minha fala que eu tinha programado aqui, já que V. Exa. fez um balanço do trabalho feito em Rondônia, eu quero primeiro parabenizá-lo. Eu acompanho há muitos anos V. Exa., a sua preocupação com a educação. V. Exa. já foi Governador.

Uma coisa com que eu fico, de certa forma, preocupado, Senador Confúcio Moura, é que na prática poucos sabem disso. Eu não vejo, assim, aqui no Senado, na Câmara, as pessoas preocupadas com relação ao Executivo. Eu me lembro... V. Exa., que já foi Governador, sabe disso: a gente só pode fazer aquilo que é permitido. Então, o que acontece aqui no Distrito Federal, que já há algum tempo... Eu tive a oportunidade de ser Secretário durante dois mandatos, tanto do Roriz quanto do Arruda, como Secretário de Ciência e Tecnologia, e tudo que a gente ia fazer tinha dificuldade. V. Exa. sabe que na área de ciência e tecnologia era impossível fazer qualquer coisa.

Então, tudo aquilo que eu fui anotando da experiência do Executivo, as dificuldades, a gente trouxe aqui para o Congresso Nacional. Por exemplo, quando eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia, a nossa legislação era praticamente, totalmente inadequada. Então, o que nós fizemos aqui? Eu apresentei um projeto colocando inovação na Constituição. Hoje está na Constituição a inovação, o que não existia. Depois, em função do que eu presenciei na secretaria, mas também como Vice-Presidente do Conselho de Secretários de Ciência e Tecnologia e das fundações de amparo à pesquisa, tudo aquilo que era difícil de executar, tanto das fundações quanto das universidades, nós anotamos, e apresentamos aqui a proposta de regulamentação, o marco regulatório de ciência e tecnologia. Nós mudamos toda a legislação de ciência e tecnologia, toda.

V. Exa. deve lembrar que antigamente o pesquisador sequer podia participar da sua invenção, da sua experiência, eles não podiam ter relação com as empresas, e a gente sabe que o conhecimento está na universidade, mas a inovação está nas empresas. Então, todos esses gargalos, a gente mudou com o marco regulatório, tudo. Tudo o que se imaginar de ciência e tecnologia, todos os problemas do TCU, CGU, AGU, tudo que era “u”, nós aprovamos a lei aqui para poder facilitar. Hoje o pesquisador pode participar da patente, pode, em até 400 horas, participar do projeto na empresa.

Depois a gente viu aqui que estava tudo bem, mas não tinha dinheiro. Durante anos e anos o Governo contingenciava os recursos da ciência e tecnologia, e nós aprovamos uma lei de minha autoria proibindo o Governo de contingenciar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, hoje nós temos mais de R\$20 bilhões garantidos, o que é muito pouco. Comparado com a Coreia, com o Japão, com a Alemanha, com todos os países desenvolvidos, o Brasil é nada, investimento mínimo. E olha que é a nossa vocação; aqui em Brasília a nossa vocação é conhecimento, é tecnologia, é serviço. Então, a gente conseguiu mudar isso.

Depois, uma das grandes preocupações que tive... Inclusive, quando fui Secretário, eu trouxe para a secretaria a educação profissional, que estava na secretaria de educação. Nós tínhamos três escolas aqui, e essas três escolas estavam na secretaria de educação, com mais 500, 600, então era mais uma escola. A gente trouxe para a ciência e tecnologia e passou a ser o diferencial, passou a ser a escola técnica, e a gente conseguiu realmente fazer um excelente trabalho.

Não tinha nenhum instituto federal em Brasília. Nós federalizamos o de Planaltina e hoje nós temos 11 unidades do instituto federal. Não tinha nenhuma. Nós identificamos terrenos, doamos os terrenos, e hoje nós temos 11.



Consegui para eles também, ainda no Governo Bolsonaro, a sede para o instituto federal, que não tinha, funcionava numa dependência lá da escola da Asa Norte, e agora há duas perspectivas, de mais duas escolas: no Sobradinho II e no Sol Nascente.

Então, a educação profissional sempre foi uma grande preocupação nossa. Por quê? Porque, de fato, o que tem ocorrido, principalmente quando eu fiz o meu ensino médio... A Damares talvez não lembre, porque é muito nova, mas, quando eu fiz o meu ensino médio, todos nós saímos de lá com uma profissão. Era técnico de contabilidade, de edificações, técnico de enfermagem, normal. Todos os alunos do ensino médio tinham a oportunidade de fazer curso técnico. Lamentavelmente, isso acabou. E hoje nós temos, no mundo todo aí, a faixa de 60% de jovens fazendo curso técnico, e o Brasil patinando aí nos 10%.

Eu tenho falado sempre aqui: segurança pública vai se resolver com a educação profissional. Se a gente não dá para os jovens qualificação para eles empreenderem, para eles realmente trabalharem, nós vamos ter insegurança completa, porque somente 22% dos nossos jovens – de cada 100, 22 – conseguem entrar na faculdade, 78% não entram na faculdade. E aí? E a consequência disso? Minha avó já dizia: “Cabeça vazia, oficina do diabo; se não tem o que fazer, vai fazer o que não presta”. Então, esse é um grande problema que nós temos, um grande gargalo que a gente tem com relação à educação profissional.

O que eu fiz aqui? Eu fui o Presidente da Comissão do novo ensino médio. Nós aprovamos, aqui no Congresso Nacional, o novo ensino médio. A gente deu cinco anos para os estados implantarem, mas aí mudou o Governo. E no Brasil, infelizmente, você não tem política de Estado, você tem política de governo. Cada governo que entra, acaba com tudo, e começa tudo de novo. O novo ensino médio, que já era para ter sido implantado agora, foi largado, porque mudou o Governo. Então, é um gargalo importante que nós vamos ter que resolver, mas, de qualquer forma, existe a lei, já com os itinerários profissionais. E o que eu acho que o Governo tem que fazer agora é oferecer isso para a população.

Da mesma forma, a educação infantil e a educação profissional, que tinham dificuldade financeira. Eu tive o privilégio aqui de ser o Relator do Fundeb. O Fundeb veio para cá – e eu fui o Relator, aprovamos por unanimidade aqui –, e nós aumentamos o fundo em 26%, colocando educação infantil e educação profissional. Ampliamos bem os recursos, principalmente para a primeira infância, que é a fase mais importante do cidadão. É na primeira infância que se desenvolve a questão da coordenação motora, a questão cognitiva. A alfabetização está na primeira infância, coisa que, infelizmente, hoje, a nossa educação não qualifica, e também não alfabetiza na idade certa. O Plano Nacional de Educação, que é um plano de intenções, colocou que é até o segundo ano primário para se alfabetizar. Na prática, ninguém alfabetiza hoje, e a criança carrega essa dificuldade para o ensino fundamental, depois, para o ensino médio e gera o que está acontecendo hoje: 70% dos jovens saem do ensino médio sem saber matemática, 60% sem saber português. Então, isso já foi avaliado. Saíram as notas do Inep, colocando esse resultado.

Então, se você visita essas escolas, estou falando aqui da capital da República, as escolas não têm laboratório de ciência, a maioria delas, não têm esporte, não têm cultura, não têm tecnologia, não têm internet, o diretor é que paga a internet. Então, como é que você vai querer que o aluno frequente a escola, principalmente no ensino médio, se você não tem isso para oferecer para o aluno? Acontece o que está acontecendo hoje, mais de 1 milhão de jovens abandonaram o ensino médio exatamente porque não veem nessas escolas nenhum incentivo, não veem futuro nisso, até porque também não têm educação profissional.

Então, a gente precisa mudar esse quadro. A legislação já existe e sem ela a gente não poderia executar. É o caso, por exemplo, de quando eu fui fazer um estudo aqui do desenvolvimento econômico do DF para mudar a matriz econômica, para a gente não ficar dependendo apenas do fundo constitucional, e eu percebi que Brasília não tem escritura: dos terrenos da área rural, ninguém tem escritura; e várias cidades também não têm escritura. Então, o que eu fiz? Tinha uma medida provisória ainda no Governo



Temer para regularizar as terras da Amazônia. Eu chamei as pessoas aqui de Brasília que conhecem essa área, chamei o Mario Gilberto, que é um advogado que conhece como ninguém as terras aqui, e também a Fabiana, que era da SPU e também da Terracap, e nós apresentamos 28 emendas. Eu fui o Presidente da Comissão; então, nós conseguimos aprovar as 28 emendas que hoje permitem a regulação fundiária. Então, sem a lei, você não regulariza. Com a lei, depende de vontade política, depende de interesse, depende de competência, depende de uma série de fatores, mas, sem a lei, você não poderia regularizar. Então, hoje você tem os instrumentos para isso.

Esse conhecimento e essa experiência são importantes, porque muitas pessoas entram na política, querem ser Governador, querem ser Prefeito e não têm a mínima noção do que significa isso, dos pré-requisitos que são necessários. E aí acontece o que vem acontecendo aqui em Brasília. Já há alguns anos que a gente vem sofrendo com a falta de gestão pública: o Governo Rollemberg foi um desastre, não foi feito nada; o Governo Agnello nem se fala, foi preso inclusive; depois veio aí o Governo Ibaneis, agora com esse rombo do BRB. Quebraram o BRB, são mais de 12 bilhões de investimentos, sem nenhum documento. As pessoas não checaram se realmente tinha alguma garantia com relação a esse investimento, e agora a gente descobre que, desde 2019, o Governador já operava com o Banco Master e com a Reag, ou seja, está enrolado até o pescoço.

Eu estive, Senadora Damares, lá no Banco Central, conversando com o Presidente Galípolo, e disse a ele: “Olhe, a última vez que nós estivemos aqui...”. V. Exa. foi junto. Ele disse que, no caso do banco, quem respondia era o CPF, ou seja, o dos gestores. Então, eu perguntei para ele quando é que seriam bloqueados os bens do Governador, da Vice-Governadora aqui do DF, e ele me disse que só no caso de liquidação, se fossem liquidar o banco. Eles vão fazer isso se o BRB não colocar os 10 bilhões necessários aí para melhorar o balanço, que não foi publicado. Esse balanço do BRB não é publicado desde setembro de 2025. Não publicaram o balanço de setembro, não publicaram o balanço de dezembro e não publicaram agora o de março, têm até o dia 31 de março para publicar. Então, a não publicação é uma declaração de que realmente tem coisa errada, significa que, se fizer a apresentação do balanço, nós vamos perder a credibilidade, vamos perder investimento. Então, o Galípolo me disse isto: “Olha, só se houver liquidação, mas quem pode fazer isso é a Polícia Federal”. E aí a Polícia Federal já solicitou busca e apreensão do Governador quatro vezes, e foi negada pelo STJ. Então, será que estão blindando isso? Eu fico, assim, indignado, porque, por exemplo, você pega o Gustavo Rocha, que é o Secretário da Casa Civil – que foi, inclusive, assessor do Temer, quando indicou o Alexandre de Moraes para o Supremo –, e ele diz para todo mundo, está nos jornais, inclusive, que vai cassar a candidatura do Arruda, que vai segurar... Ou seja, ele deixa claro que ele tem o controle do Judiciário, e tem mesmo! Ele tem uma relação muito forte com o Supremo, com o Alexandre de Moraes, principalmente, e também com o STJ. Como é que o STJ nega à Polícia Federal, que não faz por brincadeira... A Polícia Federal, se pediu quebra de busca e apreensão, é porque tem indícios. Então, é difícil você aceitar o que está acontecendo aqui no Distrito Federal.

Agora, o BRB vai ter mais problema, porque, por mais que tenha sido aprovado na Câmara Distrital o cheque em branco para comprar o BRB – e aí teve lá, sim, a participação ativa da Vice-Governadora conversando com Deputado por Deputado, para aprovar esse projeto –, tudo bem, aprovaram, só que depois teve que aprovar de novo o fundo, a criação de um fundo para cobrir o rombo do BRB. E aí, novamente, os Distritais aprovaram a garantia desses terrenos – são nove terrenos –, e agora o próprio Presidente do banco disse já que: “Não sei se vai resolver”. Por quê? Porque trouxe insegurança jurídica, porque foi para a Justiça; a Justiça impediu, ou deu a liminar, cassando a lei; depois derrubaram a liminar, mas, de qualquer forma, gerou um fato jurídico aí que pode dificultar a questão da confiança – ninguém vai investir em qualquer fundo imobiliário se não tiver garantia, se não tiver segurança jurídica.

Como teve essas duas decisões judiciais, isso trouxe insegurança. Agora, saiu novamente, hoje



mesmo, ontem, saiu também uma liminar proibindo o Governo de fazer qualquer venda lá da Serrinha, aqui na região do Lago Norte, responsável por 40% da nossa... da questão hídrica do lago – 40% vêm da Serrinha –, e o Governador tinha colocado a Serrinha como investimento imobiliário, por R\$2 bilhões e alguma coisa. E aí o juiz agora disse que proibiu qualquer negociação relacionada à Serrinha, até porque teve um grande movimento dos ambientalistas aqui do DF, que defendem o meio ambiente, e com razão, né? Houve essa decisão judicial. Mais um problema, porque o centro administrativo também não foi aceito, porque ainda tem pendência judicial. Ninguém vai investir num negócio que ainda está na Justiça e não se sabe exatamente quem é o dono disso, como é que está a situação do centro administrativo. Então, isso dificultou bastante, vai dificultar muito a questão da constituição do fundo imobiliário para garantir realmente recurso para a sobrevivência do BRB.

É lamentável, porque o próprio Governador conseguiu a derrubada da liminar que tinha suspenso a lei, alegando a questão dos programas sociais. De fato, o Governador colocou o BRB como se fosse o agente executor de todos os programas sociais; então, o Cartão Creche, tudo que é bolsa do Governo, o Na Hora, tudo é administrado pelo BRB. Então, evidentemente, se um banco desses vai para liquidação, isso vai comprometer todos os programas sociais. E talvez tenha sido esse o motivo de o Vice-Presidente conceder realmente a derrubada da liminar que derrubava a lei. Mas, de qualquer forma, a insegurança existe. Eu vi na imprensa que o Presidente do banco iria pedir ao Banco Central mais um adiamento, o que eu acho difícil de o Banco Central aceitar, porque, se fosse apenas o de março... mas não se publicou dezembro, não se publicou setembro. Então já tem mais de seis meses – vai completar agora nove meses – que não tem dados, não tem realmente a publicidade, a publicação do balanço, dos balancetes trimestrais. Então, isso leva realmente a uma insegurança muito grande. É lamentável que a nossa capital, a capital de todos os brasileiros, esteja numa situação como essa, um caos. Estão aí as obras paradas, porque não estão pagando as obras. O que mais tem hoje em Brasília é um monte de obra parada. Eu, agora mesmo, coloquei emendas para construir a UBS da Estrutural, coloquei R\$13,8 milhões. E aí fiquei sabendo, na semana passada, que a empresa ia suspender a obra, porque não estava recebendo. Eu liguei para a Novacap e falei: “Cara, não vão pagar à empresa?”. Disseram: “Izalci, a Saúde não passou o dinheiro para nós”, ou seja, usaram o dinheiro da saúde para outras coisas, talvez para cumprir esse rombo aí do BRB. Então, é lamentável.

A educação também, por mais que as pessoas tenham ido à escola, estejam satisfeitas com a escola, mas a educação mata a geração toda. Essa menina hoje está saindo da escola sem saber português e matemática. A gente precisa realmente colocar a educação integral. Temos que investir em creches, universalizar o acesso a creches. E também, Senadora Damares, nós temos que criar as políticas públicas por idade, por faixa etária. Eu já estou na terceira idade – V. Exa. é muito mais nova, muito mais. Então, como é que pode? Hoje nós temos mais idosos do que crianças em Brasília.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, qual é a política pública que nós temos para os idosos em Brasília? Nada. Será que as pessoas acham que dos 60 aos 100... Porque eu vou viver 100 anos. Será que vão achar que nós vamos ficar assistindo à televisão durante 40 anos?

Então, o que os governos deveriam fazer é isto: cuidar das pessoas, coisa que não acontece hoje. Não tem saúde, não tem educação, não tem segurança, não tem área social, nada acontece nesta cidade.

E, para encerrar, mudando de assunto aqui, Presidente, eu só quero, se você me der mais um minuto, registrar também a minha indignação com relação à CPMI, porque o prazo está vencendo e não foi prorrogado. O Ministro André Mendonça está com o nosso pedido de prorrogação, espero que ele despache



isso hoje, senão amanhã nós vamos ter que ler o relatório e, quinta-feira, encerrar a CPMI. E olha que nós iniciamos agora a questão dos consignados. V. Exa. viu lá...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós ouvimos um banco, o C6. E foi um rombo... Só a devolução já foi R\$300 milhões. O Banco Master tem mais de 250 mil contratos sem qualquer assinatura ou biometria. Então, a Crefisa, uma coisa indecente... Nós marcamos a reunião da Leila, da Crefisa. Ela pediu para adiar em função do jogo do Palmeiras, que ganhou lá o campeonato. Nós adiamos.

Ela foi ao Ministro Flávio Dino. O Flávio Dino deu a liminar, um *habeas corpus*, dizendo que ela não precisava ir naquele dia marcado, mas tinha que ir em outro dia. Aí nós marcamos outro dia. Aí vem o Gilmar Mendes e solta um *habeas corpus* dizendo que ela não precisava vir aqui. Ou seja, há uma blindagem completa, e é lamentável que a gente não possa concluir a questão dos consignados aí da CPMI do INSS.

É isso.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Izalci Lucas, o Sr. Confúcio Moura, Segundo Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Damares Alves.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Izalci.

Senador, o senhor pode assumir a Presidência? Eu vou fazer a minha fala e prometo que serei breve.

(A Sra. Damares Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra a nossa querida Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Boa tarde, Presidente Izalci.

Antes de eu começar o meu discurso, quero cumprimentar os visitantes que estão na galeria. Sejam bem-vindos a esta Casa. Aqui quem lhes fala é a Senadora mais bonita do Brasil. Sou Senadora pelo Distrito Federal, do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, também. *(Risos.)*

Sou Senadora pelo Partido Republicano. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal. Que Deus abençoe vocês.

Presidente, eu quero começar a minha fala me solidarizando com o senhor no último item – não que eu discorde dos demais. Eu também quero registrar a minha tristeza e indignação caso a CPMI não seja prorrogada. Eu estou muito preocupada. Essa CPMI do INSS já prestou um grande serviço para o Brasil, mas a gente pode continuar. Nós ainda podemos fazer grandes entregas.

Então, eu quero me dirigir ao Ministro André, fazer um apelo ao Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal: que considere o pedido de prorrogação da CPMI, porque eu acho que, internamente, essa prorrogação não vai acontecer. Há sinalizações de que parece que as duas Casas que não têm interesse



nem na CPMI do Master, nem na prorrogação da CPMI do INSS, mas o Ministro André pode, sim, tomar essa decisão.

E, nesse sentido, eu também quero cumprimentar o Ministro André pela decisão dele de mandar fazer o leilão dos carros do Careca do INSS. Eu acho que foi uma medida acertada. Parabéns, Ministro André, por essa decisão. Nós precisamos, sim, já repor ao patrimônio público o dinheiro que o INSS está tirando para pagar as pessoas que foram lesadas na fraude do INSS. Deixe-me dizer uma coisa: quem está pagando aos idosos que foram roubados por esses bandidos, esses terríveis bandidos que tiraram do *off* da viúva, quem está restituindo para os idosos, para os aposentados, para os pensionistas é o INSS. E nós precisamos devolver esse dinheiro para o INSS, tirando dos bandidos. Então, o leilão dos carros é uma medida acertada do Ministro André Mendonça.

Inclusive, Senador Izalci, não sei se o senhor lembra, mas os carros do Careca foram apreendidos antes da CPMI. E a apreensão desses carros aconteceu por conta de uma denúncia que eu fiz. O Careca do INSS escondeu parte dos veículos dele no prédio em que eu tenho um escritório. Acho que o senhor se lembra desse episódio. Um dia eu cheguei para estacionar o meu carro, aqui no Setor Bancário Norte, e lá na garagem tinha um monte de carro importado, carros que eu nunca tinha visto de perto. E eu comecei a curtir, achando tão bonito, até que alguém disse: “Tem alguma coisa errada aqui. De quem são esses carros?”, e nós fomos atrás. Eu achei que era uma exposição que ia acontecer ali. Olha a ingenuidade de quem nunca viu carro de luxo de perto. Eu achei que era uma exposição que ia acontecer. Nós fomos investigar. O Careca do INSS estava guardando, na verdade eu falo que escondendo, no subsolo do prédio onde tem o meu escritório político. E a partir da minha denúncia, a Polícia Federal foi lá, apreendeu, e os carros agora vão a leilão. Parabéns ao Ministro André!

Na sequência eu quero cumprimentar o PGR. Olha só, o nosso Procurador-Geral da República tomou duas decisões que eu preciso elogiar. Eu sou crítica quando tem que ser crítica, Presidente, mas eu também reconheço a hora em que as autoridades acertam no Brasil.

E o PGR acertou – adivinha no quê – denunciando o ex-Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida por assédio sexual. Silvio Almeida, que é o autor do livro *Racismo Estrutural*. Eu acho que ele quis passar pelo Executivo, talvez, para criar o “assédio estrutural”, porque o que aquele homem fez durante o período em que foi Ministro... E não foi uma única denúncia, mas ele está sendo denunciado pelo assédio que cometeu com a Ministra Anielle. Imagine, Senador, se ele assediou sexualmente a Ministra Anielle dentro de uma sala de reunião... Inclusive falam que, numa das vezes, o Diretor-Geral da Polícia Federal estava dentro da sala. Olha a ousadia desse homem! Pois agora o PGR, com base em tudo que foi entregue a ele, denunciou o ex-Ministro Silvio Almeida. E eu espero que esse ex-Ministro seja condenado. A condenação de Silvio Almeida vai ser pedagógica. E o recado vai para todos: não importa quem seja você – autor de livros, celebridade no meio acadêmico, no campo jurídico, ministro de Estado, não importa. Assediou sexualmente uma mulher, precisa responder. Não só responder; se for identificada verdade, prova, que seja condenado. E que depois a Comissão de Direitos Humanos visite Silvio Almeida na cadeia para ele ter direitos de preso garantidos. Direitos que às vezes estão sendo violados, como o que eu vou falar agora no próximo momento, que são os direitos do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Então eu parabenizo, primeiro, o PGR pela decisão com relação a Silvio Almeida. Cadeia para abusador, cadeia para estuprador, cadeia para quem comete assédio.

E a segunda decisão do PGR que a gente está celebrando hoje, Presidente Izalci, é que o PGR está recomendando a prisão domiciliar para o Presidente Bolsonaro. É porque o PGR é bonzinho? Não! O Dr. Paulo, às vezes, não tem sido bonzinho com os patriotas. Mas o Dr. Paulo está se baseando tão somente na legislação e nas novas provas que foram anexadas aos autos.

A situação do Presidente Bolsonaro é gravíssima, a situação de saúde dele é gravíssima. Ele atende...



Ele completou, Presidente, sábado, 71 anos de idade (*Manifestação de emoção.*) com dor, preso, dor por causa de uma facada... Todos os problemas de saúde dele são por causa de uma facada, porque o militante de esquerda não aceitava esta nação ser governada por um conservador! Um sistema que esteve por tantos anos no poder, que não aceita alternância de poder! A esquerda não aceita alternância de poder. E tudo que Bolsonaro queria ali, em 2018, era alternância de poder. É assim que se constrói uma democracia, Presidente Izalci: com alternância de poder. Bolsonaro sofreu um atentado covarde, vil e hoje paga as sequelas desse atentado, com dores no corpo, e preso.

E nós falamos inúmeras vezes – viemos a esta tribuna todos nós para dizer – ao Ministro Alexandre: “Ele não pode ficar preso”. Ele não pode ficar condenado, porque o crime que é atribuído ao Bolsonaro... Ele não é criminoso! Bolsonaro pensa diferente, é isso. Qual é o crime de Bolsonaro? Amar exageradamente o Brasil, ser terrivelmente apaixonado pela nação brasileira! Esse é o crime de Bolsonaro. Condenado, e não deveria estar condenado. Preso em regime fechado, o que não deveria estar, porque ele atende prisão domiciliar. Extremamente enfermo. O último quadro dele, Senador Izalci, é muito grave. O PGR reconheceu, e agora a decisão está com o Ministro Alexandre.

Ministro Alexandre, de que eu sou tão crítica, mas que, quando acerta, eu também elogio, como a condenação dos assassinos de Marielle e outras decisões... Eu já vim a esta tribuna também elogiar o Ministro Alexandre e hoje eu quero fazer um apelo ao Ministro Alexandre. Ministro Alexandre, não é ser direita ou ser esquerda, não é uma guerra mais de força – nunca foi, pelo menos não do nosso lado –, não é vitorioso e derrotado. É tão somente, Ministro Alexandre, cumprimento de legislação. Nós estamos apelando por uma prisão humanitária. Se o senhor tomar essa decisão, o senhor vai sinalizar para o Brasil que é a hora e que agora realmente a gente consegue virar a página. Está nas suas mãos, Ministro Alexandre, a vida do Presidente Bolsonaro. Por quê, Ministro Alexandre? O senhor vai entender lendo agora os novos documentos juntados aos autos.

Ele não pode dormir sozinho. O que aconteceu com ele foi que, num soluço... Presidente Izalci, nós estamos sempre falando dessa broncoaspiração. Ele toma remédio para dormir, ele soluça e não vê que está soluçando, vai broncoaspirar e dar pneumonia – foi exatamente o que os médicos explicaram o tempo todo. Inclusive, o Ministro Alexandre teve uma reunião com a Michelle e a recebeu com muita delicadeza e muito respeito. Eu preciso elogiar esse primeiro encontro dele com a Michelle, acho que no mês passado, em que ela explicou para ele que, quando ele tem aquela crise de soluço, ela precisa virá-lo na cama para ele não ter esse risco de broncoaspirar. E aí, Senador Izalci, foi o que aconteceu, sozinho na cela. Ele está na semi-UTI, foi para a UTI, exatamente pelo que nós falamos. Então, Ministro Alexandre, é implorar, é tão somente implorar que o senhor tenha um olhar atencioso aos novos documentos que foram juntados ao processo. É grave a situação do Presidente, e ele, sozinho numa cela, ele pode morrer, e ele não merece morrer dessa forma. E é uma morte, Senadores Izalci, com dor, é uma morte dolorosa. Bolsonaro merece ter uma vida longa, Bolsonaro merece ser homenageado o tempo todo, porque esse homem não é criminoso.

Mas esquece o Presidente, esquece que ele foi Presidente e líder do maior movimento conservador do Brasil, vamos lembrar que ele é um idoso tão somente, Ministro Alexandre. Na hora de decidir, lembre-se tão somente que ele é um idoso de 71 anos de idade que está gravemente enfermo.

Na sequência, Presidente, eu quero também fazer aqui uma homenagem a Michelle. Sábado foi aniversário de Bolsonaro, e ontem foi aniversário de Michelle. E a minha eterna Primeira-Dama, minha amiga, minha irmã, mesmo com o marido na semi-UTI, deixou o marido sob o cuidado de outras pessoas, e ela decidiu ontem ir à igreja, reuniu os amigos, alguns amigos que vieram inclusive de fora, pastores, tão somente para orar. E, ontem, a pastora que falou, a Pastora Camila Barros, uma das maiores pregadoras, eu acredito que do mundo hoje, uma das maiores pregadoras, na mensagem que ela trouxe ontem ela nos



desafiou a voltar para a causa. Qual é a causa? A causa do evangelho, é a causa do amor. E ela trouxe, Presidente Izalci, ontem, como ilustração, que, quando Jesus Cristo estava na cruz e quando foi dado a ele o vinagre, o vinagre representava amargura. Cristo recebe o vinagre, e ele não amaldiçoa, ele não fala contra quem o estava machucando. Pelo contrário, ele disse na cruz: “Pai, perdoa-os, porque não sabem o que faz”. Mas logo após o vinagre, ele diz: “Está tudo consumado”. E a pregadora Camila Barros ontem nos chama para a causa do amor. Nós temos que voltar para a causa do amor todos os dias.

E saímos de lá, ontem, celebrando a Deus pela vida de Michelle, mesmo com Bolsonaro enfermo, celebrando a Deus que ainda temos o Presidente Bolsonaro vivo. E saímos de lá, ontem, orando pelo Brasil. Com os amigos que se reuniram ontem com Michelle, foi um dia de adoração a Deus.

E a força da Michelle nos surpreende, Senador Izalci. Ela poderia estar cheia de amargura, porque o vinagre está posto para ela também, e ontem ela estava rindo, com um sorriso estampado no rosto que nos constrangia. Enquanto a gente chorava durante o culto, lembrando de tudo que Michelle está passando, de tudo que Bolsonaro está passando, ela respondia ao vinagre, que a vida está impondo, com um sorriso e aceitando o desafio de voltar à causa do amor.

Que Deus te abençoe, Michelle! Você se tornou uma grande líder feminina neste país, você se tornou uma grande política, uma grande líder na política, mas mais que isso: uma mulher admirável, uma mulher que inspira. E o que tinha de crianças e jovens ontem testemunhando que estão se inspirando em Michelle para fazer o bem, para vir para a turma do bem.

Deus te abençoe, Michelle. Deus abençoe o Presidente Bolsonaro. E quem sabe a gente termina o dia de hoje com uma decisão em que o Ministro Alexandre reconhece que ele merece estar em casa, sendo cuidado por quem tem a missão e a causa de cuidá-lo, que é a Michelle, que são os filhos.

Senador Izalci, dias de muitas decisões nesta nação.

E aí eu termino dizendo que, nos próximos dias, nós tomaremos, também neste Senado, uma grande decisão. Começamos nesta semana a votação do PNE (Plano Nacional de Educação), que é o Projeto de Lei 2.614, de 2024. Eu quero lembrar aos senhores que, com a decisão que nós vamos tomar nesta semana, votando o PNE – esse Plano Nacional de Educação tem validade por dez anos –, nós vamos influenciar pelo menos três gerações com este plano. Eu quero convidar a sociedade a acompanhar, a fazer uma leitura. Dá uma olhadinha no plano. O plano está sendo discutido, foi aprovado pela Câmara. Aqui no Senado, a Presidente da Comissão de Educação, a Senadora Teresa Leitão, está discutindo, fazendo inúmeras audiências públicas, mas as famílias do Brasil têm o interesse maior nesse plano, porque nós vamos entregar um plano para as famílias do Brasil. E eu convido os colegas do Senado que ainda não leram, que ainda não acompanharam o PL 2.614, de 2024... Ele vai para votação já nesta semana. É possível que alguém peça vista, mas ele será aprovado depois. Depois vem para o Plenário, e nós vamos tomar uma das mais sérias decisões nesta legislatura, que é aprovar o Plano Nacional de Educação.

Atenção, Brasil, acompanhe este projeto de lei. E os gabinetes que estão me ouvindo: se seu Parlamentar ainda não leu o PL 2.614, de 2024, eu desafio todos os gabinetes a terem uma atenção especial. Nossos filhos, netos e – hoje eu posso dizer – bisnetos serão alcançados pela decisão que nós vamos tomar aqui neste Plenário e na Comissão de Educação.

Que Deus abençoe o Brasil.

Vida longa, saudável e feliz ao eterno Presidente Jair Bolsonaro e à minha querida amiga Michelle Bolsonaro.

Que Deus abençoe a nação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Senadora Damares.



Eu quero também reforçar essa questão do Plano Nacional de Educação. Eu, que tive o privilégio de aprovar o anterior neste Brasil, estou discutindo o Plano Nacional de Educação, que lamentavelmente virou um plano de intenções. E espero que esse projeto também não vire um plano de intenções, porque, enquanto a gente não definir responsabilidade, a Lei de Responsabilidade Educacional, a gente não vai ter realmente a educação sendo prioridade neste país.

De fato, V. Exa. tem razão: precisamos realmente acompanhar de perto, inclusive os pais, como você falou, e os professores. É um projeto importante.

E quero também fazer coro aqui com relação a parabenizar o Paulo Gonet pela iniciativa, porque, já há algum tempo, nós estamos brigando por isso. E ele teve esse parecer agora favorável à prisão domiciliar. Nós, há muito tempo, vínhamos cobrando isso, é questão humanitária.

Eu estive lá no hospital, quando foi feito todo... Pelos médicos. Ouvi lá a definição de como é que estava, e, realmente, é muito grave a situação.

Então, faço um apelo aqui também ao Ministro Alexandre de Moraes, para que tenha um pouco de piedade, porque, de fato, nas condições em que ele se encontra, é só em casa para ter um atendimento 24 horas da família.

E aproveito também para parabenizar a nossa querida Senadora Michelle Bolsonaro, que realmente é uma grande líder aqui no Distrito Federal e no Brasil.

Bem, a Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões semipresenciais para amanhã, terça-feira: sessão solene do Congresso Nacional, às 9h, destinada ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2026 – 31ª edição; e a sessão deliberativa ordinária semipresencial, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Quero informar também que, lamentavelmente, cancelaram agora a CPMI do INSS. A Martha desapareceu, não foi encontrada, e agora o Rodrigo apresentou um atestado médico.

Então, realmente é difícil fazer o nosso trabalho dessa forma.

Cumprida a finalidade desta sessão não deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 53 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL

SF/26856.23227-55 (LexEdit)

Ofício nº 5/2026 - GSFB

Brasília, 17 de março de 2026

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 26/03/2026 a 30/03/2026, nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3012016874>



SENADO FEDERAL

Bloco Vanguarda

SF/26935.51133-04

Ofício nº 023/2026-BLVANG

Brasília, 23 de março de 2026

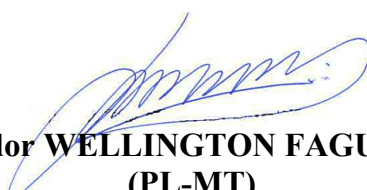
A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de membro para compor a CPICRIME**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Wellington Fagundes (PL/MT)** para a vaga de titular em substituição ao **Senador Marcos Rogério (PL/RO)** na CPI do Crime Organizado (CPICRIME).

Atenciosamente,


Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663

Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9601035263>



Encaminhamento



Documentos recebidos para conhecimento das Comissões

Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
CE PRES-018/2026	Encaminha, nos termos do art. 23, §2º e §3º da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais); e art. 37, §3º e §4º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a Resolução do Conselho de Administração e o Relatório de atendimento das Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios - exercício 2025 - da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. - TRENSURB.	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. – TRENSURB	CTFC
Of. nº 173/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Cruzeiro FM Ltda., para a Rádio Seara FM Ltda., relativa à CAC 3/2026.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 172/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Radio Difusora Balsa Nova Ltda., para a Fundação Evangélica da Assembleia de Deus em Curitiba - FEADC, relativa à CAC 2/2026.	Câmara dos Deputados	CCT



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 171/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Ceará Rádio Clube S.A., posteriormente transferida à Rádio TV do Maranhão Ltda., para a Samcler Comunicação Ltda, relativa à CAC 1/2026.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 169/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Canoas FM Ltda., anteriormente denominada Rádio FM Serrate Ltda., para a Sistema V10 de Comunicação e Produções Artísticas Ltda., relativa à CAC 87/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 168/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Milano FM Ltda para a Música 89,9 - FM Ltda., relativa à CAC 86/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 167/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Fundação Cultural Eclética Universal para a Radio Voz do Cerrado Ltda., relativa à CAC 85/2025.	Câmara dos Deputados	CCT
Of. nº 170/2026/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à HP 11 Comunicação Ltda., para a Philadelfia Comunicações Ltda., relativa à CAC 88/2025.	Câmara dos Deputados	CCT



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 532, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2834262&filename=PDL-532-2024

- [Demais documentos](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2467243&filename=TVR%20195/2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 532/2024 [1 de 3]



Data do Documento: 20/03/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.977, de 17 de fevereiro de 2021, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de março de 2015, a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 4 de março de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PDL 532/2024 [2 de 3]

3092928



Apresentação: 17/03/2026 17:16:50.367 - Mesa

DOC n.221/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 80/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264957360600>
As

Avulso do PDL 532/2024 [3 de 3]



Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.*

Nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, a Presidência despacha a matéria à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 24/03/2026 a 30/03/2026.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1320, DE 2026

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o Perímetro de Exclusão Eletrônica (PEE), disciplinar alertas automáticos de risco e criar o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência – SINAR-MPU.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1320/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o Perímetro de Exclusão Eletrônica (PEE), disciplinar alertas automáticos de risco e criar o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência – SINAR MPU.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 22 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.**

§ 6º Para assegurar a efetividade das medidas protetivas previstas no *caput*, o juiz poderá fixar Perímetro de Exclusão Eletrônica (PEE) georreferenciado, delimitando áreas e distâncias mínimas em torno de locais de proteção da ofendida, tais como sua residência, local de trabalho, instituição de ensino de seus dependentes e outros endereços relevantes, com mapa eletrônico e parâmetros definidos na decisão; na hipótese de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da ofendida ou de seus dependentes, o delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca, também poderá fixá-lo provisoriamente, devendo comunicar o juiz no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para decisão, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida.

§ 7º O ingresso ou a aproximação do agressor ao PEE, bem como a ruptura dos parâmetros definidos, gerará alerta automático e simultâneo à central de monitoração e à vítima, devendo a autoridade policial adotar medidas imediatas de proteção e de restabelecimento da ordem judicial.



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 1320/2026 [2 de 6]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

§ 8º A violação, dano, remoção, desativação ou fraude ao dispositivo de monitoração eletrônica, ou aos meios técnicos que suportem o PEE, configura descumprimento de medida protetiva, sem prejuízo de outras infrações penais cabíveis.

§ 9º A decisão competente indicará a autoridade responsável pelo monitoramento, os padrões de comunicação de incidentes e os critérios de privacidade e proteção de dados, observada a legislação aplicável.

§ 10. Em caso de indisponibilidade de cobertura de dados ou limitações técnicas locais, a autoridade competente ajustará os parâmetros do PEE e definirá mecanismos complementares de fiscalização, sem prejuízo da proteção da ofendida.” (NR)

“Art. 24-A.

.....

§ 4º Equipara-se ao descumprimento do *caput*:

I – o ingresso no PEE fixado pela autoridade competente;

II – a violação, dano, remoção, desativação ou fraude do dispositivo de monitoração eletrônica;

III – a inobservância dos alertas de aproximação notificados ao agressor pelos meios técnicos disponibilizados.

§ 5º As condutas do § 4º majoram a pena do *caput* de um terço até a metade quando houver reiteração criminosa.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescida do art. 40-B:

“**Art. 40-B** Fica instituído o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência, com os seguintes objetivos:

I – integrar Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de segurança pública e centrais de monitoração;

II – operacionalizar os PEEs, alertas automáticos e protocolos de resposta rápida;



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 1320/2026 [3 de 6]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

III – interoperar com o banco nacional de mandados de prisão, garantindo base nacional unificada;

IV – padronizar dados, interfaces e indicadores de desempenho, resguardada a proteção de dados pessoais.

§ 1º Compete à União coordenar o sistema e celebrar convênios com Estados e Distrito Federal.

§ 2º O Poder Executivo Federal regulamentará o funcionamento do Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Maria da Penha vem sendo continuamente aprimorada pelo Congresso. Em 2025, a Lei nº 15.125 acrescentou o § 5º ao art. 22 para permitir a monitoração eletrônica do agressor e dispositivo de segurança para a vítima, reforçando a efetividade das medidas protetivas de urgência. O presente projeto reforça a previsão da monitoração e avança na operação dessa tecnologia.

O avanço proposto é pontual, porém extremamente relevante para coibir o descumprimento de medidas protetivas de urgência: no art. 22, cria-se o Perímetro de Exclusão Eletrônica (PEE), com georreferenciamento, distâncias mínimas e alertas automáticos quando o agressor ingressa na zona de risco. A inovação permite que a medida de “não se aproximar” se convolve em comando verificável, gerando resposta imediata das autoridades e notificação à vítima. A redação também se alinha à evolução legislativa mais recente ao admitir, em caráter provisório e nas hipóteses legais, a fixação do PEE pelo delegado de polícia, com imediata comunicação ao juiz e controle judicial célere.

No plano penal, o projeto qualifica o art. 24-A, especificando que violar o PEE, fraudar ou danificar a tornozeleira e ignorar alertas configuram descumprimento da medida protetiva, com causa de aumento



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 1320/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

quando houver reiteração, preservando a pena fixada pela Lei nº 14.994, de 2024.

Para garantir escala nacional e padronização, institui-se o Sistema Nacional de Monitoração e Resposta às Medidas Protetivas de Urgência, integrado ao banco nacional de mandados de prisão, que já consolida dados sobre medidas protetivas, monitoração e cautelares, permitindo interoperabilidade e indicadores para gestão pública, sem abrir mão da proteção de dados.

A proposta harmoniza-se com a orientação jurisprudencial do STJ (Tema Repetitivo 1.249), que reconhece a natureza inibitória e autônoma das medidas protetivas e sua vigência enquanto persistir o risco, ao mesmo tempo em que dialoga com a doutrina e análises recentes sobre a monitoração eletrônica como reforço das protetivas.

Por fim, a experiência prática e os dados nacionais sugerem que a capilaridade tecnológica (alertas, *geofencing* e integração) salva vidas e aumenta a confiança das vítimas no sistema. Em 2024 e 2025, diversas análises destacaram a expansão das protetivas e a necessidade de mecanismos inteligentes de fiscalização para reduzir a reincidência e o feminicídio.

Por tais razões, conclamamos os nobres Pares à aprovação deste importantíssimo Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 1320/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art22

- art24-1

- Lei nº 14.994 de 09/10/2024 - LEI-14994-2024-10-09 - 14994/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14994>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1327, DE 2026

Altera a Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências, para dispor sobre a revisão do valor da bolsa do médico-residente.

AUTORIA: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1327/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia**PROJETO DE LEI Nº , DE 2026**

(Da Senadora DRA EUDÓCIA)

Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências, para dispor sobre a revisão do valor da bolsa do médico-residente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências, para dispor sobre a revisão do valor da bolsa do médico-residente.

Art. 2º A Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 4º Ao médico-residente é assegurado bolsa mensal no valor mínimo de R\$ 2.384,82 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), destinada à manutenção do profissional durante a formação em programa de residência médica credenciado, com dedicação exclusiva e em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 1327/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

.....

§ 6º O valor da bolsa do médico-residente deverá ser objeto de revisão anual, com base em índice oficial de inflação que reflita a variação do custo de vida no país, podendo ser utilizado, para esse fim, o índice oficial de preços ao consumidor divulgado pelo órgão competente.

§ 7º A revisão anual não impede a concessão de reajustes adicionais com o objetivo de recompor perdas inflacionárias acumuladas ou promover a valorização da formação médica especializada.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo do projeto de lei é assegurar ao médico residente a **revisão anual do valor recebido a título de bolsa auxílio**, de forma a preservar o poder aquisitivo do médico.

A **residência médica** é amplamente reconhecida como a etapa mais importante da formação de um médico após a graduação. Trata-se de um **período de treinamento intensivo em serviço, no qual o profissional aprofunda conhecimentos, desenvolve habilidades práticas** e assume responsabilidades progressivas no cuidado aos pacientes.

Assim, mais do que um complemento educacional, a residência é o momento em que o médico consolida sua capacidade de tomar decisões clínicas complexas, trabalhar em equipe e lidar com situações críticas do cotidiano hospitalar.

Em muitos países, a residência médica não é apenas recomendada, mas exigida para o exercício pleno da profissão ou para a atuação como especialista.

Nos **Estados Unidos**, por exemplo, o médico recém-formado precisa concluir um programa de residência credenciado para obter licenças mais amplas de prática e para se tornar especialista.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 1327/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

No **Canadá**, a residência também é obrigatória para a certificação profissional. O mesmo ocorre em países europeus como Reino Unido, Alemanha e Portugal, onde a formação especializada estruturada é considerada essencial para garantir qualidade e segurança no atendimento à população.

Nesses países, embora o residente ainda esteja em formação, ele é **remunerado como um profissional em treinamento**, geralmente com contrato de trabalho formal, direitos trabalhistas e remuneração progressiva ao longo dos anos de especialização. Nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, os residentes recebem salários anuais que aumentam conforme avançam no programa, além de benefícios como seguro-saúde, licença remunerada e, em alguns casos, auxílio para moradia ou alimentação.

Em diversos **países europeus**, os residentes também são contratados como médicos em treinamento, com carga horária regulada e remuneração compatível com o nível de responsabilidade exercido.

No **Brasil**, contudo, a realidade é diferente. O médico residente recebe uma bolsa de residência, e não um salário, apesar de desempenhar atividades assistenciais fundamentais para o funcionamento de hospitais e serviços de saúde. **Na prática, os residentes participam ativamente do atendimento aos pacientes, realizam procedimentos, acompanham internações e contribuem para a continuidade do cuidado, muitas vezes cumprindo cargas horárias extensas e de grande responsabilidade.**

Diante desse cenário, é possível afirmar que **o valor pago a título de bolsa está aquém das reais necessidades de um médico residente. Desde 2022 o valor bruto da bolsa permanece em R\$ 4.106,09.** Além disso, recentemente, o Decreto 12.681 de 2025 fixou o auxílio-moradia do residente em apenas 10% do valor da bolsa, contrariando a interpretação que prevalece nos tribunais superiores que entende ser justo o auxílio moradia no valor de 30% da bolsa. Isso significa que o médico residente receberá apenas R\$ 400 por mês para cobrir moradia, alimentação e sobrevivência em outra cidade.

É sabido que durante a **residência médica muitos profissionais precisam se dedicar exclusivamente ao programa, o que limita a**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 1327/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

possibilidade de outras fontes de renda. Ao mesmo tempo, enfrentam custos elevados com moradia, transporte, alimentação, materiais de estudo e atualização profissional. Soma-se a isso o fato de que, em várias cidades, o custo de vida é alto, tornando a manutenção financeira um desafio significativo.

Considerando a importância da residência médica para a qualidade do sistema de saúde e para a formação de especialistas capacitados, torna-se necessário **repensar o modelo de remuneração e apoio ao médico residente.**

Penso que valorizar adequadamente esse período formativo significa reconhecer que **o residente não é apenas um estudante, mas um médico em treinamento que contribui de forma direta e diária para o atendimento da população.**

Uma bolsa mais compatível com as demandas da formação médica seria, portanto, não apenas uma medida de justiça, mas também um investimento na qualidade da assistência em saúde.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das sessões, 23 de março de 2026.

Senadora Dra EUDÓCIA**(PL/AL)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verifica

Avulso do PL 1327/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 12.681 de 20/10/2025 - DEC-12681-2025-10-20 - 12681/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12681>
- Lei nº 6.932, de 7 de Julho de 1981 - LEI-6932-1981-07-07 - 6932/81
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6932>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1328, DE 2026

Dispõe sobre a inclusão do exame de refração ocular entre os procedimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

AUTORIA: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1328/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia**PROJETO DE LEI Nº , DE 2026**

(Da Senadora DRA EUDÓCIA)

Dispõe sobre a inclusão do exame de refração ocular entre os procedimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a inclusão do exame de refração ocular entre os procedimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 2º O Sistema Único de Saúde – SUS deverá assegurar o acesso ao exame de refração ocular, destinado à identificação e correção de erros refrativos da visão, como miopia, hipermetropia, astigmatismo, presbiopia e ambliopia.

§ 1º O exame de refração ocular será ofertado na rede pública de saúde e na rede conveniada ao Sistema Único de Saúde, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º A realização do exame de refração ocular deverá observar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas definidos pelos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde.

§ 3º O acesso ao exame deverá ser garantido especialmente em ações de atenção primária, programas de saúde escolar e políticas públicas de prevenção e cuidado da saúde visual.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 1328/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da União, observadas as normas de financiamento do Sistema Único de Saúde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desse projeto de lei é disponibilizar no SUS o exame de refração ocular, conhecido como exame de vista ou de grau, que mede a acuidade visual e o grau necessário de correção para miopia, hipermetropia, astigmatismo, presbiopia e ambliopia. Ele determina a prescrição ideal para óculos ou lentes de contato, avaliando como o olho foca a luz.

Os erros refrativos estão entre as principais causas de deficiência visual evitável no mundo. Estima-se que milhões de brasileiros convivam com dificuldades visuais decorrentes de erros refrativos não diagnosticados ou não corrigidos.

Chamo a atenção para a **deficiência visual infantil**, que constitui um relevante problema de saúde pública, sobretudo quando se considera que **grande parte de seus casos poderia ser evitada com diagnóstico simples e oportuno**. Cito como exemplo a ambliopia (síndrome do olho preguiçoso), que é a redução da visão em um ou ambos os olhos, causada pelo desenvolvimento visual inadequado na infância (até 7 anos), onde o cérebro ignora a imagem do olho mais fraco. Se não tratada cedo, pode gerar baixa visão permanente. O tratamento inclui óculos, tampão no olho forte e, às vezes, colírio.

Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que aproximadamente **12,8 milhões de crianças em idade escolar no mundo vivem com deficiência visual causada por erros refrativos não corrigidos**, como miopia, hipermetropia e astigmatismo, condições que poderiam ser identificadas por meio de um simples exame de refração e corrigidas com o uso de óculos adequados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 1328/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

É comum ver crianças com menor acuidade visual usando óculos de grau errado que compromete, ainda mais, a capacidade de enxergar. Isso acontece porque a criança não é atendida por um médico oftalmologista e, sim, por um oculista que não realiza o exame de refração ocular.

No Brasil, dados de estudos em saúde ocular apontam que **entre 2% e 10% das crianças apresentam algum erro refrativo significativo**, capaz de comprometer o desenvolvimento visual, o desempenho escolar e a qualidade de vida. Estima-se ainda que cerca de **27 mil crianças brasileiras sejam cegas, muitas em decorrência de causas evitáveis ou tratáveis** quando diagnosticadas precocemente.

Nesse contexto, ampliar o acesso ao **exame de refração ocular** no âmbito do Sistema Único de Saúde representa medida de alto impacto social, capaz de **prevenir deficiência visual evitável**.

Em crianças e adolescentes, tais problemas podem **comprometer o desempenho educacional, dificultando processos de alfabetização e aprendizagem**.

Embora a assistência oftalmológica exista no SUS, o **exame de refração ocular nem sempre aparece como procedimento estruturado dentro da atenção básica**, dependendo muitas vezes de consultas especializadas.

Os principais problemas de saúde visual encontram-se os erros refrativos, como miopia, hipermetropia, astigmatismo e presbiopia (vista cansada), que afetam milhões de brasileiros e podem comprometer significativamente o desempenho escolar, a produtividade no trabalho e a qualidade de vida. Tais condições são, na maioria dos casos, facilmente diagnosticadas por meio do exame de refração ocular, procedimento simples, rápido e de baixo custo.

Apesar de sua importância, o acesso a esse exame ainda é limitado para grande parcela da população, especialmente entre pessoas em situação de vulnerabilidade social, estudantes da rede pública e idosos. A ausência de diagnóstico adequado pode resultar em dificuldades de aprendizagem, redução da capacidade laboral e agravamento de problemas visuais evitáveis.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verifica

Avulso do PL 1328/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

A inclusão expressa do exame de refração ocular entre os procedimentos garantidos pelo Sistema Único de Saúde permitirá ampliar o acesso da população ao diagnóstico de problemas visuais, fortalecendo as ações de atenção primária e contribuindo para políticas de prevenção e promoção da saúde ocular.

Além disso, a ampliação da oferta desse exame no âmbito do SUS poderá favorecer programas de saúde visual nas escolas, possibilitando a identificação precoce de dificuldades de visão em crianças e adolescentes, etapa fundamental para o desenvolvimento educacional.

O presente Projeto de Lei busca assegurar que o exame de refração ocular seja incorporado de forma estruturada às políticas públicas de saúde, garantindo maior acesso ao diagnóstico e contribuindo para a melhoria da saúde visual da população brasileira.

A realização sistemática de triagens visuais e exames de refração permitirá a identificação precoce desses problemas, reduzindo barreiras ao aprendizado e contribuindo para a inclusão educacional.

A proposta legislativa apresenta **alto impacto social positivo, baixo risco regulatório e custo relativamente reduzido**, configurando-se como iniciativa relevante para a promoção da saúde e para a redução de desigualdades no acesso aos serviços de saúde ocular no país.

Diante do exposto, por ser de relevância social, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das sessões, 23 de março de 2026.

Senadora Dra EUDÓCIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verifica

Avulso do PL 1328/2026 [5 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia**(PL/AL)**

SF/26124.31057-89



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificação

Avulso do PL 1328/2026 [6 de 6]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1335, DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tornar mais eficiente a dissuasão de grandes fraudes cometidas nos mercados financeiro e de capitais.

AUTORIA: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1335/2026 [1 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/26836.45534-74

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tornar mais eficiente a dissuasão de grandes fraudes cometidas nos mercados financeiro e de capitais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 177-A:

“**Art. 177-A.** Gerir fraudulentamente companhia aberta:

Pena – Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º Se a gestão é temerária:

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º A pena é aumentada de 1/2 (metade) a 2/3 (dois terços) se, em decorrência da gestão fraudulenta, sobrevier:

I – decretação de recuperação judicial, falência da companhia ou outro regime congênere a estes;

II – grave prejuízo à companhia ou aos acionistas.

§ 3º A pena de multa relativa ao crime previsto neste artigo pode ser aumentada até 1.000 (mil) vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz para a reprovação e a prevenção do crime, embora aplicada no máximo previsto pelo art. 49 *caput* e § 1º do Código Penal.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verificação

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [2 de 8]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/26836.45534-74

“Art. 1º

Parágrafo único.

.....

II – a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual;

III – o fundo de investimento.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. A pena é aumentada de 1/2 (metade) a 2/3 (dois terços) se, em decorrência da prática de crime previsto nesta lei, sobrevier:

I – decretação de regime de administração especial temporária, intervenção, direção fiscal, liquidação, recuperação judicial, falência ou outro regime congênere a estes;

II – necessidade de utilização de recursos de fundo garantidor de crédito, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras.”

Art. 4º O art. 33 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. A pena de multa relativa aos crimes previstos nesta Lei pode ser aumentada até 1000 (mil) vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz para a reprovação e a prevenção do crime, embora aplicada no máximo previsto pelo art. 49 *caput* e § 1º do Código Penal.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verifica

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [3 de 8]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Renan Calheiros

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos tempos, a população brasileira tem assistido, estupefata, a seguidos escândalos de desvios bilionários de valores da poupança popular investida em instituições financeiras e em companhias abertas. Basta que nos recordemos dos casos das Lojas Americanas e do Banco Master, que envolveram fraudes de, respectivamente, R\$ 25 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Quem paga essa conta, ao fim e ao cabo, é a sociedade brasileira. São os pequenos investidores, os fundos de pensão, os aposentados, enfim, todo o público que, de boa-fé, direcionou os recursos obtidos com o esforço de seu trabalho para que acabem surrupiados por pessoas gananciosas e inescrupulosas.

A persistência desse tipo de escândalo indica que a legislação não se afigura suficientemente rigorosa para dissuadir a repetição dessas fraudes. É preciso, portanto, que o Congresso Nacional dê um basta a essa situação.

Conforme nos ensina a Análise Econômica do Direito, o maior rigor e a maior eficácia das sanções penais possuem efeito dissuasório, na medida em que os possíveis agentes do delito, agindo racionalmente, comparam os benefícios e os custos da prática da conduta ilícita, levando em consideração a gravidade da sanção e a possibilidade de serem efetivamente responsabilizados¹. Essa análise de custo-benefício é esperada, especialmente, dos potenciais autores de crimes econômicos.

Firmadas essas premissas, propomos alterações cirúrgicas na legislação penal do colarinho branco com o intuito de reforçar severamente o efeito dissuasório dessas condutas, fazendo com que gananciosos mal-intencionados pensem duas vezes antes de se locupletarem da poupança popular.

¹ Essa compreensão sobre o comportamento economicamente racional dos agentes criminosos, embora já sugerida anteriormente em Beccaria e em Bentham, tem início com a criação de um “modelo econômico de crime”, desenvolvido a partir do trabalho seminal de Gary S. Becker (Crime and punishment: an economic approach. *Journal of political economy*. Chicago: University of Chicago Press, v. 76, n. 2, 1968. pp. 169-217).



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verifica

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [4 de 8]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Renan Calheiros

A primeira delas é a criação de um crime amplo de fraudes em companhias abertas, com estrutura e pena análogas àquela praticada no âmbito de instituições financeiras, mediante inclusão de um art. 177-A no Código Penal.

Com efeito, companhias abertas atraem investimentos de milhares de pessoas, do mesmo modo que ocorre com os bancos. Assim, as fraudes perpetradas nessas entidades devem ser punidas da mesma maneira. Não é o que ocorre hoje, em que a gestão fraudulenta de instituição financeira é punida com reclusão de 3 a 12 anos (art. 4º, *caput*, da Lei nº 7.492, de 1986), ao passo que não existe um tipo penal específico de administração fraudulenta de companhias abertas.

Também se prevê que a pena desse novo crime será aumentada de 1/2 a 2/3 se, em decorrência da administração fraudulenta, sobrevier decretação de recuperação judicial, falência da companhia – ou outro regime congênere a estes – ou, ainda, grave prejuízo à companhia ou aos seus acionistas.

A inserção dessa causa de aumento, ademais, tem os efeitos de vedar a utilização do acordo de não persecução penal – o qual, nos termos do art. 28-A do CPP, somente é admissível para crimes com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos –, e de aumentar o prazo prescricional do delito (que, de dezesseis, passa a ser de vinte anos, de acordo com o art. 109, I, do CP).

Ainda, a pena de multa relativa a esse crime poderá ser aumentada de até 1000 vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Em segundo lugar, modifica-se a Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492, de 1986), para, inicialmente, incluir o fundo de investimento como entidade equiparada à instituição financeira para os fins penais previstos nessa lei.

Esses veículos de investimento, que captam bilhões de reais da poupança popular, têm sido também muito utilizados em fraudes recentes no Brasil.



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verifica

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [5 de 8]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Renan Calheiros

Muito embora a administradora de fundos de investimento seja uma instituição financeira e o gestor do fundo de investimento já possa ser enquadrado como pessoa natural a cometer crimes previstos pela Lei nº 7.492, de 1986, o fundo, em si, não está abrangido pelo art. 1º da Lei nº 7.492, de 1986, por ser um ente sem personalidade jurídica (art. 1.368-C do Código Civil). Inserindo essa entidade expressamente no rol de equiparação previsto nesse artigo inicial, o Congresso Nacional contribui para que a jurisprudência não seja questionada na aplicação dessa lei em caso de crimes envolvendo fundos de investimento.

Além disso, o projeto acrescenta também para os delitos previstos na Lei nº 7.492, de 1986, as alterações realizadas em relação às companhias, com as adaptações necessárias.

Assim, prevê-se aumento de pena de 1/2 a 2/3 se, em decorrência da prática de crime previsto nesta lei, sobrevier decretação de regime de administração especial temporária, intervenção, direção fiscal, liquidação, recuperação judicial ou falência – ou outro regime congênere a estes –; ou, ainda, necessidade de utilização de recursos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Também se inclui no art. 33 a previsão de que a pena de multa relativa aos crimes previstos na Lei pode ser aumentada de até 1000 vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Dado o valor do salário mínimo atual, a pena de multa, na forma prevista pelo Código Penal atinge o valor mínimo de R\$ 540,33 e máximo de R\$ 2.917.800,00, sendo que a dosimetria da multa dificilmente levaria o magistrado a impor o limite superior. Nos termos do atual art. 33 da Lei nº 7.492, de 1986, o valor máximo chegaria apenas a R\$ 5.835.600,00. O risco de perda de alguns milhões é irrisório para quem, por meio do crime, busca obter dezenas de bilhões. Por isso, propomos a elevação do valor máximo da multa para que possa chegar a R\$ 2.917.800.000,00.

Essas medidas visam, justamente, dissuadir de modo mais eficiente fraudes como as recentemente vistas. O aumento da multa se alinha com a



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verifica

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [6 de 8]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/26836.45534-74

natureza dos crimes, cujo cometimento geralmente visa o enriquecimento ilícito. Habilitando o sistema penal a infligir, além de uma restrição de liberdade, um prejuízo lícito sobre aquele que comete esses crimes, busca-se por meio dessa via econômica alcançar a prevenção geral e específica própria para esses casos.

Diante do exposto, concitamos os Pares ao apoio dessa proposição urgente e essencial para o combate à criminalidade do colarinho branco.

Sala das Sessões,

Senador **RENAN CALHEIROS** – MDB/AL



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verificação

Senado Federal – Anexo I – 15º andar - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2261 – conorf@senado.gov.br

Avulso do PL 1335/2026 [7 de 8]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- Lei nº 7.492, de 16 de Junho de 1986 - Lei do Colarinho Branco (1986); Lei dos Crimes Financeiros; Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional - 7492/86
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986;7492>
 - art1
 - art4_cpt
 - art33





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1341, DE 2026

Altera o art. 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com o fim de atualizar os procedimentos para os casos de acolhimento emergencial de crianças ou adolescentes em entidades de acolhimento institucional.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1341/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/26311.25620-92

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o art. 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*, com o fim de atualizar os procedimentos para os casos de acolhimento emergencial de crianças ou adolescentes em entidades de acolhimento institucional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de atualizar os procedimentos para os casos de acolhimento emergencial de crianças ou adolescentes em entidades de acolhimento institucional.

Art. 2º O art. 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 93.**

§ 1º Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e, se necessário, com o apoio do Conselho Tutelar, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente, caso verifique a ausência dos requisitos legais para a manutenção da medida.

§ 2º Não sendo o caso de reintegração imediata na forma do § 1º, a autoridade judiciária designará audiência, com prioridade absoluta, para oitiva da família natural, da família extensa, sempre que possível, e da criança ou do adolescente, bem como do Conselho Tutelar e do Ministério Público, utilizando-se, se necessário, do serviço previsto no inciso IV do art. 87 desta Lei para a localização dos genitores ou responsáveis, dispensada a audiência



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verifica

Avulso do PL 1341/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

apenas em caso de justificada impossibilidade, decidindo a seguir sobre a reintegração familiar ou, se isso não for possível ou recomendável, pelo encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar o mecanismo de controle judicial sobre as medidas de proteção aplicadas em caráter de urgência por meio do acolhimento de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento institucional, reforçando as garantias do devido processo legal e o direito à convivência familiar.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê, em seu art. 101, as medidas de proteção aplicáveis a crianças e adolescentes em situação de risco. Entre elas, o acolhimento institucional (inciso VII) reveste-se de caráter excepcional e provisório (§ 1º), devendo ser utilizado apenas quando esgotadas as possibilidades de manutenção na família natural ou extensa.

Na sistemática do acolhimento emergencial, a criança ou adolescente é acolhido em entidade que mantém programa de acolhimento institucional diante de grave risco em situações excepcionais e urgentes, comunicando o fato ao Juízo em até 24 horas (conforme previsto no art. 93). Contudo, diferentemente do acolhimento familiar – que pressupõe prévia seleção e preparo, sendo preferencial nos termos do art. 34, § 1º, do ECA –, o acolhimento emergencial resulta, invariavelmente, na institucionalização da criança em abrigos.



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificação

Avulso do PL 1341/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Ocorre que o rito atual do art. 93 estabelece um controle judicial posterior ao acolhimento institucional que, pela redação vigente, não exige expressamente a oitiva das partes antes da convalidação da medida. Isso cria uma assimetria em relação ao procedimento de afastamento do convívio familiar previsto no art. 157 do ECA. Neste último, há um controle judicial prévio e, no caso de liminares, garante-se expressamente a oitiva da parte contrária, conforme previsto no § 3º do referido artigo.

A ausência de previsão legal expressa para a audiência no art. 93 tem o potencial de gerar, na prática, a automatização dos acolhimentos, inclusive sem a devida localização dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes. Essa medida, que deveria ser obrigatória com base no serviço de identificação previsto no art. 87, inciso IV, do ECA, pode ser negligenciada na sistemática atual.

A alteração proposta busca sanar essa lacuna a partir dos dois seguintes parâmetros:

- a. A redação proposta para o § 1º tem como finalidade evitar que a obrigação de designação de audiência atrase a reintegração familiar da criança ou adolescente, o que causaria um efeito prático oposto ao desejado pela norma. Assim sendo, nos casos em que a autoridade judiciária verificar de plano a ausência dos requisitos legais para a manutenção da medida, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente.
- b. A redação proposta para o § 2º, por sua vez, trata especificamente das situações que não se encaixarem no § 1º, ou seja, quando não houver reintegração familiar imediata da criança ou adolescente. Nesses casos, propõe-se a obrigatoriedade de designação de audiência por parte da autoridade judiciária para oitiva da parte contrária, da família natural, da família extensa, da rede de proteção e da própria criança ou adolescente antes da decisão pela convalidação do acolhimento emergencial. A designação da audiência somente será dispensada em caso de justificada impossibilidade.



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificação

Avulso do PL 1341/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/26311.25620-92

A exigência de designação de audiência nesses casos alinha-se aos princípios introduzidos pela Lei nº 12.010, de 2009, e à Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, garantindo que a excepcionalidade da medida de acolhimento institucional seja verificada no caso concreto, mediante o contraditório e a ampla defesa, evitando-se institucionalizações desnecessárias decorrentes da mera falta de interlocução entre o Judiciário e a família.

Por essas razões, contamos com o apoio dos ilustres Pares para esta proposição, que busca aprimorar os procedimentos de acolhimento emergencial de crianças e adolescentes.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificação

Avulso do PL 1341/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)
 - 8069/90
 - <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - art93
- Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 - Lei Nacional de Adoção; Lei de Adoção; Lei de Convivência Familiar e Comunitária - 12010/09
- <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12010>



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 2026

Dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 72/2026 [1 de 4]



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº____, DE 2026

Dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As proposições legislativas cuja renúncia de receita tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária do exercício de 2026, ou tenha medida de compensação nos termos do art. 14, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam ressalvadas da aplicação do disposto no art. 29, inciso I, da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º As proposições legislativas que concedam benefício tributário no exercício de 2026, atendam aos critérios de que trata o art. 1º e se enquadrem nos regimes tributários para áreas de livre comércio e para bens de capital de que trata a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, ficam ressalvadas da aplicação do disposto no art. 14-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º As proposições legislativas que criem despesas obrigatórias decorrentes de ressarcimento de tributos em razão de desoneração contratualmente assumida pela República Federativa do Brasil ou que, atendido o disposto no art. 195, § 5º, da Constituição Federal, disponham sobre a licença-paternidade e salário-paternidade ficam ressalvadas da aplicação do disposto no art. 29, inciso II, da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 e as respectivas execuções de despesas não observarão o disposto no art. 5º-A da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PLP 72/2026 [2 de 4]



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição, apresentada nos termos do art. 163, inciso I, da Constituição Federal, tem como foco regras transitórias relativas à concessão de benefícios tributários no exercício de 2026, que tenham o condão de antecipar efeitos da reforma tributária, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, referentes aos regimes tributários para áreas de livre comércio e para bens de capital.

O projeto prevê que não configura ampliação e extensão de gasto tributário proposição legislativa cuja renúncia tenha sido considerada na estimativa da receita da lei orçamentária do exercício de 2026, ou que tenha a devida medida de compensação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, hipóteses nas quais é inaplicável o disposto no art. 29, I, da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025.

Convém frisar que a regra apenas se aplica para benefícios sem impacto fiscal adicional, pressupondo compensação ou previsão na lei orçamentária anual de 2026.

Ademais, a proposta trata de regras transitórias relativas a propostas recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Frente ao exposto, a proposição legislativa apresentada aos nobres pares não afeta o atingimento da meta de resultado primário para o exercício de 2026.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PLP 72/2026 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art163_cpt_inc1

- art195_par5

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (2000)

- 101/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art14

- art14_cpt_inc2

- art14-1

- Lei Complementar nº 200, de 30 de Agosto de 2023 - LCP-200-2023-08-30 , Novo Arcabouço Fiscal - 200/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2023;200>

- art5-1

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>

- Lei nº 15.321 de 31/12/2025 - LEI-15321-2025-12-31 , Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 15321/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025;15321>

- art29_cpt_inc1

- art29_cpt_inc2



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 218, DE 2026

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.278/2025, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil Weverton (PDT/MA), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 218/2026 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4278/2025, que “cria cargos de Desembargador, cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional Federal da 5ª Região; e altera a Lei nº 9.967, de 10 de maio de 2000, para modificar o número de membros desse Tribunal”.

Sala das Sessões, 20 de março de 2026.

Senador Humberto Costa

SF/26142.24075-09 (LexEdit)



Foi apresentado o Requerimento nº 218, de 2026, de autoria de líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 4.278, de 2025, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 219, DE 2026

Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre os impactos de determinação do Tribunal de Contas da União sobre a execução e o pagamento de benefícios no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 219/2026 [1 de 5]



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações acerca dos impactos de determinação do Tribunal de Contas da União sobre a execução e o pagamento de benefícios no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações acerca dos impactos de determinação do Tribunal de Contas da União sobre a execução e o pagamento de benefícios no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

Nesses termos, requisita-se:

1. Informar se houve determinação do Tribunal de Contas da União que tenha implicado suspensão total ou parcial de pagamentos ou outras restrições operacionais no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

2. Em caso positivo, especificar:

a. o alcance da medida (nacional ou por etapas/modalidades do programa);

b. o número estimado de beneficiários potencialmente afetados;



c. o valor total de pagamentos eventualmente suspensos ou postergados.

3. Informar quais falhas ou riscos foram apontados pelo órgão de controle externo quanto:

a. à modelagem orçamentária e financeira do programa;

b. à governança operacional;

c. à validação de elegibilidade dos beneficiários;

d. à transparência e rastreabilidade dos pagamentos.

4. Informar quais medidas corretivas foram adotadas pelo Ministério da Educação, pelo FNDE e pelo agente financeiro operador para sanar as falhas apontadas.

5. Encaminhar cronograma atualizado de regularização dos pagamentos eventualmente impactados.

6. Informar se houve necessidade de reprogramação orçamentária, abertura de créditos adicionais, remanejamentos ou outras medidas fiscais para assegurar a continuidade do programa.

7. Encaminhar cópia de comunicações oficiais recebidas do Tribunal de Contas da União, bem como notas técnicas internas relacionadas ao tema.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Pé-de-Meia foi concebido como instrumento de incentivo à permanência e à conclusão do ensino médio entre jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo gerado elevada expectativa social em razão de sua ampla divulgação institucional e do impacto direto prometido na organização financeira dos estudantes beneficiários.



Desde sua implementação, entretanto, a Senadora autora deste requerimento tem reiteradamente alertado, por meio de iniciativas parlamentares e manifestações públicas nos anos de 2023 e 2024, para possíveis fragilidades estruturais relacionadas à modelagem orçamentária, à sustentabilidade fiscal e à governança operacional do programa, especialmente quanto à previsibilidade do fluxo de pagamentos, à transparência na execução financeira e aos mecanismos de validação e controle dos beneficiários.

A recente notícia sobre a atuação do Tribunal de Contas da União, com a identificação de falhas relevantes e a eventual adoção de medidas capazes de impactar o fluxo de pagamentos do Programa, reforça a gravidade das preocupações anteriormente levantadas e evidencia o risco de que uma política pública de elevado alcance social venha a enfrentar entraves que comprometam sua credibilidade e sua efetividade.

Em programas direcionados à juventude vulnerável, a previsibilidade financeira não constitui mero aspecto administrativo, mas elemento essencial de proteção social. A frustração de expectativas legítimas geradas por anúncios oficiais, somada à possibilidade de interrupções, reprogramações ou incertezas quanto ao pagamento de benefícios, pode produzir efeitos concretos sobre a permanência escolar, o planejamento educacional e as condições de ingresso no mercado de trabalho por parte dos estudantes.

Ademais, considerando o volume expressivo de recursos públicos mobilizados, eventuais falhas na modelagem fiscal ou na governança operacional do programa podem repercutir não apenas sobre os beneficiários diretos, mas também sobre a confiança da sociedade na capacidade do Estado de implementar políticas públicas com responsabilidade, transparência e segurança jurídica.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Poder Legislativo obtenha esclarecimentos completos e atualizados acerca do alcance das determinações do órgão de controle externo, dos riscos efetivamente identificados e das providências adotadas pelo Poder Executivo para assegurar a continuidade



regular do Programa Pé-de-Meia, evitando-se agravamento de insegurança social e fiscal em torno de política pública de tamanha relevância.

Sala das Sessões, 19 de março de 2026.

Senadora Damares Alves

SF/26061.97087-52 (LexEdit)

Avulso do RQS 219/2026 [5 de 5]



Requerimento nº 219, de 2026, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre os impactos de determinação do Tribunal de Contas da União sobre a execução e o pagamento de benefícios no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 220, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o legado de Chico Anysio.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 220/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26746.93064-18 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear o legado de Chyco Anisio, um dos maiores nomes do humor brasileiro, que completaria 95 anos no dia 12 de abril de 2026, dia em que também é celebrado Dia Nacional do Humorista.

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem por objetivo prestar justa e necessária homenagem a Chico Anyσιο, figura ímpar da cultura nacional, cujo trabalho marcou gerações e contribuiu significativamente para a formação da identidade humorística brasileira.

Nascido em 12 de abril de 1931, Chico Anyσιο construiu uma trajetória artística sólida e multifacetada, destacando-se como humorista, escritor, ator e comunicador. Ao longo de sua carreira, criou personagens memoráveis que se tornaram parte do imaginário coletivo do país, utilizando o humor como ferramenta de crítica social, reflexão política e aproximação com o público.

Seu talento singular permitiu abordar temas complexos da sociedade brasileira com leveza e inteligência, contribuindo para o debate público e para a valorização da liberdade de expressão como elemento essencial em uma sociedade democrática. Nesse sentido, sua obra transcende o entretenimento, configurando-



se como importante instrumento de manifestação cultural e de expressão de valores fundamentais.

A realização desta Sessão Solene Especial no Senado Federal representa não apenas o reconhecimento de sua contribuição artística, mas também a valorização da cultura brasileira como elemento estruturante da identidade nacional. Trata-se de uma oportunidade de reafirmar o compromisso desta Casa com a promoção da cultura, da memória e da liberdade de expressão.

Sala das Sessões, 20 de março de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 221, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Município de Florianópolis - SC, pela passagem de seus 353 anos de fundação, celebrados em 23 de março de 2026.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 221/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Município de Florianópolis - SC, pela passagem de seus **353 anos de fundação**, celebrados em 23 de março de 2026.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Voto de Aplauso tem por finalidade reconhecer e enaltecer a trajetória histórica, o dinamismo econômico e a relevância social do Município de Florianópolis, que, ao completar **353 anos**, reafirma sua posição como uma das cidades mais importantes e promissoras do Brasil.

Berço de uma rica herança cultural açoriana, Florianópolis preserva suas tradições ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro com vigor e inovação. A capital catarinense destaca-se como referência nacional em qualidade de vida, desenvolvimento humano e sustentabilidade.

No campo econômico, merece especial destaque o protagonismo da cidade em setores estratégicos. Florianópolis consolidou-se como um dos maiores polos de tecnologia e inovação do país, abrigando um ecossistema robusto



de startups e empresas de base tecnológica, que impulsionam o crescimento econômico e a geração de empregos qualificados.

Paralelamente, sua vocação histórica para o mar permanece como pilar fundamental de sua identidade e economia. A atividade pesqueira, de grande relevância para Santa Catarina e para o Brasil, encontra na capital um importante centro de tradição, conhecimento e produção, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e o fortalecimento da cadeia produtiva do pescado — setor pelo qual este Parlamento deve manter constante atenção e incentivo.

Além disso, Florianópolis é um dos principais destinos turísticos do país, reconhecida internacionalmente por suas belezas naturais, hospitalidade e diversidade cultural, o que fortalece a economia local e projeta positivamente a imagem do Brasil no exterior.

Assim, ao celebrar os **353 anos de Florianópolis**, este Voto de Aplauso expressa o reconhecimento do Senado Federal à sua história, ao seu povo trabalhador e à sua contribuição decisiva para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil.

Diante do exposto, requeiro que este Voto de Aplauso seja registrado nos anais desta Casa e que se dê ciência à Prefeitura Municipal de Florianópolis e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 23 de março de 2026.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)



Apresentado o Requerimento nº 221, de 2026, do Senador Jorge Seif, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Município de Florianópolis - SC, pela passagem de seus 353 anos de fundação, celebrados em 23 de março de 2026.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Bruno Bonetti** (S)

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PP - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 23 MDB-10 / UNIÃO-5 / PODEMOS-5 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 17 PSD-12 / PSB-5

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16 PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Bruno Bonetti.	PL / RJ
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 14 PP-8 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Margareth Buzetti.	PP / MT
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11 PT-9 / PDT-2

Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia.	23
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	14
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Bruno Bonetti** (PL-RJ)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PSB-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Dra. Eudócia* (PL-AL)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)

Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)
Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (PODEMOS-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PL-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (PL-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)

Margareth Buzetti* (PP-MT)
Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Moraes** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º - VAGO ^(1,2)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)

Notas:

- 1.
- 2.



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 23 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75) Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do UNIÃO - 5 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93) Líder do PODEMOS - 5 Carlos Viana (57) Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 17 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 12 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 5 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110) Vice-Líder do PT Teresa Leitão (35,64,99,106) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 14 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 8 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110) Leila Barros (79)
Oposição Líder Rogerio Marinho - PL (50,70) Vice-Líder		



Marcos Rogério (44,94)

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.
Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL
PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.**

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025 - CPICRIME

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025

Instalação: 04/11/2025

Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,15,24,26)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(8,9,11,19)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(8,14,17,23)	2. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁵⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(3,22)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽³⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁸⁾	1. Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ^(18,27)

Notas:

- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO). ([DSF de 21/10/2025, p. 40](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD). ([DSF de 21/10/2025, p. 36](#))
- Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL). ([DSF de 21/10/2025, p. 37](#))
- Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 21/10/2025, p. 41](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB). ([DSF de 21/10/2025, p. 39](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2025, p. 38](#))
- Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB). ([DSF de 22/10/2025, p. 160](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD). ([DSF de 31/10/2025, p. 107](#))
- Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 52](#))

10. Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB). ([DSF de 04/11/2025, p. 54](#))
11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 53](#))
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO). ([DSF de 05/11/2025, p. 229](#))
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 228](#))
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB). ([DSF de 05/11/2025, p. 235](#))
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT). ([DSF de 05/11/2025, p. 230](#))
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 231](#))
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP). ([DSF de 06/11/2025, p. 142](#))
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 232](#))
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO). ([DSF de 07/11/2025, p. 47](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO). ([DSF de 13/11/2025, p. 130](#))
22. Em 02.12.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Liberal (Of. nº 36/2025-GLPL). ([DSF de 03/12/2025, p. 107](#))
23. Em 25.02.2026, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 01/2026-GLPSD).
24. Em 25.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 18/2026-GLMDB).
25. Em 25.02.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 04/2026-GLPSB).
26. Em 26.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 21/2026-GLMDB).
27. Em 10.03.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GLPP).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ^(5,20)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(11,22)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,22)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,32)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(17,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEM). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLDEM). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contrato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabriilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS). ([DSF de 02/09/2025, p. 46](#))
 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS). ([DSF de 17/09/2025, p. 116](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12,40,41)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12,40,41)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))

37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))

40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))

41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).

42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(4,22)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,13,21)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 29)
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 15)
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)
- Em 19.02.2025, o Senador Stivenon Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). (DSF de 20/02/2025, p. 200)
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). (DSF de 20/02/2025, p. 211)
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). (DSF de 01/03/2025, p. 6)
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). (DSF de 25/03/2025, p. 21)
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). (DSF de 26/03/2025, p. 122)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,28)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,18,19)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
VAGO ^(4,20,21,25)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,26,27)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,27)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 30\)](#)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). [\(DSF de 20/02/2025, p. 192\)](#)
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). [\(DSF de 21/03/2025, p. 19\)](#)
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). [\(DSF de 25/03/2025, p. 20\)](#)
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). [\(DSF de 14/05/2025, p. 88\)](#)



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,26)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ^(5,28)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 31)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 15)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). (DSF de 19/02/2025, p. 7)

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). (DSF de 20/02/2025, p. 200)

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). (DSF de 20/02/2025, p. 200)

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). (DSF de 20/02/2025, p. 211)



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(22,23,25)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽³⁾	1. VAGO ^(8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)
8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)
9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(21,26)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Aioliy (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,30)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 33\)](#)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). [\(DSF de 20/02/2025, p. 193\)](#)

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). [\(DSF de 20/02/2025, p. 218\)](#)

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 222\)](#)

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). [\(DSF de 12/03/2025, p. 167\)](#)



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Ailton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

- Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA). ([DSF de 30/04/2025, p. 155](#))
- Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 122](#))
- Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 121](#))
- Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30). ([DSF de 09/05/2025, p. 36](#))

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,18,19,32)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ^(5,31)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,16,17,18)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

6. Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.

8. Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))

9. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

10. Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))

11. Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.

12. Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))

13. Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))

14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))

15. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))

16. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))

17. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))

18. Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damare Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



22) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS	
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal	José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação	João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco	Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho	Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor	Bárbara Panseri - Fundação Lemann
	Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
	Márcia Ferri - Instituto Natura



30) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



33) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



34) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



35) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

